



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**  
**ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Mestrado em Gestão**  
*Especialização em Contabilidade e Auditoria*

**Dissertação**

**O Relato de Sustentabilidade: o caso das empresas cotadas  
na Bolsa de Valores de Lisboa - Análise comparativa entre o  
ano de 2005 e o ano de 2008**

**Por:**

Paulo Jorge Saraiva Lopes

**Orientação:**

Prof. Doutor António Henriques Martins Guerreiro  
Prof. Doutor Rui Filipe Cerqueira Quaresma

Évora, Novembro de 2011

**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**  
**ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Mestrado em Gestão**  
*Especialização em Contabilidade e Auditoria*

**Dissertação**

**O Relato de Sustentabilidade: o caso das empresas cotadas  
na Bolsa de Valores de Lisboa - Análise comparativa entre o  
ano de 2005 e o ano de 2008**

**Por:**

Paulo Jorge Saraiva Lopes

**Orientação:**

Prof. Doutor António Henriques Martins Guerreiro  
Prof. Doutor Rui Filipe Cerqueira Quaresma

Évora, Novembro de 2011

## **Agradecimentos**

Agradeço aos meus orientadores de dissertação, Doutor Rui Quaresma e Doutor António Guerreiro, a disponibilidade, a sabedoria e os ensinamentos constantes em todo o processo de orientação científica desta dissertação.

Agradeço ainda a todas as pessoas que, directa ou indirectamente, contribuíram para a execução desta Dissertação de Mestrado, em especial à Teresa, à Ana, à Eliane, à Rita e ao João e à minha família, em particular à Sofia e à Mariana.

## **O Relato de Sustentabilidade: o caso das empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa - Análise comparativa entre o ano de 2005 e o ano de 2008**

### **Resumo**

Este estudo caracteriza a prática do Relato de Sustentabilidade nas empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa, no ano de 2008, com base nas directrizes G3 da *Global Reporting Initiative*, e faz um comparativo com a mesma prática no ano de 2005, anteriormente analisada por Dias (2009), tendo por base as directrizes G2 da *Global Reporting Initiative*.

A razão deste estudo assenta no facto do Relato de Sustentabilidade ter vindo a ganhar importância a nível internacional, uma realidade que as maiores empresas nacionais já notaram mas ainda pouco caracterizada.

Os resultados revelam: o aumento da publicação do Relatório de Sustentabilidade separado do Relatório e Contas; todos os relatórios basearam-se nas directrizes G3 da *Global Reporting Initiative*; o agrupamento de actividades das financeiras é o que obtém o melhor índice de divulgação global de itens das directrizes e onde são identificados indicadores de desempenho que estão presentes em 100% dos relatórios, em todas as categorias; um quarto dos relatórios revela o nível de aplicação A+ e outro quarto não refere nenhum nível de aplicação; e quanto à verificação dos relatórios de sustentabilidade, um terço dos relatórios são submetidos a verificação externa.

Palavras-chave: Relato de Sustentabilidade; *Global Reporting Initiative*; Empresas Portuguesas Cotadas.

## **The Sustainability Reporting: the case of companies listed on the Lisbon Stock Exchange - Comparative analysis between the year of 2005 and the year of 2008**

### **Abstract**

This study characterizes the practice of Sustainability Reporting in companies quoted on the Lisbon Stock Exchange, in 2008, based on the Global Reporting Initiative G3 Guidelines, and establishes a comparison between it and the same practice in 2005, previously analyzed by Dias (2009), based on the Global Reporting Initiative G2 Guidelines.

The reason for this study stands on the fact that the Sustainability Reporting has gained international significance, a reality that major national companies have already noticed but so far shortly characterized.

The results reveal: the increasing publication of sustainability report apart from the Annual Report; all the reports have been based on the Global Reporting Initiative G3 Guidelines; the grouping of financial activities is what gets the best index of global disclosure of items of the guidelines and where are identified the performance indicators that are present in 100% of reports in all categories; a quarter of the reports show the level A+ application while the other quarter doesn't refer any level of application; and the verification of sustainability reports, one third of the reports are submitted to external verification.

Key-words: Sustainability Reporting; Global Reporting Initiative; Portuguese Listed Companies.

<b>ÍNDICE Geral</b>	<b>Página</b>
Índice de Figuras	vi
Índice de Quadros	vii
Lista de Siglas	ix
1 - Introdução	1
1.1.- Enquadramento Geral	1
1.2.- Problema de Estudo e Objectivos	4
1.3.- Metodologia	5
1.4.- Organização do trabalho	6
2 - Enquadramento Teórico	8
2.1.- A Sustentabilidade e as suas representações	8
2.2.- A Importância do Relato de Sustentabilidade	12
2.3.- Os Benefícios e as Dificuldades na implementação do Relato de Sustentabilidade	17
2.4.- O Relato de Sustentabilidade como ferramenta de Gestão	21
2.5.- A Internet e o Relato de Sustentabilidade	24
2.6.- O Relato de Sustentabilidade em Portugal	27
3 - <i>Global Reporting Initiative</i>	33
3.1.- A História	33
3.2.- O conteúdo das directrizes G2	36
3.3.- O conteúdo das directrizes G3	40
3.4.- As diferenças entre as directrizes G2 e G3	48
3.5.- A importância da GRI e a utilização das directrizes	50
4 - Metodologia	58
4.1.- Escolha da Metodologia	58
4.2.- Objectivos da Investigação	60
4.3.- Recolha de dados	61
4.4.- Amostra	65
5 - Apresentação e Discussão dos Resultados	67
5.1. – A prática do relato de sustentabilidade nas empresas portuguesas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa	67

5.2. - Índice de divulgação da informação sobre sustentabilidade, por agrupamento de actividades	70
5.3. - Indicadores de desempenho mais utilizados entre os agrupamentos de actividades	76
5.3.1. - Indicadores de desempenho económico	77
5.3.2. - Indicadores de desempenho ambiental	79
5.3.3. - Indicadores de desempenho social de Práticas Laborais e Trabalho Condigno	84
5.3.4. - Indicadores de desempenho social de Direitos Humanos	87
5.3.5. - Indicadores de desempenho social de Sociedade	90
5.3.6. - Indicadores de desempenho social de Responsabilidade pelo Produto	92
5.4. - Os níveis de aplicação (C,B,A) nos relatórios e sua verificação, por agrupamento de actividades	95
6 - Considerações Finais	98
6.1. - Conclusão	98
6.2. - Limitações	101
6.3. - Trabalhos Futuros	101
Bibliografia	103
Anexos	109
Anexo 1	109
Anexo 2	119
Anexo 3	129

<b>ÍNDICE de Figuras</b>	<b>Página</b>
Figura nº 1 - Representação da sustentabilidade através do diagrama de <i>Venn</i> .	10
Figura nº 2 - Representação da sustentabilidade através de círculos concêntricos.	10
Figura nº 3 - Representação da sustentabilidade através do Hexágono de Planeamento.	11
Figura nº 4 - Representação da sustentabilidade através do <i>Two Tiered Sustainability Equilibria</i> (TTSE).	12
Figura nº 5 - Evolução da publicação de Relatórios de Sustentabilidade em Portugal	28
Figura nº 6 - Evolução da publicação de Relatórios de Sustentabilidade em Portugal, de acordo com as directrizes da GRI	29
Figura nº 7 - Evolução da publicação de Relatórios de Sustentabilidade a nível mundial	51
Figura nº 8 - Utilização das directrizes da GRI na elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade	52
Figura nº 9 - Relatórios de Sustentabilidade - Top dos 10 países	52



<b>ÍNDICE de Quadros</b>	<b>Página</b>
Quadro nº 1: Conteúdo das Directrizes G2 da GRI (2002)	36
Quadro nº 2: Dimensões, categorias, aspectos e indicadores de desempenho essenciais e adicionais das directrizes G2	38
Quadro nº 3: Conteúdo das Directrizes G3 da GRI (2006)	40
Quadro nº 4: Dimensões, categorias, aspectos e indicadores de desempenho essenciais e adicionais das directrizes G3	43
Quadro nº 5: Evolução dos aspectos e dos indicadores de desempenho económico, ambiental e social	47
Quadro nº 6: Categorias de Informação e Conteúdo	62
Quadro nº 7: Pontuação por Categoria de Informação (directrizes G3 da GRI)	64
Quadro nº 8: Caracterização das empresas da amostra	67
Quadro nº 9: Publicação de dados sobre a sustentabilidade nas empresas cotadas em Bolsa	68
Quadro nº 10: Forma de publicação de dados sobre a sustentabilidade	69
Quadro nº 11: Índice de Divulgação por Agrupamento de Actividades	71
Quadro nº 12: Indicadores de desempenho económico por agrupamento de actividades	77
Quadro nº 13: Indicadores de desempenho económico mais utilizados por agrupamento de actividades	78
Quadro nº 14: Indicadores de desempenho ambiental por agrupamento de actividades	79
Quadro nº 15: Indicadores de desempenho ambiental mais utilizados por agrupamento de actividades	81
Quadro nº 16: Indicadores de desempenho social de Práticas Laborais e Trabalho Condigno por agrupamento de actividades	84
Quadro nº 17: Indicadores de desempenho social de Práticas Laborais e Trabalho Condigno mais utilizados por agrupamento de actividades	86
Quadro nº 18: Indicadores de desempenho social de Direitos Humanos por agrupamento de actividades	87
Quadro nº 19: Indicadores de desempenho social de Direitos Humanos mais utilizados por agrupamento de actividades	89
Quadro nº 20: Indicadores de desempenho social de Sociedade por agrupamento de actividades	90
Quadro nº 21: Indicadores de desempenho social de Sociedade mais utilizados por agrupamento de actividades	91

Quadro nº 22: Indicadores de desempenho social de Responsabilidade pelo Produto por agrupamento de actividades	92
Quadro nº 23: Indicadores de desempenho social de Responsabilidade pelo Produto mais utilizados por agrupamento de actividades	94
Quadro nº 24: Níveis de aplicação nos Relatórios por agrupamento de actividades	96
Quadro nº 25: Verificação dos Relatórios por agrupamento de actividades	97

## **Lista de Siglas**

AA 1000 AS - *Accountability 1000 Assurance Standard*

BVL - Bolsa de Valores de Lisboa

CERES - *Coalition for Environmentally Responsible Economies*

CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

DJSI - *Dow Jones Sustainability Index*

G2 - Directrizes para a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade versão 2.0

G3 - Directrizes para a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade versão 3.0

GF500 - *Global Fortune 500*

GRI - *Global Reporting Initiative*

IAASB - *International Auditing and Assurance Standard Board*

IASB - *International Accounting Standards Board*

ICB - *Industry Classification Benchmark*

IPAI - Instituto Português de Auditoria Interna

ISAE 3000 - *International Standard on Assurance Engagements 3000*

ISEA - *Institute of Social and Ethical Accountability*

ONU - Organização das Nações Unidas

PCGA - Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites

PDF - *Portable Document Format*

PIB – Produto Interno Bruto

PSI - *Portuguese Stock Index*

RSE - Responsabilidade Social Empresarial

UN - *United Nations*

UNEP - *United Nations Environment Programme*

WBCSD - *World Business Council for Sustainable Development*

WCED - *World Commission on Environment and Development*

WWW - *World Wide Web*

TIC - Tecnologias de Informação e de Comunicação

TTSE - *Two Tiered Sustainability Equilibria*

## 1 - Introdução

### 1.1 - Enquadramento Geral

Neste início de século, assistimos a uma ligação cada vez maior entre as preocupações financeiras e as preocupações ambientais e sociais. Neste sentido, a introdução por parte das empresas de uma nova opção de relato está directamente relacionada com as questões que se tornarão primordiais ao longo do presente século, nomeadamente as questões do equilíbrio ambiental, social e económico e a divulgação da contribuição dessas empresas para o mencionado equilíbrio (Duarte et al., 2007).

De igual modo, assiste-se hoje em dia a uma maior consciencialização face aos problemas ambientais e sociais por parte do grande público. Por conseguinte, a divulgação da informação financeira e não financeira traz às empresas não só uma forma de redução de custos operacionais e financeiros, como também responde a um leque mais variado de possíveis interessados que encontram na informação financeira e não financeira, principalmente nesta última, factores cada vez mais importantes na tomada de decisões. A divulgação destes dados potencia, por exemplo, entre outras, a redução dos custos de obtenção de capital com a atracção de investidores e uma melhoria do desempenho operacional e da gestão (KPMG, 2006).

Actualmente, os *stakeholders*<sup>1</sup> das organizações buscam outras informações além das informações financeiras, criando assim às empresas uma necessidade a que o relato de sustentabilidade vem dar resposta. No entanto, para a resposta ser plena, é importante fomentar um diálogo efectivo entre a organização relatora e as partes interessadas. Desta forma, cabe às empresas credibilizar os seus relatórios, criando confiança nos *stakeholders*. Para atingir este objectivo, as empresas têm à sua disposição as directrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI).

Na investigação desenvolvida nos últimos anos, nomeadamente no trabalho de Carvalho et al. (2009), pode verificar-se não só um aumento do número de empresas que recorrem aos

---

<sup>1</sup> O termo inglês *stakeholder* (em português, parte interessada ou interveniente), segundo Freeman (1984), refere-se a qualquer grupo ou indivíduo que pode afectar ou é afectado pela realização dos objectivos da empresa. Estão incluídos nos *stakeholders* os funcionários, os gestores, os proprietários, os fornecedores, os clientes, os credores, o Estado (enquanto entidade fiscal e reguladora), os sindicatos e outras pessoas ou entidades que se relacionam com a empresa.

mercados de capitais, mas de igual modo à importância cada vez maior dada pelo público às questões ambientais e sociais, aos activos intangíveis e aos desempenhos económicos, ambientais e sociais. Esta realidade dá origem a uma crescente necessidade de maior e mais completa divulgação de informação, a qual produz impactos no relato empresarial.

Por tudo isto, o Relato de Sustentabilidade surge enquadrado em sentido mais lato no conceito de desenvolvimento sustentável, o qual, segundo a *World Commission on Environment and Development* (WCED) (1987, p.46), se pode definir como o conjunto de práticas que “atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”.

Segundo Beja (2005), se por um lado esta noção de desenvolvimento sustentável, do ponto de vista estritamente teórico, já se encontra assimilada pela comunidade empresarial portuguesa, por outro lado, no que toca à sua aplicação prática, não é possível corroborar a mencionada assimilação e evidenciar a conseqüente elaboração de relatórios de sustentabilidade.

No mesmo sentido, “estamos assim perante um panorama que parece indicar que a maioria das empresas portuguesas já está sensibilizada para a importância do Desenvolvimento Sustentável, estando claramente a trabalhar no sentido de melhorar o desempenho ambiental e de segurança, e em muitos casos também o desempenho social, mas que ainda não encontraram uma forma verdadeiramente eficiente de operacionalizar e integrar este conceito na gestão global do negócio”, segundo nos informa um estudo publicado pela *Deloitte* (Deloitte, 2003, p.4).

Perspectivando-se a GRI como a entidade de referência no que respeita às actividades de preparação, elaboração e promoção dos relatórios de sustentabilidade, cujas directrizes têm como objectivo completar e reforçar os relatórios financeiros tradicionais, procurando abastecê-los de informação crítica de carácter igualmente financeiro e não financeiro, é com naturalidade que se verifica que esta entidade tem vindo a nortear a elaboração e a publicação da maioria dos Relatórios de Sustentabilidade.

As vantagens do Relatório de Sustentabilidade, segundo um estudo do *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD) são as seguintes (WBCSD, 2002a):

- a transparência com e para os *stakeholders*;
- a manutenção de licença para o exercício da actividade;
- a criação de valor financeiro;

- a atracção de capital favorável;
- a motivação de equipas e a atracção de talentos;
- a melhoria dos sistemas de gestão;
- a consciência de riscos;
- o encorajamento à inovação;
- a melhoria contínua;
- o fortalecimento da reputação.

Marcel Engel, responsável para a Europa do WBCSD, destacou, na Conferência Anual do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável realizada em Lisboa em 2004, a relação entre os Relatórios de Sustentabilidade e os mercados financeiros, afirmando que “a capacidade empresarial para gerir questões sociais em evidência na opinião pública influenciará a avaliação do valor dos seus negócios. De igual modo, a avaliação do valor das empresas depende cada vez menos dos seus activos fixos, estimando-se que cerca de 75% do valor de capitalização de mercado de uma empresa típica se baseia em activos intangíveis tais como a reputação, a marca, a capacidade de trabalhar com os *stakeholders* e o poder de adaptação à mudança das expectativas sociais” (Beja, 2005, p.3).

Um dos principais desafios do desenvolvimento sustentável implica escolhas e formas de pensar novas e inovadoras. Se o desenvolvimento do conhecimento e da tecnologia contribui, por um lado, para o crescimento económico, por outro, pode contribuir para solucionar os riscos e as ameaças à sustentabilidade das nossas relações sociais, do meio ambiente e das economias. Os novos conhecimentos e as inovações em tecnologia, gestão e políticas públicas representam um desafio às organizações, fazendo com que estas alterem o impacto que as suas operações, produtos, serviços e actividades têm no planeta, nas pessoas e nas economias (GRI, 2006a, p.3).

A urgência e a magnitude destes riscos e ameaças para a nossa sustentabilidade colectiva, assim como as crescentes escolhas e oportunidades, farão com que a transparência das organizações na divulgação dos seus impactos na sustentabilidade global seja uma componente fundamental nas relações com as partes interessadas, nas decisões sobre o investimento e nas restantes relações de mercado. Para apoiar esta expectativa, é necessária uma estrutura de conceitos partilhada globalmente, uma linguagem consistente e uma métrica largamente compreendida, a fim de comunicar as questões relativas à sustentabilidade de forma clara e transparente (GRI, 2006a, p.3).

Segundo a GRI (2006a, p.44), os relatórios de sustentabilidade servem, na prática, a medição, a divulgação e a responsabilização das empresas pelo seu desempenho organizacional, tendo como objectivo fundamental o desenvolvimento sustentável. Como também é referido pelo WBCSD (2002b, p.9), “o objectivo destes relatórios é apresentar o contributo das empresas rumo ao Desenvolvimento Sustentável”. Um relatório de sustentabilidade é assim uma representação equilibrada e razoável do desempenho de sustentabilidade da organização relatora, incluindo as contribuições positivas e negativas (GRI, 2006a, p.44).

A elaboração de relatórios de sustentabilidade é um processo contínuo e uma ferramenta dinâmica que não se conclui na apresentação de uma publicação impressa ou *online*. É antes, pelo contrário, algo que deve estar integrado num processo mais abrangente de definição da estratégia organizacional, de implementação de planos de acção e de análise de resultados. A elaboração de relatórios permite uma avaliação consistente do desempenho da organização e permite uma melhoria contínua do desempenho no futuro. Serve igualmente de ferramenta para comunicar com as várias partes interessadas e assegurar a recolha de informações úteis para os processos organizacionais (GRI, 2006a, p.7).

## **1.2 - Problema de Estudo e Objectivos**

A escolha da temática do Relato de Sustentabilidade deve-se ao aumento da importância do mesmo, justificado no aumento da publicação de relatórios de sustentabilidade a nível internacional e devido à existência de poucos estudos empíricos desta temática sobre a realidade portuguesa, bem como, a importância da GRI e das suas directrizes para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade.

Com base nestas motivações, este trabalho de investigação visa contribuir para a melhoria do conhecimento da realidade do Relato de Sustentabilidade nas empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa.

Esta investigação tem como questão:

- Será que aumentou a prática do relato de sustentabilidade nas empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa?

Sobre esta questão de investigação, o presente trabalho de investigação tem como objectivo geral, caracterizar a prática do relato de sustentabilidade, nas empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa, efectuando-se um comparativo entre o ano de 2005, anteriormente

analisado por Dias (2009), com base nas directrizes G2 da GRI e o ano de 2008, que será objecto de análise, baseado nas directrizes G3, também emanadas pela GRI.

Como objectivos específicos, pretende-se com este estudo:

- caracterizar a prática do relato de sustentabilidade, através da análise dos relatórios e contas, relatórios ambientais, e relatórios de sustentabilidade publicados pelas empresas da amostra;
- analisar o grau de divulgação da informação sobre sustentabilidade, por agrupamento de actividades;
- analisar os indicadores de desempenho económicos, ambientais e sociais mais utilizados entre os agrupamentos de actividades, e;
- identificar os níveis de aplicação (C, B, A) nos relatórios analisados e as empresas que por agrupamento de actividades têm os seus relatórios verificados externamente e pela GRI.

Procura-se assim, incidir esse estudo num contexto onde este tipo de relato adquire e tem vindo a adquirir uma crescente importância na avaliação do valor das empresas e na tomada de decisões de investimento. Esta importância é justificada pelo facto de as empresas que já adoptaram este tipo de relato se terem consciencializado que no futuro imediato os *stakeholders*, e particularmente os consumidores, tornar-se-ão cada vez mais responsáveis e exigirão um conhecimento exacto acerca do impacto a nível económico, ambiental e social que geram os produtos e serviços que são premiados com a sua escolha.

As directrizes adoptadas nesta investigação são as da GRI, do ano de 2006, versão 3.0 e justificam-se pela importância conseguida por esta organização na elaboração e promoção dos relatórios de sustentabilidade a nível mundial.

### **1.3 - Metodologia**

Neste trabalho de investigação optou-se por uma filosofia positivista e por um método de investigação eminentemente quantitativo, sendo o propósito da investigação exploratório, pois existe pouca investigação sobre a temática do relato de sustentabilidade aplicada à realidade portuguesa.

A metodologia escolhida é a análise de conteúdo, opção justificada pelo facto de ser uma das metodologias mais usadas neste tipo de investigação exploratória (Guenther et al., 2007; Roberts e Koeplin, 2007; Sherman, 2009; Perez e Sanchez, 2009; Dias, 2009; Herzig e



Godemann, 2010) e de permitir que se faça a comparação entre os anos em análise, uma vez que foi igualmente a metodologia utilizada por Dias (2009).

A análise de conteúdo pode recorrer a várias técnicas, como por exemplo, análise temática ou categorial, análise de avaliação ou representacional, análise da expressão, análise das relações e análise da enunciação.

Neste trabalho, a técnica utilizada é a análise de conteúdo temática ou categorial, sendo a técnica mais utilizada na análise de conteúdo.

Sobre a técnica de análise de conteúdo importa também referir que é composta por três fases: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (Bardin, 2009).

Como se pretende comparar o ano de 2008 com o ano de 2005, a amostra é composta pelas empresas que estavam cotadas no ano de 2005 e que se mantêm no ano de 2008, coligindo-se assim uma amostra com um total de 43 empresas.

#### **1.4 - Organização do trabalho**

Além deste primeiro capítulo, esta dissertação é composta por mais cinco capítulos.

No segundo capítulo é efectuado o enquadramento teórico sobre o relato de sustentabilidade. Aí enquadra-se a sustentabilidade no contexto do desenvolvimento sustentável e são referidas as formas de representação da sustentabilidade; além disso, é focada a importância do relato de sustentabilidade, são enunciadas as teorias relativas ao relato de sustentabilidade, são referidos os benefícios do relato de sustentabilidade e as dificuldades na sua implementação, caracteriza-se o relato de sustentabilidade como ferramenta de gestão, refere-se a Internet como ferramenta para divulgação do relato de sustentabilidade e, a finalizar, menciona-se a prática do relato de sustentabilidade em Portugal.

O terceiro capítulo foca-se na GRI, nomeadamente a história da organização e posteriormente é referido o conteúdo das directrizes G2 e das directrizes G3 e as diferenças entre ambas. Este capítulo é finalizado com uma referência à importância desta organização e à utilização das suas directrizes.

No quarto capítulo são apresentadas a metodologia e a técnica usadas nesta dissertação, bem como os objectivos da investigação e a recolha de dados. Neste capítulo definimos também a amostra.

No quinto capítulo procede-se à apresentação e à discussão dos resultados alcançados com a presente investigação.

O sexto capítulo finaliza com as conclusões e as limitações da investigação realizada, bem como algumas perspectivas para a realização de novos trabalhos.

## 2 - Enquadramento Teórico

### 2.1 - A Sustentabilidade e as suas representações

Neste subcapítulo serão referidos os conceitos de Desenvolvimento Sustentável, de *Triple Bottom Line* e de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), e será também explicada a sustentabilidade segundo diversas representações, nomeadamente, o diagrama de *Venn*; o modelo de círculos concêntricos; o Hexágono de Planeamento e o *Two Tiered Sustainability Equilibria*.

O conceito de sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável ganhou relevância na agenda do executivo empresarial depois da publicação do Relatório *Brundtland*, que foi lançado em 1987 (Moneva et al., 2006).

É possível encontrar muitas definições de Desenvolvimento Sustentável na literatura académica e em documentos institucionais. No entanto, a mais largamente aceite é pois, como vimos, aquela que é proposta pela WCED no já referido relatório *Our Common Future*, mais conhecido por Relatório *Brundtland*, "Desenvolvimento Sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades" (WCED, 1987, p.46).

No entanto, apesar de esta ser consensualmente a definição mais conhecida e citada, Moneva et al. (2006) referem que as empresas interpretam o conceito de diversas formas.

Ainda assim, Adams e Frost (2008) referem que o aumento da importância e da preocupação com o impacto social e ambiental dos negócios levou a que diversas empresas começassem a prestar activamente contas e a gerir activamente o seu percurso de sustentabilidade. Por conseguinte, este comportamento reflectiu-se na integração de questões éticas, sociais, ambientais e económicas ou de sustentabilidade dentro dos relatórios empresariais. Este fenómeno foi baptizado por '*Triple Bottom Line*' (Elkington, 1997), ou relato de 'sustentabilidade' (GRI, 2000).

A expressão *Triple Bottom Line* ou *People, Planet, Profit* é utilizada para caracterizar a acção das empresas que respondem não só pelo seu impacto financeiro, mas que também assumem a sua responsabilidade ambiental e social. Esta disposição nasce em virtude do reconhecimento por parte das empresas da necessidade de satisfazer as exigências das partes interessadas nas organizações (*stakeholders*) que pedem que as empresas contribuam não só a nível económico, mas de igual forma tenham atenção e contribuam decisivamente na

resolução de problemas de natureza ambiental e social, preocupações cada vez mais pungentes na ordem do dia da sociedade que sustenta a dinâmica empresarial (IPAI, 2007).

Ainda assim, mesmo tendo em conta a crescente consciencialização para a importância do vínculo empresarial às exigências dos *stakeholders*, parece não estarmos ainda em condições de antecipar os resultados dos recentes esforços. John Elkington, em entrevista dada em Dezembro de 2007 à revista de negócios *Fast Company*, desenvolveu a ideia segundo a qual afirma “que nós estamos nos 40 ou 50 anos de um processo que levará 70 anos para acontecer” (Fast Company, 2007), isto é, segundo as suas previsões, só daqui por 20 anos serão colhidos os frutos do trabalho que se tem vindo a fazer nos últimos 50 anos.

Em todo o caso, constata-se que o movimento em direcção à integração das questões económicas, ambientais e sociais no relato é cada vez mais visível. Tal afirmação é evidenciada na publicação de relatórios de sustentabilidade mais abrangentes, apoiados por directrizes, tais como as da GRI (Adams e Frost, 2008).

Neste contexto, a fim de agilizar os processos de integração das novas preocupações, a GRI definiu com as suas directrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade aquelas que foram as primeiras directrizes a serem desenvolvidas com o objectivo de assistir a “organização relatora e as partes interessadas a articularem e compreenderem as contribuições daquela organização para o desenvolvimento sustentável” (GRI, 2002, p.1).

Assim, na expressão de *Triple Bottom Line* foi referida a responsabilidade social como uma das novas preocupações das organizações. A Comissão Europeia (2001, p.7) define RSE como um modo de actuação em que ser socialmente responsável não se restringe ao cumprimento de todas as obrigações que a legislação implica. Pelo contrário, cabe às empresas ir mais além recorrendo a um “maior” investimento em capital humano, no ambiente e nas relações com outras partes interessadas na sua acção e com as comunidades locais.

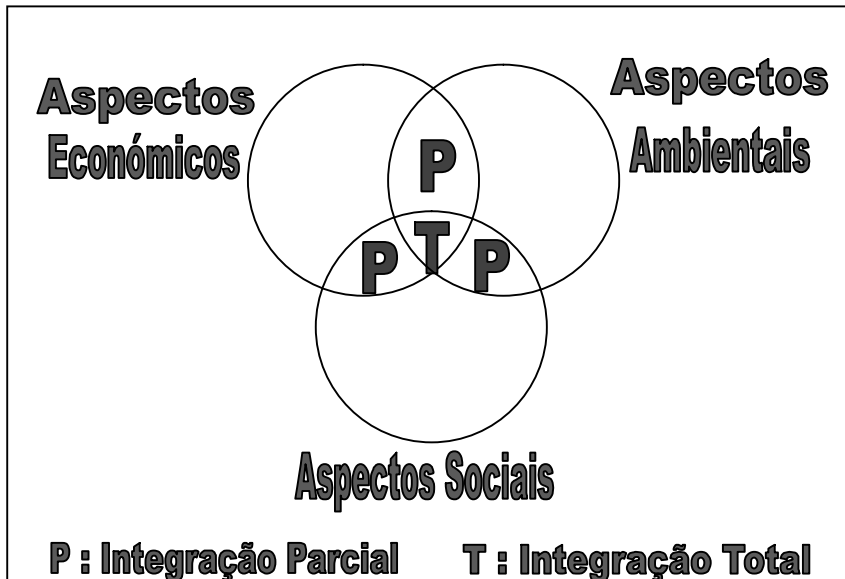
Também Farinha (2009), com base no já referido documento de 2001 da Comissão Europeia, refere que a RSE tem de ser encarada como um meio para se atingir o desenvolvimento sustentável da sociedade, pelo que as empresas têm de integrar na sua gestão preocupações com o impacto económico, social e ambiental. No entanto, e apesar da adopção de certas práticas de RSE, existem certas barreiras na implementação de políticas de RSE. Estas barreiras manifestam-se quer ao nível burocrático, quer ao nível de custos financeiros.

Para ajudar a compreender o que é a sustentabilidade, pois para Lozano (2008) é ainda um conceito difícil de entender, foram usadas diversas representações.

As três representações mais usadas são:

(1) o diagrama de *Venn*, que se define pela intersecção de três círculos em que da sobreposição resultante representa a sustentabilidade, patente na figura pela letra T;

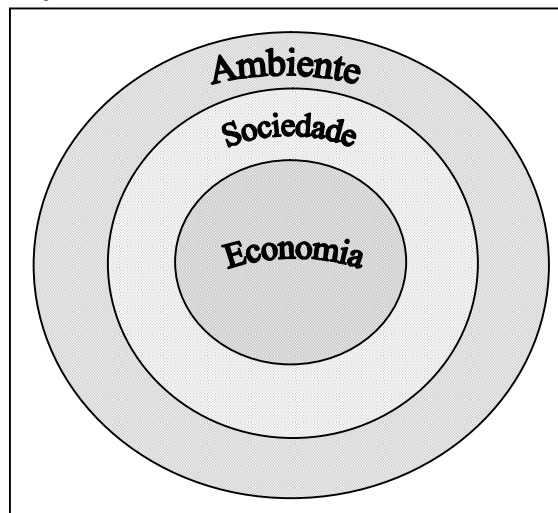
Figura nº 1 - Representação da sustentabilidade através do diagrama de Venn



Fonte: Adaptado de Lozano (2008)

(2) modelo de círculos concêntricos, descreve um grande círculo ou sistema, "o ambiente natural", com um subsistema "sociedade", que tem um subsistema "a economia", em que a sociedade é uma parte do ambiente e a economia é uma parte da sociedade;

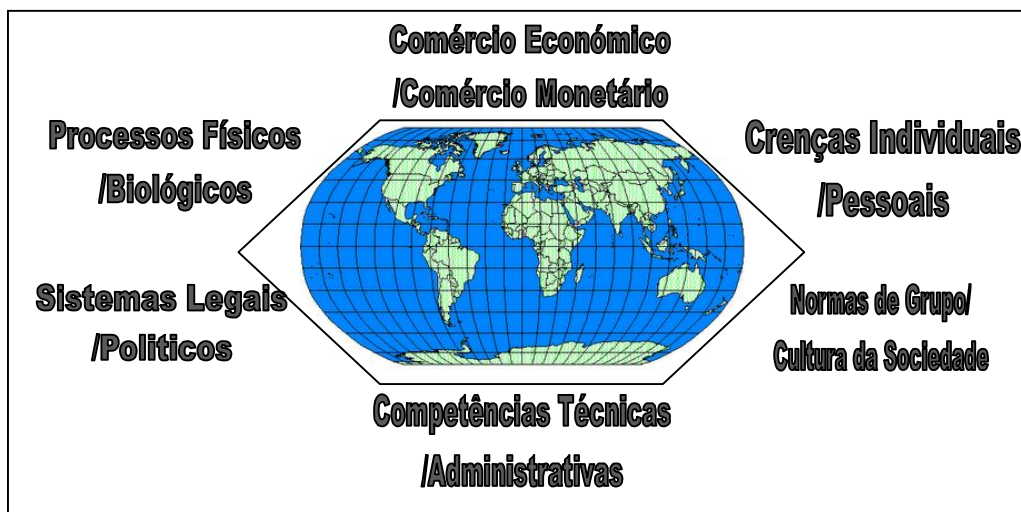
Figura nº 2 - Representação da sustentabilidade através de círculos concêntricos



Fonte: Adaptado de Lozano (2008)

(3) o Hexágono de Planeamento, que mostra as relações entre economia, ambiente, o indivíduo, normas de grupo, competências técnicas e sistemas legais e de planeamento.

Figura nº 3 - Representação da sustentabilidade através do Hexágono de Planeamento



Fonte: Adaptado de Lozano (2008)

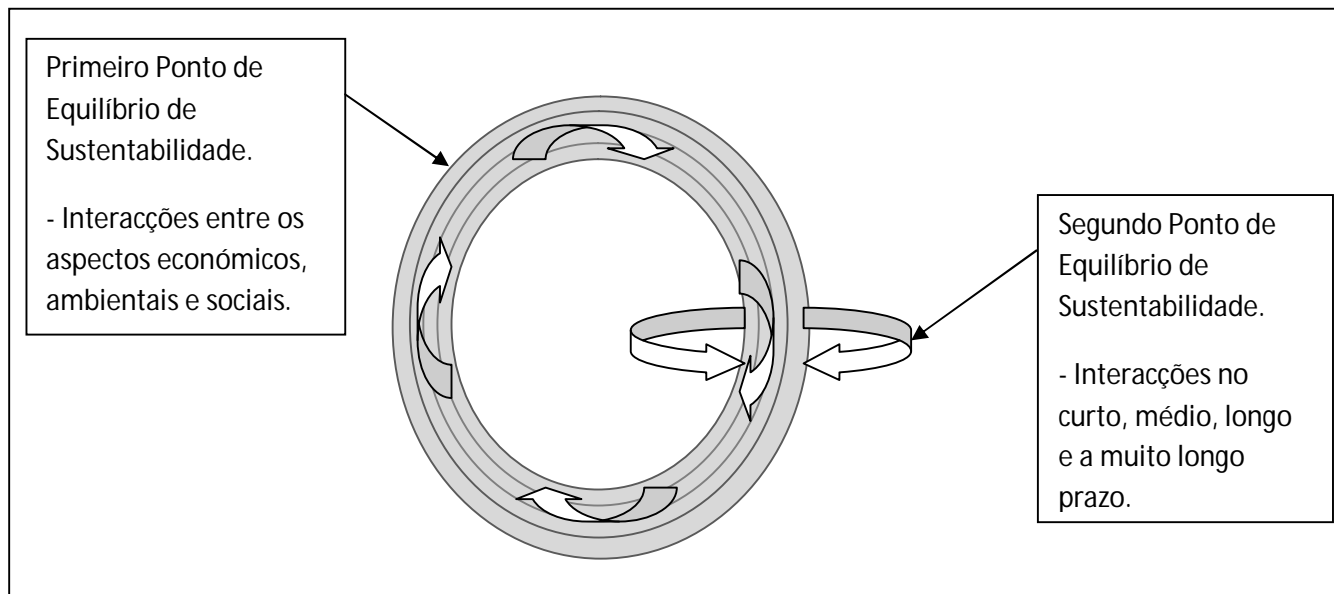
Cada uma destas representações foi útil pois permitiu ajudar a incutir no grande público a consciência da sustentabilidade. Contudo, todas elas apresentam lacunas. Todas elas representam a sustentabilidade com um estaticismo que não corresponde à sua essência. Por outro lado, existe uma falta de integração plena e de inter-relação entre os diferentes aspectos e uma falta de análise das perspectivas dinâmicas de tempo. Estas críticas reduziram a aceitação destas representações e a sua utilização por parte de investigadores da sustentabilidade (Lozano, 2008).

Este autor propõe um novo modo para representar a sustentabilidade, uma proposta designada por *Two Tiered Sustainability Equilibria* (TTSE).

Lozano (2008) apresenta pois uma proposta inovadora que representa a sustentabilidade em três dimensões, perspectivando assim a sustentabilidade como algo dinâmico e em que os aspectos económicos, ambientais e sociais, interagem ao longo do tempo uns com os outros e com questões de foro diverso.

Nesta representação, a sustentabilidade advém de dois pontos de equilíbrio dinâmicos e simultâneos: o primeiro entre os aspectos económicos, ambientais e sociais, e o segundo entre os aspectos temporais (Lozano, 2008).

Figura nº 4 - Representação da sustentabilidade através do *Two Tiered Sustainability Equilibria* (TTSE)



Fonte: Adaptado de Lozano (2008)

Após a referência às representações de sustentabilidade, no próximo subcapítulo irá abordar-se a importância do relato de sustentabilidade, devido ao aumento da exigência de informação não financeira por parte dos *stakeholders* e por o relatório de sustentabilidade ser um elemento adicional de apreciação do desempenho empresarial. Também são referidas as teorias que tentam explicar a elaboração e a publicação de relatórios de sustentabilidade por parte das empresas.

## 2.2 - A Importância do Relato de Sustentabilidade

A procura dos instrumentos voluntários ao serviço das empresas que desejam comunicar mais do que o seu desempenho económico e financeiro é um fenómeno recente (Borga et al., 2006).

Hoje, as empresas têm de justificar as suas actividades a um público crítico e não devem limitar-se apenas à comunicação da dimensão económica das suas operações, dado que actualmente uma variedade de grupos de *stakeholders* exige cada vez mais um complemento de informação e declarações sobre questões ambientais e sociais (Daub, 2007).

Por esta razão, começou a verificar-se um aumento do número de empresas que reconheceram o sinal dos tempos e estão a começar a dedicar mais atenção a questões ambientais e sociais no seu relato.

Como designação para esta nova forma integrada de relato económico, ambiental e social surgiu o termo 'relatório de sustentabilidade'. Segundo Daub (2007), o relatório de sustentabilidade deve conter a informação qualitativa e quantitativa que revele até que ponto a empresa conseguiu melhorar a sua eficácia económica, ambiental e social e a sua eficiência no período de relato, bem como integrar estes aspectos num sistema amplo de gestão de sustentabilidade.

De igual forma, o WBCSD (2002b, p.9) define estes relatórios elaborados pelas empresas "como publicações de divulgação às partes interessadas, internas e externas, da posição e das actividades corporativas relativamente às vertentes económica, ambiental e social".

Historicamente, os relatórios de sustentabilidade, no sentido mais restrito do termo, foram precedidos por três tipos diferentes de relatório: relatórios anuais, relatórios ambientais e relatórios sociais (Daub, 2007).

Para o autor que vimos seguindo, o relatório de sustentabilidade pode considerar-se uma resposta directa a modificações na sociedade que levaram por seu turno ao aumento da monitorização e à vigilância sobre as empresas por parte de um público crítico que está a exigir comportamentos mais éticos.

Esta atitude acentua o aumento da responsabilidade da empresa sobre a sociedade e sobre os seus *stakeholders*. A empresa não cria valor económico pensando nele simplesmente como um fim em si mesmo, mas antes pelo valor acrescentado que ela dá à sociedade (ao pagar salários e impostos, por exemplo). Assim, tendo em conta que pelas suas operações comerciais a empresa gera efeitos externos negativos e que quanto maior uma empresa se torna, maiores são os efeitos positivos e negativos que gera, podemos afirmar com segurança que quanto maior for uma empresa mais se manifesta a sua presença aos olhos do público e mais a empresa fica desta forma obrigada a justificar a sua presença na sociedade (Daub, 2007).

Outro contributo decisivo para a crescente importância do relatório de sustentabilidade consiste no facto de que em muitos países o relato não-financeiro sobre operações de negócios se ter tornado uma obrigação legal, facto revelador de que o mundo empresarial se está a mover em direcção à implementação de um relato mais extensivo sobre questões relacionadas com a sustentabilidade (Skouloudis e Evangelinos, 2009).

Os primeiros países a definirem normas de exigência do relato não-financeiro na área ambiental foram, numa primeira fase, a Dinamarca e a Holanda, seguindo-se a França. A par



destes países, também a União Europeia legislou sobre esta matéria (Schadewitz e Niskala, 2010).

Quick (2008) afirma que o relatório de sustentabilidade atingirá um nível de expressão mais significativo nos próximos tempos, devido ao facto de os índices de sustentabilidade recentemente desenvolvidos e o interesse crescente de investidores evidenciarem que a consciência ambiental e social da sociedade está a crescer e que o comportamento sustentável das empresas facilitará a aquisição de capital no futuro.

De acordo com o estudo internacional da KPMG (2005), os decisores das empresas começam a aperceber-se que as actividades desenvolvidas no âmbito da sustentabilidade complementam a estratégia financeira adoptada e que a sua comunicação através do relatório de sustentabilidade demonstra o compromisso que as empresas têm pelo desenvolvimento sustentável, indo ao encontro das expectativas dos *stakeholders*, constituindo-se este relatório como um elemento adicional de apreciação do desempenho empresarial.

Como já foi referido anteriormente, a alteração dos comportamentos da sociedade e dos *stakeholders* sobre as empresas, também acentuadas por recentes crises económicas, produziram consequências profundas na contabilidade e na auditoria, tese sustentada por Quick (2008).

A necessidade de acesso à informação por parte dos investidores não está a ser preenchida de forma apropriada pelos métodos de relato tradicionais. Isto deve-se ao facto de as declarações financeiras se referirem ao passado (Quick, 2008). Consequentemente, os *stakeholders* estão interessados em obter, além da informação tradicional, informação sobre o impacto das actividades empresariais (O'Dwyer et al., 2005).

Também Daub (2007) sustenta a ideia de que os métodos tradicionais se revelam manifestamente insuficientes tendo em conta as exigências actuais. Este autor refere que o relatório anual é por vezes tratado como um 'cartão de visita de negócios' da empresa, destinado a revelar aos leitores um quadro mais ou menos rápido e abrangente da organização. Numa sociedade inundada e saturada com a informação, a impressão inicial está a adquirir importância. Assim, a ideia inicial de revelar um esquema sintético da acção da empresa pode ser interpretada de forma suspeitosa, quando o agente interessado entende que o 'cartão de visita de negócios' diz muito pouco sobre a entidade por detrás dele.

Transposto ao relatório anual, isto significa que pode dar aos leitores uma informação muito superficial sobre a empresa e gerar desconfiança quanto à actividade da empresa.

Como vimos frisando, Quick (2008) refere que depois de várias tentativas nas áreas de relato social e ambiental (por exemplo, a *Eco-Management and Audit Scheme* da União Europeia), os relatórios de sustentabilidade surgiram numa tentativa de resposta a exigências de relato interdisciplinar.

Os relatórios de sustentabilidade reflectem uma integração simultânea de factores económicos, ambientais e sociais no comportamento empresarial com o objectivo de assegurar recursos para as futuras gerações (Eppel, 1999). Contudo, a sustentabilidade não significa melhorar o desempenho ambiental de uma empresa à custa dos objectivos económicos ou sociais (Quick, 2008).

O relato de sustentabilidade pode ser explicado por diversas teorias; Quick (2008) destaca a Teoria da Legitimidade, a Teoria Instrumental dos *Stakeholders* e a Teoria da Agência.

A Teoria da Legitimidade defende que o relato de sustentabilidade assume a face de um contrato tácito entre as empresas e a sociedade. Ao relatar sobre os problemas ambientais, económicos e sociais, uma empresa pode demonstrar que cumpre a sua parte do contrato e que as suas actividades coincidem com os sistemas de valor da sociedade. Isto pode impedir ou mitigar futuras exigências reguladoras que reprimiriam as opções estratégicas da empresa. Desta forma, a empresa pode manter a sua posição e reputação na sociedade (Quick, 2008).

Por seu lado, Daub (2007) caracteriza o aumento da publicação de relatórios de sustentabilidade com base na resposta das empresas ao aumento da pressão de vários grupos dentro da sociedade para legitimar as suas acções.

A Teoria Instrumental dos *Stakeholders*, também referida por Quick (2008), considera o relato de sustentabilidade como um meio de gerir as exigências dos *stakeholders* da empresa.

A referida teoria desenvolveu-se a partir de meados dos anos oitenta do século passado, tendo em vista a estratégia das organizações empresariais. Ao formularem a sua estratégia, estas devem ter em conta não somente a satisfação dos detentores do capital, os *shareholders*, mas também a de todos os grupos ou indivíduos que são afectados ou podem afectar a realização dos objectivos da organização, os *stakeholders* (Friedman e Miles, 2006).

Donaldson e Preston (1995) afirmam que a empresa conflui para o centro do horizonte de expectativas dos seus diferentes *stakeholders*. Estes grupos incluem não só parceiros de

negócio como também fornecedores e outros grupos que com ela mantêm relações não comerciais, como por exemplo, grupos políticos ou a comunidade.

Na abordagem efectuada por Donaldson e Preston (1995), relativamente à análise dos *stakeholders*, foi definida uma teoria baseada na análise de três componentes: a descritiva/empírica, a instrumental e a normativa. Em termos sintéticos, esta teoria tripartida resume-se da seguinte forma:

- a componente descritiva/empírica é usada para descrever e, em algumas situações, explicar determinadas características específicas e comportamentos sociais;
- recorre-se à componente instrumental, em conjugação com a componente descritiva/empírica quando possível, para identificar as ligações ou falta de ligações entre a gestão dos *stakeholders* e o cumprimento dos objectivos empresariais tradicionais, nomeadamente no que ao rendimento e ao crescimento da empresa diz respeito;
- já a componente normativa é utilizada para interpretar a função empresarial, incluindo as linhas de orientação moral ou filosófica, para as operações e para a gestão das empresas.

De acordo com Donaldson e Preston (1995), o relato de informação tem acontecido quer por via normativa - por imposição ou por recomendação externa -, quer pela via instrumental - em função de interesses internos e de benefícios que se podem tirar desta prática para a organização.

Na prestação de informação para o exterior da organização tem-se progredido no sentido de que os relatórios produzidos sirvam os interesses e necessidades dos diversos *stakeholders* (Friedman e Miles, 2006).

A terceira teoria explicativa do relato de sustentabilidade mencionada por Quick (2008) é a Teoria da Agência, em que o relato voluntário de problemas ambientais, económicos e sociais pode reduzir a assimetria de acesso à informação entre a gestão e os *stakeholders* de uma empresa e conduzir a uma redução dos preços de agência, podendo também evitar futuras acções contra a empresa.

Quick (2008), no seu estudo sobre as empresas alemãs cotadas na Bolsa de Valores da Alemanha, refere, sobre a prática do relato de sustentabilidade, que algumas empresas não levam a sério o conceito da sustentabilidade, e assim os seus relatórios não constituem mais

do que instrumentos de relações públicas. Desta forma, as empresas parecem negligenciar as exigências dos *stakeholders*. Seguindo esta ordem de ideias, a Teoria Instrumental dos *Stakeholders* e a Teoria da Agência tornam-se menos convenientes para explicar o comportamento em relação ao relato, sendo a Teoria da Legitimidade a mais adequada. As empresas publicam voluntariamente relatórios de sustentabilidade para prevenir exigências obrigatórias.

Também Hedberg e Malmborg (2003), num estudo empírico sobre empresas suecas, ao analisarem o fenómeno do relato de sustentabilidade em geral e o uso das directrizes G2 da GRI em particular, concluíram que as empresas produzem relatórios de sustentabilidade principalmente para terem legitimidade organizacional.

As directrizes G3 da GRI conferem uma especial atenção à relação entre a empresa e as suas partes interessadas, enfatizando que o relatório de sustentabilidade deverá responder ao que os *stakeholders* pretendem saber e aos seus interesses. Deve-se, por isso, relatar o que é realmente importante e não meras brochuras informativas de carácter quase publicitário.

Depois de se abordar a importância do relatório de sustentabilidade e das teorias que podem justificar a elaboração e a publicação de relatórios de sustentabilidade por parte das empresas, no próximo subcapítulo far-se-á referência aos benefícios e às dificuldades na implementação do relatório de sustentabilidade.

### **2.3 - Os Benefícios e as Dificuldades na implementação do Relato de Sustentabilidade**

A opção pelo relatório de sustentabilidade constitui um desafio que acarreta consigo oportunidades e riscos (Quick, 2008).

Quick (2008) refere que para as grandes empresas o risco da exposição da empresa à crítica do público, com o relatório de sustentabilidade e o custo do mesmo, pode ser superado com vantagens trazidas com a opção por este tipo de relatório. As vantagens referidas são a redução de custos operacionais, como por exemplo, a redução do custo com seguros, a redução do risco de perdas de imagem, vantagens competitivas em termos de diferenciação em relação a outras empresas e uma melhoria da organização da empresa.

Para Morhardt et al. (2002) as razões que levam as empresas a adoptar o relatório de sustentabilidade são:

- a tentativa de satisfazer condições impostas por terceiros e por normas existentes e reduzir o custo de futuras regulações adoptando uma atitude proactiva;

- o esforço para ter operações de acordo com códigos ambientais, sobretudo quando sob ameaça de sanção pelo não cumprimento;
- o esforço de reduzir custos operacionais;
- a tentativa de melhorar as relações com os *stakeholders*.

Outras razões apontadas por Daub (2007) são a tentativa de melhorar a percepção pública das actividades da empresa e assim manter e realçar a sua posição competitiva.

Os grupos interessados nos relatórios de sustentabilidade compreendem uma variedade de possíveis *stakeholders* internos e externos. Desde meados dos anos 90, muitas iniciativas têm sido propostas para abordar a sustentabilidade. Quick (2008) destaca a GRI como a líder na expansão mundial e padronização do relatório de sustentabilidade. Por seu lado, as directrizes G3 da GRI fornecem um conjunto muito apropriado de princípios que possibilitam às empresas usufruírem dos benefícios dos relatórios de sustentabilidade.

Para BSD (2005, p.5), os benefícios da adopção do relatório de sustentabilidade e as circunstâncias que os promovem podem ser resumidas da seguinte forma:

- Uma gestão efectiva na economia global, num mundo em que as informações (credíveis ou não) viajam à velocidade da Internet, requer uma postura pró-activa, a medição e o relato tanto do desempenho passado quanto do desempenho futuro é uma ferramenta crítica de gestão fundamental para fazer face às vicissitudes das dinâmicas actuais que se processam a alta-velocidade e que são pródigas em inter-relações e constantes necessidades de actualizações.
- As actuais complexidades estratégicas e operacionais requerem um diálogo contínuo com investidores, clientes, comunidade, fornecedores, e empregados. O relato é um ingrediente chave para a construção, para o sustento, e para o contínuo refinamento do envolvimento das partes interessadas. Os relatórios podem ajudar a comunicar as oportunidades e os desafios económicos, ambientais e sociais de uma organização de um modo muito mais satisfatório do que a opção de responder simplesmente aos requisitos de informação de partes interessadas.
- As empresas enfatizam crescentemente a importância das relações com partes externas, desde consumidores a investidores ou grupos da comunidade, como chave para o seu sucesso empresarial. Transparência e diálogo aberto sobre desempenho, prioridades e sustentabilidade futura ajudam a fortalecer estas parcerias e a construir confiança.

- O relatório de sustentabilidade é um veículo para ligar funções tipicamente discretas e internas da empresa – finanças, marketing, pesquisa e desenvolvimento – de um modo mais estratégico. O relatório de sustentabilidade possibilita conversas internas que de outra forma não ocorreriam.
- O processo de desenvolvimento de um relatório de sustentabilidade permite vislumbrar possíveis problemas – e oportunidades não antecipadas – em cadeias produtivas, comunidades, na gestão da reputação e marca, entre outros.
- O relatório de sustentabilidade ajuda a aguçar a habilidade da gestão em avaliar a contribuição da organização ao nível do capital natural, humano, e social. Esta avaliação engrandece a perspectiva provida pela contabilidade financeira convencional para criar uma fotografia mais completa de longo prazo. O relato ajuda também a evidenciar as contribuições sociais e ecológicas da organização e a “proposição de valor de sustentabilidade” dos seus produtos e serviços. Tal mensuração é central para a manutenção e fortalecimento da “licença para operar”.
- O relatório de sustentabilidade pode reduzir a volatilidade e a incerteza no preço da acção para empreendimentos, bem como reduzir o custo do capital. Uma mais completa e regular publicação de informações pode gerar estabilidade à condição financeira de uma empresa, por evitar maiores flutuações no comportamento do investidor causado pelas revelações públicas fora de tempo e inesperadas.

O WBCSD (2002a), como já referimos anteriormente, refere como benefícios do relatório de sustentabilidade, a transparência com e para os *stakeholders*; a manutenção de licença para o exercício da actividade; a criação de valor financeiro; a atracção de capital favorável; a motivação de equipas e a atracção de talentos; a melhoria dos sistemas de gestão; a consciência dos riscos; o encorajamento à inovação; a melhoria contínua; e o fortalecimento da reputação.

Em Portugal, de acordo com o estudo realizado pela KPMG (2006), 66% das empresas refere a melhoria do desempenho operacional e da gestão como o principal benefício na publicação do relatório de sustentabilidade. Como causa principal para a publicação do relatório de sustentabilidade, 81% das empresas referiu a reputação/marca.

Em relação às pequenas e médias empresas, Borga et al. (2006) afirmam que os principais benefícios esperados e os motivos que levam as pequenas empresas à implementação do

relatório de sustentabilidade são totalmente diferentes das pressões dos *stakeholders* a que as grandes empresas muitas vezes são sujeitas.

Os motivos da adopção do relatório de sustentabilidade pelas pequenas e médias empresas estão relacionados com a melhoria da imagem e da competitividade como resposta ao crescimento da exigência de comportamentos ambientalmente e socialmente responsáveis. Além disso, a elaboração destes relatórios pode constituir um meio para melhorar as relações através do diálogo dentro e fora da empresa (Borga et al., 2006).

Os benefícios do relatório de sustentabilidade para estas empresas, segundo o estudo de Borga et al. (2006), sustentam-se na ideia de que o relatório de sustentabilidade poderá aumentar a capacidade empresarial de atrair e manter qualificados e motivados os recursos humanos e a criação de uma identidade "sólida"; quanto ao mercado final, o relatório de sustentabilidade poderá aumentar o valor da marca pelo crescimento de uma relação contínua com os consumidores e poderá melhorar as relações com os vários *stakeholders*; em relação aos clientes, o relatório de sustentabilidade poderá ser explorado como um instrumento comercial e de *marketing*; na relação com as autoridades públicas e com a comunidade, este instrumento poderá ser um meio de informação e de envolvimento; na relação com os empregados, este documento será um bom modo de torná-los conscientes das suas responsabilidades e envolvê-los ainda mais nas actividades da empresa, e assim melhorar a qualidade do local de trabalho; por último, na escolha dos fornecedores, o relatório de sustentabilidade poderá considerar-se um instrumento para estender a cultura das questões da sustentabilidade.

Em Portugal, o relato de sustentabilidade também acarreta consigo dificuldades de implementação. Num estudo realizado pelo BCSD Portugal (2006) sobre as motivações e os impactos dos relatórios de sustentabilidade, foram referidas como principais dificuldades sentidas pelas grandes empresas portuguesas, a sistematização da informação, a definição da política de sustentabilidade, o equilíbrio entre as três variantes de ordem económica, social e ambiental, a obtenção de *feedback* por parte dos *stakeholders* e a mudança de mentalidades.

Também a KPMG (2006), na análise da situação portuguesa, revela que a principal dificuldade referida pelas grandes empresas reside nos custos e nos constrangimentos ao nível dos recursos disponíveis.

No caso particular das pequenas e médias empresas, Borga et al. (2006) referem que as razões pelas quais estas empresas não adoptam este tipo de relatório consistem na falta de

sensibilidade para as questões de sustentabilidade por parte dos empresários, na pouca disponibilidade financeira para investir neste relatório sem retorno a curto e médio prazo, na percepção de acordo com a qual este relatório traz poucas oportunidades de criar uma vantagem competitiva, na falta de conhecimentos e de disponibilização de recursos humanos para a elaboração do relatório de sustentabilidade, e na ausência de directrizes específicas para estas empresas.

Depois de se referirem os benefícios e as dificuldades na implementação do relatório de sustentabilidade, no próximo subcapítulo será abordado o relatório de sustentabilidade como ferramenta de gestão e de igual modo serão abordados alguns passos na implementação do relatório de sustentabilidade, bem como da verificação e da auditoria ao mesmo, com referência à norma AA 1000 AS e à norma ISAE 3000.

#### **2.4 - O Relato de Sustentabilidade como ferramenta de Gestão**

A propósito da implementação do relatório de sustentabilidade, Flynn (2009) afirma que, sempre que possível, o estabelecimento de metas de sustentabilidade deve ser alinhado com o ano fiscal de uma empresa e com o seu orçamento anual, de forma a introduzir a sustentabilidade na cultura da empresa. As empresas deverão organizar-se para obter sucesso com este instrumento de relato e assim obter benefícios internos e externos com a implementação do mesmo (Flynn, 2009).

Tendo em conta esses objectivos, Flynn (2009) argumenta que o processo de implementação do relatório de sustentabilidade deve atingir a organização da empresa, nomeadamente ao nível da sua estrutura, da sua visão e da sua estratégia, envolvendo factores como:

- a transparência no relatório e na comunicação com os *stakeholders*;
- o compromisso estabelecido com os *stakeholders* na sua identificação, na definição das questões importantes e na sua relevância;
- a implementação do relatório e a consequente facilidade na medição de dados, na identificação de métricas, na recolha de dados e na constituição das equipas de implementação do mesmo;
- o estabelecimento de objectivos, destacando como prioritárias as questões mais importantes e a definição de metas.

Respondendo às expectativas dos *stakeholders*, as entidades que relatam podem melhorar as suas práticas de negócios e as suas comunicações ao projectar e ao implementar sistemas



internos e processos para reunir dados relevantes e fiáveis de medição do desempenho de sustentabilidade. O relatório de sustentabilidade deve ser implementado de forma equilibrada e abrangente, de modo a evitar o risco de abordar demasiadas questões de forma meramente superficial, efectua-lo de uma forma esporádica ou de se concentrar num determinado tópico enquanto exclui outra informação crucial (Skouloudis e Evangelinos, 2009).

Skouloudis e Evangelinos (2009) sugerem que as empresas devem começar com um pequeno número de indicadores de desempenho de sustentabilidade essenciais e que melhor retratem as actividades da empresa, abarcando-os completamente e permitindo às empresas a produção de resultados que são mais úteis e eficazes quer para si e quer para os *stakeholders*. Gradualmente, com a experiência ganha, o conteúdo dos seus relatórios pode ser alargado e passar a incluir questões mais específicas e detalhadas.

A verificação dos relatórios de sustentabilidade é um dos aspectos a que as directrizes G3 da GRI dão especial atenção segundo Manetti e Becatti (2008), que abordam os serviços de garantia dos relatórios de sustentabilidade, nomeadamente a norma AA 1000 AS (ISEA, 2003), para quem fornece serviços de verificação externa, e a norma ISAE 3000 (IAASB, 2004), para utilização dos auditores de contas qualificados que realizam verificações externas de relatórios não-financeiros.

Estes autores sugerem recomendações de melhoria da ISAE 3000 e da criação de normas específicas para garantia dos relatórios de sustentabilidade. A título de exemplo, os autores exortam à existência de recomendações nacionais. Estas recomendações trouxeram elementos inovadores para o debate em torno da maximização das directrizes, elementos que não se encontravam na ISAE 3000 mas que podem ser adoptados com claros benefícios.

Por seu lado, Manetti e Becatti (2008) propõem as seguintes melhorias: a padronização do conteúdo e a forma das declarações finais; a implementação de formação específica nesta área; a identificação clara de responsabilidades das equipas interdisciplinares; a explicação dos níveis de garantia (razoável, limitado ou sem garantia) no trabalho efectuado; e a realização de mais verificações pontuais das perguntas relevantes, tais como a independência do auditor, a ligação com a auditoria financeira, a complacência legal e a materialidade da informação dada.

Exemplos de países com normas específicas sobre a auditoria dos relatórios de sustentabilidade referidos por Manetti e Becatti (2008) são: a Austrália, a Suécia, a Alemanha, a Holanda, a França e a Itália.

Quick (2008) afirma que no futuro poderá esperar-se um aumento significativo na exigência de auditoria externa e consulta no contexto do planeamento, implementação e publicação dos relatórios de sustentabilidade e que haverá uma maior conformidade do relatório de sustentabilidade a um grupo de normas, que podem derivar de autoridades nacionais ou de directrizes internacionais.

Para Quick (2008), as auditorias externas de relatórios de sustentabilidade aumentariam a confiança nos relatórios e a sua qualidade. Este autor afirma que se a qualidade dos relatórios de sustentabilidade não aumentar, as empresas correm o risco de perder a confiança pública no seu relatório ou nem sequer tirar proveito dele.

O uso do relatório de sustentabilidade como ferramenta de gestão é tratado por Adams e Frost (2008). Estes autores examinaram o processo de desenvolvimento de indicadores de desempenho-chave (*Key Performance Indicators*) para medir o desempenho da sustentabilidade e a forma como estes indicadores estão a ser usados na tomada de decisão, no planeamento e na gestão de desempenho. Adams e Frost (2008) concluem que as empresas estão a integrar cada vez mais no seu planeamento estratégico indicadores ambientais e indicadores sociais, quer seja na medição do desempenho e na tomada de decisão, quer seja na gestão dos riscos.

Adams e Frost (2008) referem também que as empresas começaram a gerir e a relatar o seu desempenho de sustentabilidade por essencialmente procurarem oportunidades de negócio em vez de adoptarem verdadeiramente uma postura moral. Este comportamento reflecte-se na avaliação da responsabilidade que os *stakeholders* fazem da actuação da empresa, que fica comprometida onde foi perceptível que aqueles dados não reflectiam a empresa de forma positiva. Consequentemente, Adams e Frost (2008) apontam para uma ligação entre o relatório de sustentabilidade e uma mudança organizacional, atitude que traria uma melhoria do desempenho de sustentabilidade.

Weber et al. (2008) analisaram a ligação entre os riscos de sustentabilidade e a concessão de crédito. Estes autores referem que a integração de riscos de sustentabilidade no processo de avaliação de concessão de crédito resultou numa melhor previsão dos riscos e na gestão dos mesmos, uma vez que o risco de sustentabilidade influencia o risco dos empréstimos, podendo prever-se que algumas das falhas no pagamento de empréstimos, causadas por questões ambientais, poderiam ter sido prevenidas se os financiadores tivessem usado um sistema de avaliação que consistisse não só na apresentação de indicadores económicos e financeiros,

mas também de indicadores de sustentabilidade. Desta forma torna-se clara a importância da adopção do relatório de sustentabilidade.

Para Moneva et al. (2006), os dados incluídos no relatório de sustentabilidade formarão a base da informação tanto da gestão como dos *stakeholders* da organização. Para tal, os *stakeholders* devem estar em posição de controlar e avaliar o progresso da organização em direcção à sustentabilidade.

Após este subcapítulo onde se fez uma abordagem ao relatório de sustentabilidade como ferramenta de gestão, no próximo subcapítulo irá referir-se a importância da comunicação da sustentabilidade, nomeadamente da utilização da Internet na divulgação do relatório de sustentabilidade

## **2.5 - A Internet e o Relato de Sustentabilidade**

A comunicação desempenha um papel essencial no envolvimento das empresas com os *stakeholders*, na medida em que proporciona a criação de relações de confiança e de lealdade entre as partes e acarreta consigo vantagens na realização de negócios (Wheeler e Elkington, 2001).

Deste modo, a comunicação da sustentabilidade aos *stakeholders* assume-se como uma característica determinante da responsabilidade empresarial no século XXI (Wheeler e Elkington, 2001).

Como solução para a melhoria da comunicação, Wheeler e Elkington (2001) prevêem que o relato empresarial seja essencialmente efectuado *online*, e que cada vez mais funcione interactivamente em tempo real, disponibilizando a diferentes *stakeholders* a 'mistura certa de informação, no formato certo e no momento oportuno', designada por estes autores como o 'relatório de sustentabilidade cibernético' (p.2). Esta forma de relatório será importante tanto para analistas financeiros, formadores de opinião, comentadores e, igualmente, para os *stakeholders* directos, e possibilitará não só o aumento de comunicações interactivas além do que é actualmente possível, como ajudará as empresas a navegar com sucesso nos seus mercados.

Neste cenário, segundo Wheeler e Elkington (2001), as empresas terão de conhecer as expectativas dos seus *stakeholders* e ser capazes de disponibilizar aos clientes, investidores e outros *stakeholders* a informação essencial no momento oportuno e no formato certo, permitindo a obtenção de benefício para o valor dessa mesma informação.

Para Shepherd et al. (2001), o relatório ambiental e o relatório de sustentabilidade são uma prática crescente entre as maiores empresas globais. Em muitos casos, estes relatórios estão disponíveis *online*.

A verdadeira utilidade da Internet é um factor que ainda não está a ser gerido em muitos relatórios ambientais e em relatórios de sustentabilidade disponíveis *online*. Muitas vezes os interessados manifestam dificuldade em aceder à *home page* da empresa (verificando-se, por exemplo, que o endereço não permite o acesso à página correcta da empresa), em localizar o documento no respectivo *site*, muitos dos relatórios estão unicamente disponíveis em formato *Portable Document Format* (PDF), e verifica-se ainda dificuldade de navegação dentro dos próprios documentos (Shepherd et al., 2001).

Shepherd et al. (2001) afirmam que a Internet permite a interactividade entre uma empresa e os seus *stakeholders*, a possibilidade de actualizações em tempo real da informação e a recuperação de informação especializada. A Internet assume-se assim como ferramenta essencial para o sucesso do relatório de sustentabilidade.

Sobre os benefícios da utilização da Internet para o relato empresarial, Isenmann e Lenz (2002) referem que a Internet proporciona benefícios em quatro áreas: benefícios relativos aos propósitos subjacentes à publicação de relatórios, benefícios relativos ao processo de relato no seu todo, benefícios relativos ao conteúdo do relatório, e benefícios sobre o *design* do relatório.

Em termos de comunicação empresarial, o uso profissional da Internet irá melhorar a forma como as empresas transmitem informações, o modo de comunicar e gerir os seus negócios, interna e externamente, beneficiando assim todos os membros envolvidos no relato, os destinatários principais e outros *stakeholders* (Isenmann e Lenz, 2002).

De igual modo, Isenmann (2005) refere que o relato que utiliza a Internet, especialmente a *World Wide Web* (WWW), está a emergir rapidamente e a ser um método cada vez mais popular. Hoje o relato *online* tornou-se parte das práticas de negócios e assuntos diários de um número considerável de empresas, e assim muita da comunicação necessária aos grupos alvo das empresas e a outros *stakeholders* (utilizadores) está disponível na WWW: os relatórios, as brochuras, os panfletos, os boletins, as notas de imprensa, os *slides*, as apresentações, as sequências áudio, os clipes de vídeo, e assim por diante, estão acessíveis via *download* e/ou *online*, preparados para ser descarregados ou automaticamente espalhados via *e-mail* ou outras tecnologias contemporâneas.

No entanto, apesar do progresso considerável que as empresas efectuaram nos últimos anos, o papel da Internet como um meio emergente baseado no computador, e as suas capacidades únicas na forma e no conteúdo, precisam de ser melhor entendidas (Isenmann, 2005).

Isenmann (2005) afirma que sem o suporte das tecnologias de informação e de comunicação (TIC) a evolução no relato de sustentabilidade é bastante difícil. O autor refere que quando se emprega uma abordagem de relato baseado na Internet a empresa está em condições para desempenhar as suas funções de gestão de informação de forma eficaz, bem como para utilizar os seus recursos humanos e organizacionais de forma mais eficiente. Para além destas vantagens, um relatório "cibernético" permite comunicar as questões ambientais e as questões de sustentabilidade de um modo mais significativo ao facilitar o diálogo com os *stakeholders*, a interactividade, as possibilidades de *feedback* e a disponibilização de relatórios elaborados à medida que respondem às exigências de certos padrões de relato e a directrizes, e dão ainda resposta às necessidades de informação dos grupos alvo.

Também Isenmann et al. (2007) referem que o relatório de sustentabilidade *online* com o apoio das actuais TIC, em particular da Internet, oferece uma variedade de recursos específicos e benefícios técnicos que melhoram a comunicação de sustentabilidade, tanto para as empresas (relatores) como para os seus vários *stakeholders* (utilizadores dos relatórios). Em comparação com os outros métodos, Isenmann et al. (2007) afirmam que o relatório *online* usado para a comunicação de sustentabilidade supera as limitações do relatório baseado no papel, tais como o facto de estes relatórios terem um formato único, serem impressos e serem a única via de comunicação, pois, tal como mencionam Isenmann et al. (2009), o relatório de sustentabilidade que utiliza a Internet proporciona vantagens, nomeadamente ao nível da interactividade, da personalização, da comunicação à medida das necessidades e das preferências dos *stakeholders*, e a participação e o diálogo com os mesmos.

Rikhardsson et al. (2002) realizaram uma pesquisa sobre a divulgação de informações sociais e ambientais nos sítios da Internet das empresas da *Global Fortune 500* (GF500) quanto à utilização da Internet na divulgação do relatório de sustentabilidade, e acerca do modo como estas empresas usam a Internet para comunicar estas informações. Os resultados revelam que muitas empresas da GF500 relatam sobre questões ambientais e sociais nos seus sítios da Internet e/ou em relatórios específicos disponíveis para *download*.

No entanto, muitas empresas relatam sobre questões sociais, mas centram-se em políticas e descrições em vez de divulgarem informação sobre o desempenho, como é o caso com a informação ambiental (Rikhardsson et al., 2002). Os autores concluem que as empresas ainda

não usufruem do potencial da Internet. De igual modo, poucas empresas oferecem instrumentos de pesquisa e recuperação de informação ou apresentam a informação em outros formatos além de texto e números.

A expectativa que recai sobre o papel da Internet na divulgação de relatórios de sustentabilidade é que esta constituirá uma mais-valia para as empresas que os elaborem ao nível da obtenção dos benefícios da divulgação de dados económicos, ambientais e sociais.

Frost et al. (2005) examinaram as práticas de relato de sustentabilidade das empresas incluídas na Bolsa de Valores australiana, consultando os relatórios anuais e os sítios da Internet, com base em indicadores-chave delineados na estrutura da GRI. Os autores consideram que o relatório anual é a fonte de informação menos valiosa sobre a sustentabilidade quanto ao número de indicadores observados e à diversidade da informação fornecida, enquanto os sítios da Internet fornecem maiores níveis da informação sobre a sustentabilidade. Contudo, os níveis globais de divulgação são geralmente baixos.

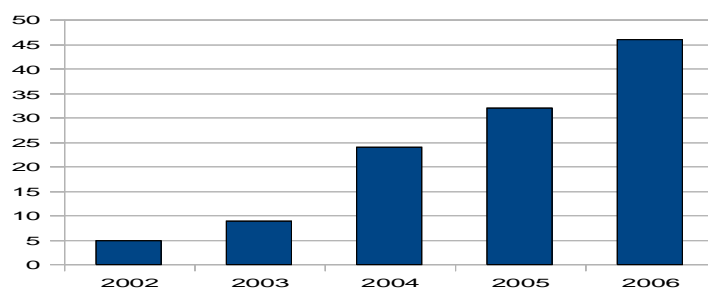
Herzig e Godemann (2010) estudaram as tendências na utilização da Internet na divulgação do relatório de sustentabilidade pelas empresas alemãs cotadas na Bolsa de Valores da Alemanha. Segundo estes autores, as empresas consideram cada vez mais úteis os recursos de Internet, sobretudo ao nível da redução dos custos de informação para as empresas e para os *stakeholders*, mas não no aumento do valor das empresas através de um diálogo mais intensivo e credível. Os resultados alcançados no estudo indicam também uma ligeira quebra na divulgação de soluções de compromisso e dos conflitos derivados dos impactos ambientais, sociais e económicos dos negócios.

Após este subcapítulo onde se fez referência à utilização da Internet na divulgação do relatório de sustentabilidade, no próximo subcapítulo será retratada a realidade em Portugal da elaboração e publicação de relatórios de sustentabilidade, com referência aos estudos do BCSD Portugal (2006), da KPMG (2006) e da KPMG (2008).

## **2.6 - O Relato de Sustentabilidade em Portugal**

O BCSD Portugal (2006) refere que existe um número cada vez maior de empresas a publicar relatórios na área da sustentabilidade a nível mundial, tendência que Portugal tem acompanhado, como se pode observar na figura nº 5.

Figura nº 5 - Evolução da publicação de Relatórios de Sustentabilidade em Portugal



Fonte: Adaptado de BCSD Portugal (2006)

Do estudo realizado pelo BCSD Portugal (2006), numa amostra de 15 relatórios de sustentabilidade publicados em 2005 e referentes a 2004, pode-se afirmar que as principais motivações para a publicação dos relatórios de sustentabilidade são: a comunicação com os *stakeholders*; o relatório de sustentabilidade como ferramenta de gestão; e a imagem. Em relação ao impacto do relatório de sustentabilidade a nível interno, o principal impacto referido foi a sistematização e o relato de informação. A nível externo, o principal impacto foi a satisfação de clientes e dos *stakeholders*.

A ausência da definição de uma política de sustentabilidade constituiu uma das principais dificuldades identificadas pelas empresas. Esta constatação realça a necessidade do envolvimento da gestão de topo e a integração da sustentabilidade na visão e na política estratégica da empresa (BCSD Portugal, 2006).

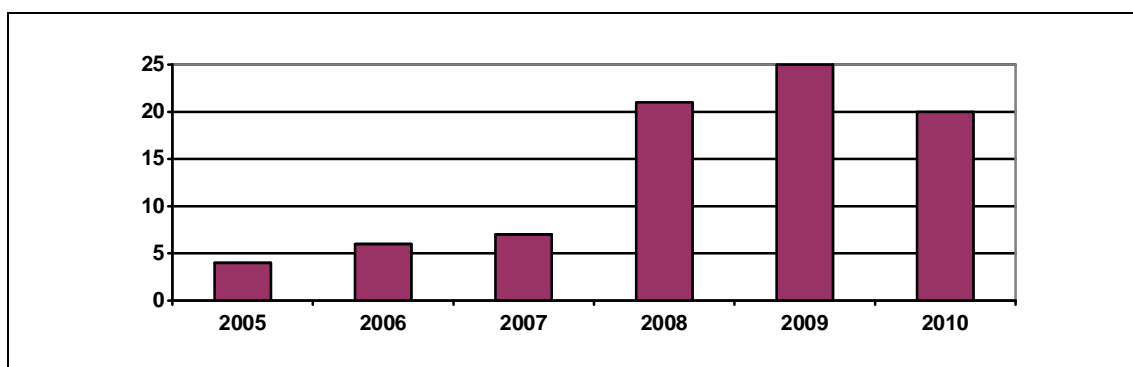
O BCSD Portugal (2006) refere que embora a maioria das empresas tenha afirmado ter estabelecido contactos com os *stakeholders* antes da elaboração dos relatórios de sustentabilidade através de inquéritos e da promoção de reuniões de trabalho, nem sempre se verifica o mesmo nível de iniciativas e de adesão no que se refere à recolha de *feedback*. Isto significa que neste processo de comunicação não só as empresas devem procurar melhorar os canais de comunicação para recolher o *feedback*, mas as partes interessadas também têm que assumir um papel mais participativo no processo.

O BCSD Portugal (2006) afirma que, numa perspectiva do futuro do relatório de sustentabilidade, a gestão eficiente das organizações - onde impera uma visão de longo prazo - permite antecipar e resolver potenciais problemas e simultaneamente antever oportunidades de negócio.

O BCSD Portugal (2006) sugere que o relatório de sustentabilidade deverá primar pela inovação, pelo que as empresas não devem cair no erro de se tornarem repetitivas na sua exposição.

Em Portugal, a publicação de relatórios de sustentabilidade de acordo com as directrizes da GRI tem tido um comportamento de crescimento, como se pode notar na figura seguinte.

Figura nº 6 - Evolução da publicação de Relatórios de Sustentabilidade em Portugal, de acordo com as directrizes da GRI



Fonte: GRI (2010)

Igualmente sobre a realidade do relato de sustentabilidade em Portugal e, num âmbito mais restrito, sobre a questão de saber se as empresas publicam o relatório de sustentabilidade, Santos et al. (2007) referem que, numa amostra de vinte e uma grandes empresas portuguesas que correspondem a 6,4% do PIB, 62% responderam afirmativamente enquanto que a resposta foi negativa por parte dos restantes 38%.

Para Santos et al. (2007) a gestão de riscos ambientais, sociais e económicos aumenta a reputação e contribui para o activo da empresa. Desta forma, o relatório de sustentabilidade contribui para a diferenciação da empresa ao provocar as seguintes consequências positivas: ao atrair clientes e fornecedores; ao antecipar desafios; ao permitir a identificação de novas oportunidades de negócio; ao criar vantagens comparativas; ao ser um factor de competitividade; e ao permitir uma melhoria da gestão de riscos.

Uma vez enunciadas as consequências positivas do relatório de sustentabilidade, Santos et al. (2007) apresentam uma lista de atitudes a evitar na elaboração de um relatório de sustentabilidade: o relatório não deve ser considerado uma mera peça de comunicação; não deve ficar circunscrito a valores e a indicadores quantitativos; não deve ambicionar responder a todos os indicadores no primeiro ano; jamais deverá esquecer a componente estratégica; e jamais deverá ser efectuado sem se ter em conta o diálogo interno e externo.



O estudo da KPMG sobre a publicação de Relatórios de Sustentabilidade em Portugal no ano de 2006, destaca a importância da comunicação dos resultados não financeiros e a obtenção de vantagens competitivas no quadro do desenvolvimento sustentável (KPMG, 2006).

No estudo da KPMG (2006), da amostra inicial de 536 das maiores empresas nacionais, apenas 103 responderam ao inquérito, das quais apenas 34% (35 empresas) publicam informação relativa à sustentabilidade e 60% publicam relatórios independentes. Por seu lado, 25% das empresas do PSI 20 publicaram em 2006 um relatório de sustentabilidade.

Apenas dez das 100 maiores empresas nacionais publicaram informação relativa à sustentabilidade (relatório independente ou capítulo do Relatório e Contas), o que, tendo em conta as referências internacionais que rondam os 33%, coloca Portugal num patamar bastante afastado da média internacional (KPMG, 2006).

O estudo da KPMG (2006, p.9 e p.11) chegou às seguintes conclusões:

- Os principais benefícios que as empresas afirmam obter com a publicação de informação relativa à sustentabilidade são: a melhoria do desempenho operacional e de gestão; a aquisição da confiança de investidores e de instituições financeiras; e a melhoria da reputação, ainda que a principal motivação esteja relacionada com a reputação/marca das empresas, seguida de questões éticas, da inovação e da aprendizagem, e da gestão ou da minimização do risco.
- As dificuldades sentidas na publicação dos relatórios de sustentabilidade são: os custos e os constrangimentos ao nível dos recursos disponíveis; a necessidade de recursos adicionais para implementar um sistema de medição e relato; e a inexistência de indicadores.
- A verificação dos relatórios não é ainda um aspecto relevante para as empresas, apenas 42% tiveram o seu relatório verificado.
- Os principais benefícios identificados para a verificação dos relatórios são: o aumento da reputação e da credibilidade das empresas; a identificação de oportunidades de melhoria; e a minimização do risco de publicação de informação incorrecta. De forma inversa, os principais constrangimentos prendem-se com o custo associado à verificação externa e à falta de recursos para acompanhar o processo de verificação.

- As directrizes da GRI são as mais utilizadas pelas empresas na elaboração do relatório. 66% das empresas afirmam que seguiram as directrizes da GRI na produção dos seus relatórios, e destas, 25% referiram que efectuaram o relatório “de acordo com” as directrizes G2 da GRI.
- A consulta aos *stakeholders* é ainda muito reactiva, 60% das organizações afirmam que a identificação dos aspectos materiais para os *stakeholders* é feita com base nas respostas a questões colocadas por estes.
- Os canais mais recorrentemente utilizados para a comunicação são os relatórios independentes do Relatório e Contas (61%), a inclusão de um capítulo específico no Relatório e Contas (31%) e o *website* da organização (8%).
- É evidente a participação transversal de diferentes áreas/departamentos na elaboração da informação a publicar, sendo que as áreas de Comunicação e de Ambiente são as que revelam maior protagonismo.
- Existe uma grande dispersão ao nível dos sectores que mais investem na publicação de informação sobre sustentabilidade. Os sectores que mais se destacam neste ramo são os sectores de transportes, construção, comércio e banca.
- Num horizonte de três anos prevê-se que os resultados evoluam, uma vez que 58% das empresas afirmam que pretendem publicar informação relativa à sustentabilidade. Este aumento será resultado do aumento da sensibilização das organizações para estes temas e de pressões regulamentares.

É de salientar que a publicação do relatório de sustentabilidade é apenas um meio de comunicação ao serviço das empresas. Estas não devem descurar que a focalização das organizações deve centrar-se igualmente na definição de uma estratégia, no estabelecimento e na monitorização de objectivos, em suma, no desempenho da organização.

Passados dois anos da publicação do estudo da KPMG (2006), a KPMG (2008) efectuou um estudo internacional (englobando também aí o nosso país) cujos resultados revelam um aumento significativo no relato das 100 maiores empresas portuguesas em comparação com 2006. Em 2006, 10% das 100 maiores empresas emitiu um relatório de sustentabilidade ou incluiu um capítulo sobre o assunto no relatório anual, um número muito inferior ao de 2008, ano em que 61 empresas das 100 maiores publicaram um relatório de sustentabilidade. Este

aumento na elaboração de relatórios é resultado da consciência crescente e do compromisso para com as questões de sustentabilidade entre as empresas portuguesas.

Os principais sectores com relatório de sustentabilidade incluem empresas com um alto impacto ambiental. Nesses casos verificou-se que mais de 50% das empresas relatam informação sobre o seu desempenho em questões de sustentabilidade. Outra alteração notada neste estudo é que o sector das finanças, seguros e segurança compreende mais de 60% de empresas que relatam sobre a sustentabilidade (KPMG, 2008).

Ainda assim, metade das 61 empresas da amostra deste estudo não emitiu um relatório de sustentabilidade separado. Integrar informação em relatórios anuais é, muitas vezes, uma opção preferencial. Esta opção justifica-se pela falta de recursos de relato e pela percepção nas empresas de que o esforço não é compensador face aos custos da emissão.

São escassos os relatórios de sustentabilidade de empresas portuguesas que contenham comentários de entidades externas à empresa – apenas 29% dos 61 relatórios. Estes resultados vão ao encontro da baixa percentagem de relatórios externamente verificados, 25% dos 61 relatórios. Embora a verificação do relatório em Portugal esteja a aumentar, falta às empresas entender os benefícios deste processo (KPMG, 2008).

O próximo capítulo é dedicado à GRI, onde será abordada a história da organização e posteriormente são referidos o conteúdo das directrizes G2 e das directrizes G3, bem como as diferenças entre ambas. Este capítulo é finalizado com uma referência à importância desta organização e à utilização das suas directrizes.

### **3 - Global Reporting Initiative**

#### **3.1.- A História**

A GRI apresenta-se como uma entidade de referência na abordagem do tema do Relato de Sustentabilidade. A sua importância deriva das possibilidades oferecidas nas suas directrizes para estimular, orientar e apoiar as organizações que pretendem usar este novo tipo de comunicação com os seus *stakeholders* (Moneva et al., 2006; Thurm, 2006; Guenther et al., 2007; Hansen, 2007; Moneva e Ortas, 2008; Bernhart, 2009; Carvalho et al., 2009; Flynn, 2009; Sherman, 2009; Skouloudis e Evangelinos, 2009; Skouloudis et al., 2009; Westlund, 2009).

A GRI resulta de um projecto da *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (CERES) com o Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP - *United Nations Environment Programme*). O projecto foi iniciado em 1997 e tinha como missão apresentar o primeiro esboço das directrizes que deveriam orientar as empresas que decidissem optar pela apresentação de um relatório de sustentabilidade. As primeiras directrizes foram publicadas em Junho de 2000. No seguimento desta publicação, a GRI criou Grupos de Trabalho de Revisão para assistir na revisão destas directrizes e para fomentar rigor conceptual. Este processo de revisão possuía três objectivos básicos: alargar a base de *stakeholders* das directrizes, melhorar o relato de sustentabilidade e promover a sua utilidade e credibilidade (Moneva et al., 2006).

Nos Estados Unidos da América, em 1997, Bob Massie, presidente da CERES, e Allen White, do Instituto Tellus em Boston, tornaram-se nos grandes mentores da ideia de desenvolver normas de divulgação que se aplicariam globalmente e através dos sectores industriais (Carvalho et al., 2009).

Segundo Carvalho et al. (2009), a GRI apresentava alguns objectivos inovadores. Eram eles:

- a criação de normas através do empenho e da ajuda de um conjunto de partes interessadas, que tendencialmente não se associariam;
- a produção de normas em gerações sucessivas, com o objectivo de assegurar a sua adaptabilidade e sobrevivência a longo prazo;
- a criação de uma organização independente que em 2002 foi oficialmente instalada em Amesterdão.

Na sequência do processo de revisão, iniciado após a publicação da primeira versão das directrizes em Junho de 2000, surgiu, em Abril de 2002, a segunda versão das directrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade (directrizes G2 da GRI). Em BSD (2005, p.2)

podemos observar o cuidado da comissão na inclusão do máximo de pareceres na prossecução de um maior aperfeiçoamento do documento: “O processo de elaboração da segunda versão das directrizes beneficiou de extensivo comentário público de partes interessadas de todo o mundo. Todos os comentários foram cuidadosamente considerados e alguns deles foram escolhidos para serem incorporados às directrizes. Dentro de um processo de aprimoramento contínuo, a partir de 2003 foi iniciado um novo ciclo de revisões que culminou no lançamento de uma versão actualizada de directrizes, directrizes G3 da GRI, em 4 de Outubro de 2006”.

Esta abordagem, por considerar as várias partes interessadas, conferiu à estrutura de elaboração de relatórios proposta pela GRI, ampla credibilidade junto desses mesmos grupos de partes interessadas (GRI, 2006a, p.3).

A missão da GRI consiste em satisfazer as organizações que pretendem usar este novo instrumento de relato, oferecendo uma estrutura credível para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade. Espera-se pois que esta ferramenta possa ser utilizada pelas várias organizações independentemente da sua dimensão, sector ou localização, e fazer com que os relatórios de sustentabilidade tenham o mesmo nível de qualidade e importância dos relatórios financeiros. A expectativa é ainda que possa desenhar e melhorar continuamente as directrizes de relatórios, neles reflectindo as três dimensões de sustentabilidade (económica, ambiental e social) e que construa uma instituição global e permanente para administrar as directrizes (GRI, 2006a, p.3).

Por sua vez, Carvalho et al. (2009) referem-se à reunião anual da GRI em 2006, em Amesterdão, como um acontecimento demonstrativo de reconhecimento, do prestígio e da influência desta entidade. A comprovar esta afirmação está o facto de o evento ter tido uma assistência de quase mil pessoas, representativas do mundo de negócios global, do capital de investimento, das organizações civis da sociedade, dos profissionais, e de outros empreendedores. A mensagem transmitida apontava no sentido de que a divulgação da sustentabilidade se tinha tornado numa norma estabelecida de comportamento da responsabilidade social das empresas e que a GRI definiu uma marca de nível global em como tal divulgação deve ser feita e julgada.

Durante todo este tempo a GRI enfatizou a relação entre divulgação de sustentabilidade e divulgação financeira, acentuando a desejável interligação entre ambas. Os princípios da divulgação de sustentabilidade da GRI destacam as ideias e os atributos fundamentais da divulgação envolvendo-os directamente com os princípios de divulgação financeira

desenvolvidos pelo IASB, a maior organização internacional de normas para divulgação de informação financeira (Carvalho et al., 2009).

De igual modo, Sherman (2009) refere que a GRI desenvolveu uma estrutura detalhada destinada a criar uma analogia próxima dos princípios contabilísticos geralmente aceites (PCGA) para o relato financeiro. Em termos práticos, se as empresas usarem as mesmas regras básicas na preparação dos seus relatórios de sustentabilidade, a informação apresentada naqueles relatórios será mais comparável entre si.

A criação de um padrão comum para o relatório de sustentabilidade é benéfica tanto para os leitores como para os elaboradores do relatório de sustentabilidade, pois facilita e permite a comparabilidade e a compreensão, além de reduzir os custos de elaboração. Do ponto de vista de Borga et al. (2006), uma estrutura comum facilitaria a preparação do documento, guiaria o processo de identificação e recolha de dados, além de que uma estrutura comum faria os relatórios mais legíveis, comparáveis e verificáveis e aumentaria a transparência.

Contrariamente ao tradicional modelo de relato financeiro, o qual não permitia transmitir informação válida acerca do valor, das oportunidades e dos riscos de uma empresa, a GRI veio dar o seu contributo ao apresentar formas de resolução dos problemas e das limitações do modelo tradicional de relato financeiro.

A questão que se tem colocado a directores das empresas, investidores, consumidores, governos e outras partes interessadas, consiste em saber como obter uma visão clara dos impactos humanos e ambientais dos negócios, para que sejam tomadas decisões fundamentadas (GRI, 2000). Estas aspirações podem desde há uma década ser concretizadas recorrendo às directrizes da GRI.

O interesse comum na indagação de novas perspectivas de avaliação e de comunicação dos impactos das empresas tem conduzido ao surgir de uma quantidade considerável de relatórios. Infelizmente, os mesmos têm apresentado resultados contraditórios.

A GRI pretende assim resolver o paradoxo subjacente ao objectivo de responder às necessidades de informação de diferentes grupos de *stakeholders*, por um lado, e por outro, responder ao crescente número de dúvidas que as empresas enfrentarem, através da redução da confusão suscitada pela prolixidade de métodos utilizados ao contribuir para a homogeneização das regras de elaboração, e através da maximização do valor dos relatórios, tanto para as organizações que os produzem como para aqueles que utilizam essa informação (Carvalho et al., 2009).

Em 2000 a GRI tinha a noção que o objectivo de relatar as dimensões económica, ambiental e social da actividade da organização estava ainda numa fase embrionária de um caminho que continuaria por muitos anos.

### 3.2.- O Conteúdo das directrizes G2

Em seguida apresenta-se um quadro síntese que facilita a consulta do conteúdo das directrizes G2 para elaboração dos relatórios de sustentabilidade (Quadro nº 1), publicadas em Abril de 2002 pela GRI:

Quadro nº 1: Conteúdo das Directrizes G2 da GRI (2002)

<b>Conteúdo das Directrizes G2 da GRI (2002)</b>	
<b>Introdução</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tendências;</li> <li>- Os Benefícios dos Relatórios de Sustentabilidade;</li> <li>- Convergência entre Necessidade e Oportunidade.</li> </ul>
<b>Parte A: Utilizar as Directrizes da GRI</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O que são as Directrizes da GRI?;</li> <li>- O que é um Relatório de Sustentabilidade?;</li> <li>- Relação com as Partes Interessadas (<i>stakeholders</i>);</li> <li>- Quem deve Utilizar as Directrizes?;</li> <li>- A Família de Documentos da GRI;</li> <li>- Preparar um Relatório baseado na Família de Documentos da GRI;</li> <li>- Relação entre as Directrizes e Outros Instrumentos de Gestão da Sustentabilidade;</li> <li>- Expectativas e Formato dos Relatórios</li> </ul>
<b>Parte B: Princípios para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Introdução</li> <li>- Organização dos Princípios</li> <li>- 1 - Transparência</li> <li>- 2 - Inclusão</li> <li>- 3 - Auditabilidade</li> <li>- 4 - Abrangência</li> <li>- 5 - Relevância</li> <li>- 6 - Contexto da sustentabilidade</li> <li>- 7 - Exactidão</li> <li>- 8 - Neutralidade</li> <li>- 9 - Comparabilidade</li> <li>- 10 - Clareza</li> <li>- 11 - Periodicidade</li> </ul>
<b>Parte C: Conteúdo do Relatório</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Esclarecimentos Gerais</li> <li>- Visão Geral da Parte C</li> <li>- Conteúdo do Relatório da GRI</li> <li>- 1. Visão e Estratégia;</li> <li>- 2. Perfil;</li> <li>- 3. Estrutura de Governação e Sistemas de Gestão;</li> <li>- 4. Índice do Conteúdo da GRI;</li> <li>- 5. Indicadores de Desempenho</li> </ul>

<b>Conteúdo das Directrizes G2 da GRI (2002)</b>	
<b>Parte C: Conteúdo do Relatório</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Indicadores de Desempenho Económico;</li> <li>- Indicadores de Desempenho Ambiental;</li> <li>- Indicadores de Desempenho Social.</li> </ul>
<b>Parte D: Glossário e Anexos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Glossário</li> <li>- Anexo 1: Visão Geral da GRI</li> <li>- Anexo 2: Relações entre o Relatório de Sustentabilidade e o Relatório Financeiro</li> <li>- Anexo 3: Implementação Progressiva das Directrizes</li> <li>- Anexo 4: Credibilidade</li> <li>- Anexo 5: Indicadores da GRI</li> <li>- Anexo 6: Sumário do Conteúdo da GRI</li> <li>- Agradecimentos</li> </ul>

Fonte: Adaptado de GRI (2002)

Do conteúdo das directrizes G2 destacou-se a flexibilidade no uso das directrizes, incluída no último item da Parte A das directrizes; os princípios para a elaboração dos relatórios, referidos na Parte B das directrizes; a especificação do conteúdo do relatório e a clarificação dos aspectos e dos indicadores de desempenho, abordados na Parte C das directrizes.

A flexibilidade no uso das directrizes G2 é referido no último item da *Parte A, Expectativas e Formato dos Relatórios*, que pode corresponder a uma abordagem informal, ou alcançar os parâmetros da opção “*de acordo com*”. Os relatórios que estejam “*de acordo com*” as directrizes G2 deverão respeitar os objectivos centrais da estrutura proposta pela GRI, nomeadamente, a comparabilidade e a flexibilidade.

De seguida, a Parte B, com o título “*Princípios para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade*”, faz uma introdução aos princípios e objectivos dos relatórios. Posteriormente, são explicados o modo como os princípios são organizados e a sua hierarquia, sendo igualmente apresentada uma descrição de cada um deles.

O terceiro capítulo das directrizes G2, denominado de *Parte C: Conteúdo do Relatório*, apresenta no início uma série de esclarecimentos gerais sobre os limites do relatório, o uso de protocolos técnicos, as unidades de medida, os períodos de tempo e metas (os relatórios deverão incluir dados do ano actual do relatório e dos dois anos anteriores e objectivos para o futuro), os dados absolutos e normalizados, a consolidação e desagregação de dados, o uso de gráficos e, por fim, a inclusão de sumário executivo no relatório.

O conteúdo do relatório baseado nas directrizes G2 é dividido em 5 partes, sendo enunciados nelas os pontos a respeitar:



- 1. Visão e Estratégia (pontos 1.1 e 1.2);
- 2. Perfil, composto por três elementos, Perfil Organizacional - pontos 2.1 a 2.9; Âmbito do Relatório - pontos 2.10 a 2.16 e; Perfil do Relatório - pontos 2.17 a 2.22;
- 3. Estrutura de Governação e Sistemas de Gestão, também com três elementos, Estrutura de Governação - pontos 3.1 a 3.8; Participação das Partes Interessadas - pontos 3.9 a 3.12 e; Políticas Abrangentes e Sistemas de Gestão - pontos 3.13 a 3.20;
- 4. Índice do Conteúdo da GRI - ponto 4.1;
- 5. Indicadores de Desempenho:
  - os Indicadores de Desempenho Económico, sobre impactos directos e indirectos, incluem 5 aspectos<sup>2</sup> e 13 indicadores<sup>3</sup>;
  - os Indicadores de Desempenho Ambiental englobam 10 aspectos e 35 indicadores e;
  - os Indicadores de Desempenho Social dividem-se em quatro tipos de Indicadores, os Indicadores de Desempenho sobre Práticas Laborais e Condições de Trabalho, com 5 aspectos e 17 indicadores; os Indicadores de Desempenho sobre Direitos Humanos, com 9 aspectos e 14 indicadores; os Indicadores de Desempenho sobre Sociedade, com 4 aspectos e 7 indicadores e; os Indicadores de Desempenho da Responsabilidade sobre o Produto, com 4 aspectos e 11 indicadores.

O Quadro nº 2 retrata as dimensões, as categorias, os aspectos e os indicadores essenciais e adicionais contidos nestas directrizes. No Anexo 1 encontra-se a denominação de cada um dos indicadores.

Quadro nº 2: Dimensões, categorias, aspectos e indicadores de desempenho essenciais e adicionais das directrizes G2

Dimensão	Categoria	Aspecto	Indicadores Essenciais	Indicadores Adicionais
Económica	Impactos Económicos Directos	Clientes	EC 1, EC 2	
		Fornecedores	EC 3, EC 4	EC 11
		Colaboradores	EC 5	
		Investidores	EC 6, EC 7	
		Sector Público	EC 8, EC 9, EC 10	EC 12
	Impactos Económicos Indirectos			EC 13
Ambiental	Ambiental	Materiais	EN 1, EN 2	
		Energia	EN 3, EN 4	EN 17, EN 18, EN 19
		Água	EN 5	EN 20, EN 21, EN 22
		Biodiversidade	EN 6, EN 7	EN 23, EN 24, EN 25, EN 26, EN 27, EN 28, EN 29

<sup>2</sup> Aspecto - informações gerais relacionadas com uma categoria específica (consumo de energia, trabalho infantil ou consumidores, por exemplo). Uma determinada categoria pode ter vários aspectos (GRI, 2002, p.74).

<sup>3</sup> Indicador - medição específica de um aspecto individual que pode ser usado para traçar e demonstrar um dado desempenho. Frequentemente, mas nem sempre, os indicadores são quantitativos (GRI, 2002, p.100).

(Continuação)

Dimensão	Categoria	Aspecto	Indicadores Essenciais	Indicadores Adicionais
Ambiental	Ambiental	Emissões, Efluentes e Resíduos	EN 8, EN 9, EN 10, EN 11, EN 12, EN 13	EN 30, EN 31, EN 32
		Fornecedores		EN 33
		Produtos e Serviços	EN 14, EN 15	
		Concordância	EN 16	
		Transporte		EN 34
		Total		EN 35
Social	Práticas Laborais e Condições de Trabalho	Emprego	LA 1, LA 2	LA 12
		Trabalho e Relações Laborais	LA 3, LA 4	LA 13
		Saúde e Segurança	LA 5, LA 6, LA 7, LA 8	LA 14, LA 15
		Formação e Educação	LA 9	LA 16, LA 17
		Diversidade e Oportunidade	LA 10, LA 11	
	Direitos Humanos	Trabalho e Relações Laborais	HR 1, HR 2, HR 3	HR 8
		Não - Discriminação	HR 4	
		Liberdade de Associação e de Negociação Colectiva	HR 5	
		Trabalho Infantil	HR 6	
		Trabalho Forçado e Compulsório	HR 7	
		Práticas de Disciplina		HR 9, HR 10
		Práticas de Segurança		HR 11
		Direitos Indígenas		HR 12, HR 13, HR 14
	Sociedade	Comunidade	SO 1	SO 4
		Suborno e Corrupção	SO 2	
		Contribuições Políticas	SO 3	SO 5
		Concorrência e Preços		SO 6, SO 7
	Responsabilidade sobre o Produto	Saúde e Segurança do Consumidor	PR 1	PR 4, PR 5, PR 6
		Produtos e Serviços	PR 2	PR 7, PR 8
		Publicidade		PR 9, PR 10
Respeito da Privacidade		PR 3	PR 11	

Fonte: Adaptado de GRI (2002)

A diferença existente entre os indicadores essenciais e os adicionais consiste no facto de os primeiros serem indicadores de aplicação comum e considerados relevantes para a grande parte das organizações, enquanto os indicadores adicionais retratam práticas emergentes ou questões que podem ser relevantes para algumas organizações mas não para outras. Se existirem versões definitivas de suplementos sectoriais, estes indicadores deverão ser assumidos como indicadores essenciais.

Nesta parte, é também referido pela GRI o uso de Indicadores Integrados, que podem ser sistémicos ou transversais, os quais, apesar da GRI não os identificar de uma forma *standard*, encorajam as organizações a efectuarem o desenvolvimento de uma lista destes indicadores de desempenho, a incluir nos relatórios, através da consulta às partes interessadas.

### 3.3.- O Conteúdo das directrizes G3

A terceira versão das directrizes da GRI para elaboração dos relatórios de sustentabilidade, também designadas por directrizes G3, publicada em 4 de Outubro de 2006, veio trazer alterações no modo como as empresas deverão relatar os dados económicos, ambientais e sociais. As alterações estão relacionadas com o modo de relatar o que é importante para as partes interessadas, atribuindo-se desta vez um enfoque na transparência do relato e na verificação dos dados. Com o objectivo de tornar o relatório mais útil e próximo das necessidades dos utilizadores e da própria organização, esta disposição irá traduzir-se em novos níveis de aplicação das directrizes e na reestruturação dos Indicadores de Desempenho.

No Quadro nº 3 é apresentada a forma como se organizam as Directrizes G3:

Quadro nº 3: Conteúdo das Directrizes G3 da GRI (2006)

<b>Conteúdo das Directrizes G3 da GRI (2006)</b>	
<b>Introdução</b>	Perspectiva Geral da Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade: <ul style="list-style-type: none"><li>- o objectivo de um Relatório de Sustentabilidade;</li><li>- orientação para a Estrutura dos Relatórios da GRI;</li><li>- orientações sobre as Directrizes da GRI;</li><li>- aplicação das Directrizes</li></ul>
<b>Parte 1 - Conteúdo, Limite e Qualidade</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Orientação para a Definição do Conteúdo do Relatório;</li><li>- Princípios para a Definição do Conteúdo do Relatório;</li><li>- Princípios para Assegurar a Qualidade do Relatório;</li><li>- Orientação para a Definição do Limite do Relatório</li></ul>
<b>Parte 2 - Informações-padrão</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Estratégia e Perfil (Estratégia e Análise, Perfil Organizacional, Parâmetros para o Relatório, Governança, Compromissos e Envolvimento, Abordagem de Gestão e Indicadores de Desempenho);</li><li>- Indicadores de Desempenho Económico;</li><li>- Indicadores de Desempenho Ambiental;</li><li>- Indicadores de Desempenho Social (Práticas Laborais e Trabalho Condigno, Direitos Humanos, Sociedade, Responsabilidade pelo Produto)</li></ul>
<b>Observações Gerais para a Elaboração de Relatórios</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Recolha de Dados;</li><li>- Forma e Frequência do Relatório;</li><li>- Garantia de Fiabilidade;</li><li>- Glossário;</li><li>- Agradecimentos;</li><li>- Ficha Técnica</li></ul>

Fonte: Adaptado de GRI (2006a)

Do conteúdo das directrizes G3, no presente trabalho destacou-se os princípios para a elaboração do relatório, que são abordados na Parte 1 das directrizes; o conteúdo do relatório, os aspectos e os indicadores de desempenho, que são mencionados na Parte 2 das directrizes;

bem como os níveis de aplicação das directrizes, que são referidos no último item da introdução.

Na *Parte 1 - Conteúdo, Limite e Qualidade*, são apresentados os princípios e as orientações em relação à definição do conteúdo do relatório, ao domínio da qualidade das informações relatadas e à definição do limite do relatório. Os princípios dividem-se em dois grupos:

- os que determinam as questões e os indicadores que devem ser divulgados pela organização, isto é, o conteúdo do relatório, que são a Relevância (Materialidade), a Inclusão dos *Stakeholders*, o Contexto da Sustentabilidade e a Abrangência;
- os que asseguram a qualidade e adequada apresentação da informação relatada: o Equilíbrio, a Comparabilidade, a Precisão, a Periodicidade, a Clareza e a Fidedignidade.

Em relação à anterior versão deixa de haver hierarquia de princípios. Os princípios dividem-se em dois grupos, referidos anteriormente, e passam de 11 princípios para 10. Nas directrizes G3 a transparência deixou de ser um princípio para ser uma obrigação na elaboração dos relatórios de sustentabilidade. Cada um dos princípios consiste numa definição, numa explicação e num conjunto de testes para a organização que pretende elaborar o relatório, de forma a avaliar a utilização desses mesmos princípios.

Lippman (2008), na análise às directrizes G3, refere que estas recomendam que se deverá executar um exercício para cada um dos testes que estão em cada princípio, na Parte 1, para determinar que tópicos e que indicadores são relevantes e têm de ser relatados. Estes testes constituem uma *checklist* que os elaboradores do relatório devem considerar para definir o conteúdo material do relatório, o qual deverá abranger:

- os interesses e os tópicos de sustentabilidade principais, e os indicadores referenciados pelos *stakeholders*;
- os tópicos principais e os futuros desafios para o sector, os quais devem ser relatados pela organização e concorrentes;
- as leis relevantes, os regulamentos, os acordos internacionais ou voluntários com significado estratégico para a organização e para os seus *stakeholders*;
- os valores chave organizacionais, as políticas, as estratégias, os sistemas de gestão operacionais, as metas e os objectivos;

- e os riscos significativos relativos à organização.

Finalmente, o responsável pela elaboração do relatório deve usar os princípios para seleccionar os tópicos escolhidos e dar-lhe maior ênfase e prioridade.

A terminar a Parte 1 é dada a Orientação para a Definição do Limite do Relatório. Uma organização deve determinar que entidades (por ex., subsidiárias e *joint ventures*) e respectivos desempenhos estarão representados no relatório. O limite do relatório de sustentabilidade deve incluir as entidades sobre as quais a organização exerce controlo ou significativa influência através dos seus relacionamentos com entidades a montante, por exemplo, os fornecedores ou, a jusante, por exemplo, os clientes (GRI, 2006a). O limite do relatório depende da existência de Controlo, Influência Significativa ou Influência.

Se a organização exerce controlo ao gerir as políticas financeiras e operativas de uma empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, e se este controlo provocar impactos significativos, divulgam-se dados sobre o desempenho. Se a organização exerce influência significativa, a qual consiste no poder de participar nas decisões relativas às políticas para a área financeira e operacional da entidade, mas não o poder de controlar essas políticas, e se esta causa impactos significativos, far-se-á uma divulgação da abordagem de gestão. Por último, se a organização exerce influência e esta resulta em impactos significativos, a organização deverá fazer uma descrição de questões e de dilemas (GRI, 2006a).

Na *Parte 2 - Informações-padrão* das directrizes G3, é especificado qual deve ser o conteúdo do relatório de sustentabilidade, existindo para isso três tipos diferentes de divulgações sobre (GRI, 2006a):

- o Perfil, divulgações que definem todo o contexto para a compreensão do desempenho organizacional, como a estratégia, o perfil e a governação;
- a Abordagem de Gestão, divulgações que abrangem a forma como uma organização aborda um conjunto de questões, de forma a definir um contexto para a compreensão do desempenho numa área específica e;
- os Indicadores de Desempenho, indicadores que produzem informações comparáveis sobre o desempenho económico, ambiental e social da organização.

O conteúdo do relatório com base nas directrizes G3 é dividido em 5 partes. Os pontos a serem mencionados em cada parte são:

- 1. Estratégia e Análise (pontos 1.1 e 1.2);
- 2. Perfil Organizacional (pontos 2.1 a 2.10);
- 3. Parâmetros para o Relatório, com quatro elementos: Perfil do Relatório - pontos 3.1 a 3.4; Âmbito e Limites de Enquadramento do Relatório - pontos 3.5 a 3.11; GRI *Content Index* - ponto 3.12 e; Verificação - ponto 3.13;
- 4. Governação, Compromissos e Envolvimento, com três elementos: Governação - pontos 4.1 a 4.10; Compromissos com Iniciativas Externas - pontos 4.11 a 4.13 e; Envolvimento das Partes Interessadas - pontos 4.14 a 4.17;
- 5. Abordagem de Gestão e Indicadores de Desempenho (divididos em essenciais e adicionais ou complementares<sup>4</sup>);
  - Indicadores de Desempenho Económico, com 3 aspectos e 9 indicadores;
  - Indicadores de Desempenho Ambiental, englobam 9 aspectos e 30 indicadores;
  - Indicadores de Desempenho Social - são divididos em Indicadores de Desempenho de Práticas Laborais e Trabalho Condigno, com 5 aspectos e 14 indicadores; Indicadores de Desempenho de Direitos Humanos, com 7 aspectos e 9 indicadores; Indicadores de Desempenho da Sociedade, com 5 aspectos e 8 indicadores e; Indicadores de Desempenho sobre a Responsabilidade pelo Produto, com 5 aspectos e 9 indicadores.

Antes de referirmos os níveis de aplicação das directrizes G3, o Quadro nº 4 retrata as dimensões, as categorias, os aspectos e os indicadores essenciais e adicionais, contidas nestas directrizes. No Anexo 1 encontra-se a denominação de cada um dos indicadores.

Quadro nº 4: Dimensões, categorias, aspectos e indicadores de desempenho essenciais e adicionais das directrizes G3

Dimensão	Categoria	Aspecto	Indicadores Essenciais	Indicadores Adicionais
Económica	- Impactos da organização sobre as condições económicas das suas partes interessadas e; - Impactos sobre os sistemas económicos a nível local, nacional e global.	Desempenho Económico	EC1, EC2, EC 3, EC 4	
		Presença no Mercado	EC 6, EC 7	EC 5
		Impactos Económicos Indirectos	EC 8	EC 9

<sup>4</sup> Na versão portuguesa das directrizes G3 é referido o termo "complementares", enquanto na versão inglesa das directrizes e na outra literatura é referido o termo "*additional*", em português "adicionais".

(Continuação)

Dimensão	Categoria	Aspecto	Indicadores Essenciais	Indicadores Adicionais
Ambiental	- Impactos da organização nos sistemas naturais vivos e não - vivos, incluindo ecossistemas, solos, ar e água.	Materiais	EN 1, EN 2	
		Energia	EN 3, EN 4	EN 5, EN 6, EN 7
		Água	EN 8	EN 9, EN 10
		Biodiversidade	EN 11, EN 12	EN 13, EN 14, EN 15
		Emissões, Efluentes e Resíduos	EN 16, EN 17, EN 19, EN 20, EN 21, EN 22, EN 23	EN 18, EN 24, EN 25
		Produtos e Serviços	EN 26, EN 27	
		Conformidade	EN 28	
		Transporte		EN 29
		Geral		EN 30
Social	Práticas Laborais e Trabalho Condigno	Emprego	LA 1, LA 2	LA 3
		Relações entre Funcionários e Administração	LA 4, LA 5	
		Segurança e Saúde no Trabalho	LA 7, LA 8	LA 6, LA 9
		Formação e Educação	LA 10	LA 11, LA 12
		Diversidade e Igualdade de Oportunidades	LA 13, LA 14	
	Direitos Humanos	Práticas de Investimento e de Aquisições	HR 1, HR 2	HR 3
		Não - Discriminação	HR 4	
		Liberdade de Associação e Acordo de Negociação Colectiva	HR 5	
		Trabalho Infantil	HR 6	
		Trabalho Forçado e Escravo	HR 7	
		Práticas de Segurança		HR 8
		Direitos dos Povos Indígenas		HR 9
	Sociedade	Comunidade	SO 1	
		Corrupção	SO 2, SO 3, SO 4	
		Políticas Públicas	SO 5	SO 6
		Concorrência Desleal		SO 7
		Conformidade	SO 8	
	Responsabilidade pelo Produto	Saúde e Segurança do Cliente	PR 1	PR 2
		Rotulagem de Produtos e Serviços	PR 3	PR 4, PR 5
		Comunicações de Marketing	PR 6	PR 7
Privacidade do Cliente			PR 8	
Conformidade		PR 9		

Fonte: Adaptado de GRI (2006a)

Em relação aos indicadores, Sherman (2009) afirma que um dos aspectos mais significativos das directrizes G3 consiste no facto de alguns desses mesmos indicadores serem de natureza quantitativa. Este autor refere como exemplo o indicador LA1 - Discrimine a mão-de-obra total por tipo de emprego, por contrato de trabalho e por região; enquanto outros são de natureza qualitativa, como exemplo é referido o indicador EC7 - Procedimentos para contratação local e

proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes da comunidade local, nas unidades operacionais mais importantes. Além disso, os indicadores quantitativos são expressos em várias unidades de medida monetárias e não-monetárias.

Sherman (2009) aborda também os suplementos sectoriais, referindo que estes não são destinados a substituir a estrutura geral das directrizes G3, mas que ainda assim apresentam um contributo importante na gestão dos problemas específicos encontrados pelas empresas em determinadas indústrias.

Nas directrizes G3 existem três níveis de aplicação, designados pelas letras C, B e A. Estes níveis de aplicação representam igualmente uma novidade em relação à anterior versão, pois nas directrizes G2, a utilização das directrizes variava entre a abordagem informal (em que as entidades optam por uma adesão parcial aos princípios e ao conteúdo das directrizes) até à opção "*de acordo com*" as directrizes.

Com os níveis de aplicação C, B, A das directrizes, os relatórios distinguem-se consoante as informações sobre o Perfil, isto é, as divulgações que definem todo o contexto para a compreensão do desempenho organizacional, como a estratégia, o perfil e a governação; a Abordagem de Gestão, divulgações que abrangem a forma como uma organização aborda um conjunto de questões de forma a definir um contexto para a compreensão do desempenho numa área específica; e os Indicadores de Desempenho, indicadores que produzem informações comparáveis sobre o desempenho económico, ambiental e social da organização (GRI, 2006a).

O nível de aplicação C consiste que na informação sobre o Perfil, apenas são relatados alguns aspectos da GRI; a informação sobre a Gestão não é requisito para este nível, e, em relação aos Indicadores de Desempenho, devem relatar-se mais de dez indicadores essenciais.

O nível de aplicação B consiste que na informação sobre o Perfil relatam-se todos os aspectos da GRI; a informação sobre a Gestão é um requisito para todas as dimensões, e, sobre os Indicadores de Desempenho, devem relatar-se mais de vinte indicadores, um de cada categoria.

O nível de aplicação A é o mais elevado, dado que para a informação sobre o Perfil devem relatar-se todos os aspectos da GRI; a informação sobre a Gestão também se apresenta como um requisito para todas as dimensões e, em relação aos Indicadores de Desempenho, devem relatar-se, para além dos indicadores essenciais, os sectoriais.



O sinal + é atribuído aos relatórios com nível de aplicação C, B e A apenas e só se estes forem objecto de verificação externa.

Os níveis de aplicação são visualmente retratados através de símbolos, sendo obrigatória a auto-declaração do nível de aplicação por parte da organização relatora, com base na avaliação feita por si do conteúdo do relatório segundo os critérios dos níveis de aplicação da GRI (GRI, 2006a).

Para além desta auto-declaração, a organização relatora pode solicitar que uma entidade externa de avaliação forneça uma opinião acerca da auto-declaração e/ou solicitar que a GRI examine a auto-declaração (GRI, 2006a, p.7), afirmando assim ainda mais a sua determinação em apresentar um relatório de sustentabilidade válido.

Carvalho et al. (2009, p.8) analisaram a evolução da GRI tentando compreender as alterações ao nível da reestruturação dos seus indicadores de forma a satisfazer as partes interessadas. Estes autores destacam os seguintes aspectos:

- no ano de 2000, os aspectos na análise do desempenho económico eram nove e referiam-se a vinte e três indicadores de divulgação de informação. No desempenho ambiental esta distribuição era repartida por nove aspectos, divididos em trinta e seis indicadores de relato informativo. No desempenho social existia uma divisão em dois grupos que abordavam "Postos de trabalho" e "Direitos Humanos", repartidos por treze aspectos em trinta e sete indicadores de informação de carácter social;
- no ano de 2002, verifica-se uma redução global a nível de desempenho económico e ambiental, em particular dos indicadores e dos aspectos que os agrupam, sendo estes de cinco aspectos para dez indicadores económicos e de sete aspectos para dezasseis indicadores ambientais.
- A nível do desempenho social essa tendência só se verificou a nível da quantidade de indicadores, reduzidos para vinte e quatro indicadores, quando em 2000 eram trinta e sete, mas agora agrupados em dezasseis aspectos. Os grupos de análise são quatro, repartidos por "Práticas Laborais", "Direitos Humanos", "Sociedade" e "Responsabilidade pelo Produto";
- no ano de 2006, a GRI coloca o desempenho económico agrupado em três aspectos com um total de nove indicadores de divulgação. Na parte ambiental verifica-se um crescimento para nove aspectos e trinta indicadores de informação. No desempenho

social continuam a existir os quatro grupos e assiste-se a um crescimento para vinte e dois aspectos que abordam agora um total de quarenta indicadores.

A evolução da estrutura da GRI (2000), GRI (2002) e GRI (2006a), em relação aos aspectos e aos indicadores de desempenho económico, ambiental e social, é retratada no Quadro nº 5.

Quadro nº 5: Evolução dos aspectos e dos indicadores de desempenho económico, ambiental e social

GRI	Desempenho Económico		Desempenho Ambiental		Desempenho Social		
	Aspectos	Indicadores	Aspectos	Indicadores	Grupos	Aspectos	Indicadores
2000	9	23	9	36	2	13	37
2002	5	10	7	16	4	16	24
2006	3	9	9	30	4	22	40

Fonte: Carvalho et al. (2009)

Da evolução da estrutura da GRI, Carvalho et al. (2009) constataram as seguintes alterações:

- de 2000 a 2006, o desempenho económico revela uma redução significativa no número dos aspectos em cerca de um terço e dos indicadores em mais de cinquenta por cento;
- no que respeita ao desempenho ambiental, a evolução não é regular, na medida em que se verifica uma diminuição de 2000 para 2002 e um aumento de 2002 para 2006, tanto no número de aspectos como no número de indicadores;
- no desempenho social, em relação ao número de aspectos, existe um aumento de 2000 para 2002 e de 2002 para 2006. No entanto, a evolução do número de indicadores não é regular, pois existe um decréscimo de 2000 para 2002 e um crescimento de 2002 para 2006, onde o número de indicadores ultrapassa mesmo o número do ano 2000.

Moneva et al. (2005) referem que os indicadores de desempenho económico diminuíram, justificando que tal se deve ao facto de os *stakeholders* mais interessados por este desempenho já disporem de informação financeira para satisfazer as suas necessidades. Relativamente ao desempenho ambiental, os autores destacam o forte incremento da divulgação sobre emissões dos gases de efeito estufa, evolução que se deve à implementação do Protocolo de Quioto. Por fim, na divulgação sobre o desempenho social, verificaram relativamente aos indicadores de desempenho social, que existe uma crescente evolução na categoria dos direitos humanos relativamente às outras.

### 3.4.- As diferenças entre as directrizes G2 e G3

Após uma abordagem ao conteúdo das directrizes G2 e G3 da GRI, convém referir as diferenças resultantes da evolução das directrizes.

Para tal, Duarte (2007) menciona que as directrizes G3 são mais pragmáticas e mais próximas das preocupações e necessidades de todos os *stakeholders* em relação às directrizes G2. Afirma também que os factores estratégicos ganham relevância nas directrizes G3, visto que toda a gestão da organização tem de ser “pensada”, englobando-se os objectivos de longo prazo bem como os principais riscos e oportunidades para a organização em termos de Sustentabilidade. Por último, há que mencionar que existe maior flexibilidade na aplicação das directrizes G3, a qual resulta da existência de diferentes níveis de aplicação (C, B, A).

Também a KPMG (2007) refere que nas directrizes G2 existiam algumas lacunas. A saber: os assuntos materiais fora do âmbito não eram relatados, verificava-se falta de informação caso não existissem dados disponíveis e o relatório não colocava o enfoque nos interesses dos leitores, sendo por vezes incompleto ou desequilibrado.

Como refere Duarte (2007), as diferenças nas directrizes também se acentuam ao nível da visão das directrizes. As directrizes G3 têm uma visão diferente das directrizes G2. A visão nas directrizes G2 é *We can report?* (Nós podemos relatar?), enquanto a visão nas directrizes G3 é *Should I report?* (Deverei relatar?).

Para ir ao encontro dos interesses das partes interessadas, as directrizes G3 enfocam a necessidade de se considerar o que deve ser relatado, em detrimento daquilo que pode ser relatado tendo em conta os dados imediatamente disponíveis (KPMG, 2007). Para a concretização deste objectivo Bernhart (2009) destaca dois princípios essenciais nas directrizes G3: a inclusão dos *stakeholders* e a materialidade.

A mudança de visão nas directrizes conduz a que nas directrizes G3 haja o imperativo de se relatar o que é importante não só para a organização, mas também para os *stakeholders* (o que obriga à elaboração de uma listagem, hierarquização, selecção e de uma consulta às partes interessadas acerca das suas preocupações, necessidades e expectativas); nas directrizes G3 determina-se portanto a necessidade de atingir o equilíbrio entre as expectativas dos *stakeholders* e informação dada no relatório. De igual modo, nas directrizes G3 tem que existir um esforço para fornecer informação qualitativa, pois não é suficiente a informação quantitativa dada pelos indicadores (Duarte, 2007).

Ao nível da evolução dos indicadores, divididos em essenciais e adicionais, podemos constatar que nas directrizes G2 existem 97 indicadores (50 essenciais e 47 adicionais), passando por seu turno a existir 79 indicadores (49 essenciais e 30 adicionais) nas directrizes G3. No Anexo 1 encontram-se os indicadores e a denominação de cada um deles, tanto para as directrizes G2 como para as directrizes G3.

No caso particular dos indicadores ambientais, os quais se encontram incluídos em ambas as directrizes G2 e G3, Guenther et al. (2007) chegaram à conclusão que, apesar de aparentemente em ambas as directrizes estes indicadores se assemelharem, uma análise mais profunda comprova a diferença entre os indicadores, sobretudo por duas razões principais que passamos a descrever: a adaptação da linguagem a protocolos existentes e que acompanham os indicadores (sendo mencionado o Protocolo de Montreal de Substâncias que danificam a camada de Ozono) e a integração dos comentários sobre os indicadores que transitam das directrizes G2.

A KPMG (2007) refere que as directrizes G3 vieram acrescentar valor ao afirmarem a necessidade de uma maior transparência na apresentação dos relatórios, no enfoque e na comparabilidade do relatório de sustentabilidade ao ajudar a organização relatora a encontrar resposta para dúvidas que ocorram na implementação e elaboração do relatório, nomeadamente na identificação do público-alvo (interno/externo); existe igualmente maior transparência no processo de identificação dos assuntos materiais para o público-alvo, na identificação das áreas da organização que são relevantes para os assuntos materiais (âmbito), e nas acções tomadas relativamente a cada assunto material, neste caso discriminando qual a atitude tomada em termos de estratégia, políticas, implementação, monitorização, relato e objectivos.

Deste modo, os assuntos materiais fora do âmbito devem ser relatados nas directrizes G3. Faltando dados quantitativos, deverá ser incluída a informação qualitativa, deverá focalizar-se nos assuntos relevantes para os leitores, dando realce à plenitude e ao equilíbrio no relatório de sustentabilidade (KPMG, 2007).

Como oportunidades dadas pelas directrizes G3, a KPMG (2007) menciona ainda uma maior integração com a estratégia do negócio e a gestão dos processos, um maior ênfase na materialidade, permitindo um relatório mais focalizado, uma oportunidade para a Gestão revelar políticas e acções e os desenvolvimentos destas, um menor ênfase no relato de todos os indicadores, um maior crédito à verificação em todos os níveis de relato (C, B, A), e uma

diferenciação clara das empresas líderes ao criar uma diferenciação positiva das empresas que utilizam as directrizes.

### **3.5.- A importância da GRI e a utilização das directrizes**

De acordo com Moneva et al. (2006), a GRI é a instituição mais relevante no contexto do relato de sustentabilidade. Também Adams e Frost (2008) referem a GRI como uma das mais importantes entidades de apoio na elaboração de relatórios de sustentabilidade.

A relevância da GRI nos assuntos da sustentabilidade pode ser aquilatada, como propõe Thurm (2006), pela referência específica que na Cimeira Mundial da ONU de Desenvolvimento Sustentável (*UN World Summit on Sustainable Development*), realizada em 2002, se fez às directrizes de elaboração de relatórios de sustentabilidade da GRI, tendo inclusivamente sido elogiada nos resultados da Cimeira como a única 'iniciativa de política pública global'.

O factor explicativo para o aumento da relevância da GRI no relato de sustentabilidade, segundo Thurm (2006), reside na componente de *multi-stakeholders*, os quais estão na base de todo o desenvolvimento das directrizes da GRI e das suas revisões, isto é, o factor de êxito da GRI reside no envolvimento dos *stakeholders* em todo o processo, antes, durante e após a publicação das directrizes.

Depois da publicação das directrizes G2 surgiu uma melhoria no processo de elaboração e estrutura do relatório, nos indicadores de desempenho e na ligação a outras normas, com base no Processo de *Feedback* Estruturado. Os aspectos transversais, tais como por exemplo, a garantia, a clarificação do caso de negócio, as necessidades do mercado financeiro e o custo do relatório foram tomados em consideração em todo o processo de melhoria. A standardização do *software* utilizado foi mencionado como um segundo foco interessante e prometedo para tornar o relato mais fácil e aumentar a aceitabilidade e acessibilidade da informação do relatório (Thurm, 2006).

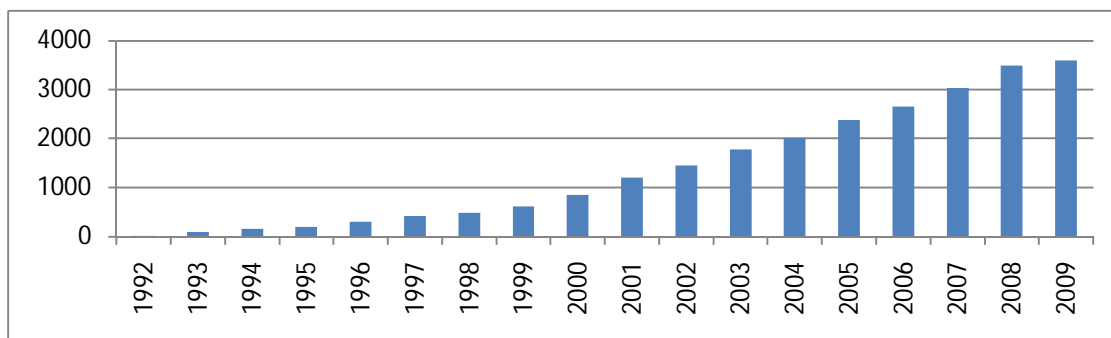
Outro sinal de sucesso da GRI é o aumento do número de relatórios de sustentabilidade que têm por base as suas directrizes (Moneva et al., 2006; Thurm, 2006; Corporate Register, 2008; Sherman, 2009; Westlund, 2009; Corporate Register, 2010).

No estudo realizado por Quick (2008) sobre 26 relatórios de sustentabilidade de empresas alemãs cotadas na Bolsa de Valores da Alemanha, constatou que cinquenta por cento dos relatórios de sustentabilidade analisados usaram as directrizes G2 da GRI.

A Corporate Register (2008) menciona que dos 2500 relatórios produzidos em 2007, 800 usaram as directrizes da GRI e, destes, 275 relatórios foram elaborados com base nas directrizes G2, sendo que os restantes 525 relatórios basearam-se nas directrizes G3. Em termos percentuais, em 2007, 68% dos relatórios não usaram as directrizes da GRI, 11% usaram as directrizes G2 da GRI e os restantes 21% usaram as directrizes G3 da GRI (Corporate Register, 2008).

A Corporate Register (2010) ilustra a evolução da publicação de relatórios de sustentabilidade a nível mundial (figura nº 7), bem como da utilização das directrizes da GRI na elaboração do relatório de sustentabilidade (figura nº 8).

Figura nº 7 - Evolução da publicação de Relatórios de Sustentabilidade a nível mundial



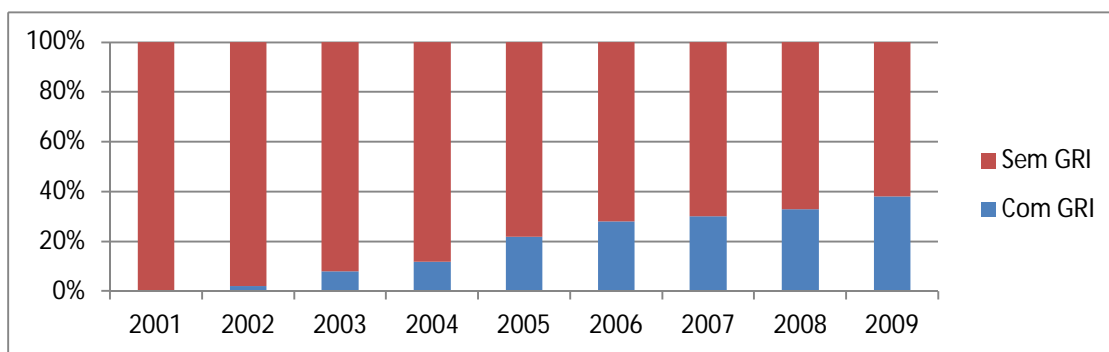
Fonte: Corporate Register (2010)

Com base na figura nº 7 notou-se uma evolução progressiva na publicação de relatórios de sustentabilidade em todo o mundo, começando com 15 relatórios em 1992 e chegando aos 3600 relatórios em 2009.

O mesmo comportamento ocorre na elaboração de relatórios de sustentabilidade com base nas directrizes da GRI, como se pode observar na figura nº 8.

Segundo a GRI (2010), em 2008 mais de 1000 organizações no mundo inteiro emitiram relatórios de sustentabilidade baseados nas directrizes G3, registando-se um aumento de 46% relativamente a 2007, ano em que apenas 685 empresas recorreram a estas directrizes.

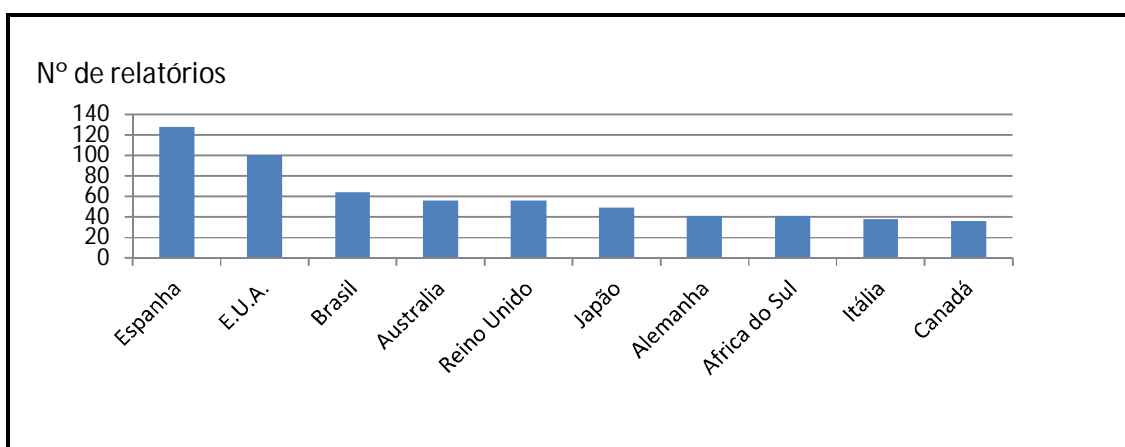
Figura nº 8 - Utilização das directrizes da GRI na elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade



Fonte: Corporate Register (2010)

Os países que mais se destacaram na publicação de relatórios de sustentabilidade, segundo a GRI no ano de 2008, são divulgados na figura nº 9. A encabeçar o grupo dos 10 países encontra-se a Espanha.

Figura nº 9 - Relatórios de Sustentabilidade – Top dos 10 países



Fonte: GRI, adaptado de Westlund (2009)

Num estudo empírico efectuado por Hedberg e Malmberg (2003) às empresas suecas sobre o fenómeno do relato de sustentabilidade em geral e o uso das directrizes G2 da GRI em particular, são apontadas como razões para o uso das directrizes da GRI uma expectativa do aumento da credibilidade do relatório de sustentabilidade, e que estas directrizes fornecem um padrão que poderá ajudar a projectar um relatório. Os mesmos autores referem que o relatório de sustentabilidade e as directrizes da GRI são de maior utilidade para a comunicação interna do que para comunicação externa nesta etapa de desenvolvimento. Segundo o estudo efectuado por estes autores, o relatório de sustentabilidade pode ajudar as organizações a aprender sobre elas mesmas e a ver o que foi realmente efectuado na organização.

Hansen (2007) refere que dois terços das 250 maiores empresas mundiais emitem relatórios de sustentabilidade junto com os seus relatórios financeiros para mostrarem o valor total da empresa e o seu potencial de crescimento futuro, sendo que o relatório de sustentabilidade é formalizado de acordo com as directrizes da GRI.

Segundo Bernhart (2009), actualmente os *stakeholders* estão mais conscientes e exigentes sobre a qualidade, a transparência e a divulgação de informação sobre a sustentabilidade, pelo que essa é outra razão apresentada para o uso das directrizes GRI na elaboração de relatórios de sustentabilidade. Este autor destaca que as directrizes da GRI podem ajudar a acrescentar credibilidade ao relatório, construir ou restaurar a confiança nas empresas e elevar o valor da marca, mesmo com modestos orçamentos de comunicação.

Moneva e Ortas (2008) justificam o aumento da adopção do relatório de sustentabilidade pelas organizações, no êxito das directrizes G2 da GRI e pela crescente pressão dos *stakeholders*, bem como pelo comportamento dos accionistas que demonstram, por sua vez, um crescente interesse no impacto das actividades das empresas no desenvolvimento sustentável. Em termos práticos, este interesse reflecte-se numa atitude cada vez mais ética nos investimentos por parte dos accionistas e na relevância dos índices de sustentabilidade, como por exemplo o *Dow Jones Sustainability Index (DJSI)* e o *FTSE4Good Index*.

Apesar desta mudança, Moneva e Ortas (2008) analisaram a existência de uma relação positiva entre a incorporação de uma empresa num índice de sustentabilidade, no caso particular o DJSI, e o seu valor de mercado, e concluíram que não há nenhuma diferença no rendimento e no risco entre empresas que integram o DJSI e aquelas que não estão incluídas neste índice. As conclusões são semelhantes para o caso das empresas certificadas pela GRI, em que o cumprimento dos níveis de qualidade fixados pela GRI, da informação voluntária em termos sociais e ambientais, não indicam que o risco suportado pelo investidor seja menor ou que os investidores venham a obter um retorno adicional superior às empresas que não são certificadas.

No entanto, Bernhart (2009) afirma que se está a assistir ao regresso a um investimento mais responsável, baseando-se no facto de as empresas cotadas no DJSI, no *FTSE4Good Index* e em outros índices de investimento socialmente responsáveis superarem em termos financeiros os seus concorrentes menos sustentáveis.

Na mesma linha de pensamento, Schadewitz e Niskala (2010), numa amostra de empresas finlandesas, tentaram esclarecer se a comunicação feita através do relatório de



sustentabilidade, com base nas directrizes G2 da GRI, afecta o valor da empresa e se a existência destes relatórios fornece ou não uma nova explicação para o valor da empresa. De acordo com o estudo, os autores concluíram que a comunicação proporcionada pelo relatório de sustentabilidade segundo as directrizes da GRI constitui um importante factor explicativo do valor de mercado de uma empresa, permitindo uma avaliação de mercado mais exacta. Este tipo de relatório é um dos instrumentos de comunicação de uma empresa e contribui, como já vimos, para reduzir a assimetria de informação entre os gestores e os investidores.

Não obstante os pontos positivos, a GRI também é criticada por Moneva et al. (2006). Pois apesar de a GRI ter desenvolvido as suas directrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade como forma de ajudar as organizações a dar informações sobre o seu desempenho ambiental, social e económico e assim, procurar aumentar a sua responsabilidade, a prática parece mostrar uma realidade bem diferente. Algumas organizações que se auto-intitulam como utilizadoras das directrizes da GRI no seu relatório de sustentabilidade não se comportam de um modo responsável para com a sustentabilidade, não se coibindo, por exemplo, de ultrapassar os níveis legais das emissões de gases, ou não tendo em conta questões de equidade social ou dos direitos humanos (Moneva et al., 2006).

Para Moneva et al. (2006) não é suficiente fornecer um modelo de relatório de sustentabilidade e acreditar que as empresas vão por si mesmas adoptar uma atitude responsável. Este comportamento necessitará de uma maior consciencialização, de monitorização e de um registo de dados para averiguar até que ponto uma organização está a actuar ou não de acordo com as premissas da sustentabilidade.

Apesar do aumento do número de empresas que adoptam a metodologia da GRI para preparar os seus relatórios de sustentabilidade, o nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável continua a ser reduzido (Moneva et al., 2006).

Esta asserção pode ser explicada por uma interpretação incorrecta (consciente ou inconsciente) do conceito de desenvolvimento sustentável por parte das empresas, ou pode apoiar-se na ideia de acordo com a qual algo está a falhar quando se transmite a ideia de sustentabilidade contida nas directrizes da GRI (Moneva et al., 2006).

Outra das críticas que Moneva et al. (2006) fizeram à interpretação da GRI ao desenvolvimento sustentável dentro das suas directrizes é a redução da ideia de desenvolvimento sustentável aos aspectos meramente económicos, ambientais e sociais, em vez de adoptar uma visão integrada do desenvolvimento sustentável.

Archel et al. (2008) criticam o uso do relatório de sustentabilidade e a própria GRI, na medida em que as organizações usam o relatório de sustentabilidade de um modo estratégico, ao rejeitarem as exigências de relato e ao condicionarem as informações emitidas nos relatórios, o que leva a que certos indicadores relevantes não sejam divulgados e que não seja mencionada de forma exacta a contribuição da organização para o desenvolvimento sustentável. Assim, os relatórios de sustentabilidade acabam por não cobrir nem uma parte substancial do impacto que a organização realmente exerce, nem o impacto indirecto, e nem os impactos produzidos em organizações controladas. Estes autores também põem em dúvida o uso da declaração voluntária nos relatórios, nomeadamente a declaração "de acordo com" as directrizes G2 da GRI, pois parece que a utilização desta menção pode ser mais uma questão de imagem ou reputação do que uma garantia de um relatório de qualidade, ameaçando assim a verdadeira eficácia deste dispositivo.

Skouloudis et al. (2009) analisaram o uso das directrizes G2 da GRI nas empresas gregas nos anos de 2004 e de 2005. Os resultados revelam falhas nas práticas de relato, uma vez que estão omissas questões fundamentais, realçando-se por isso a necessidade de novos desenvolvimentos dos sistemas internos e processos de reunião de dados essenciais de desempenho não-financeiros. Os autores realçam também o papel dos relatórios de sustentabilidade como um "cartão de negócios".

Posteriormente, Skouloudis e Evangelinos (2009) compararam o uso das directrizes G2 da GRI no ano de 2006 nas empresas gregas e o anterior estudo de Skouloudis et al. (2009). Os autores notaram uma melhoria na qualidade dos relatórios de sustentabilidade na Grécia. Contudo, o número limitado de empresas que publicam relatórios de sustentabilidade, bem como a existência de falhas significativas dentro destes relatórios, demonstra que ainda há um caminho substancial a percorrer.

Skouloudis e Evangelinos (2009) destacam que o tipo de relatório de sustentabilidade que integra a informação sobre o desempenho económico, ambiental e social de uma empresa numa publicação independente está a ganhar a aceitação entre um número crescente de organizações.

O estudo efectuado por Tsang et al. (2009) mostra que a utilização das directrizes G3 da GRI na área dos indicadores sociais e, no caso particular, no que respeita ao investimento na comunidade e no benefício que as empresas retiram desse investimento está ainda sujeita a um conjunto de dificuldades encontradas pelas empresas na divulgação dessas informações. Coloca-se muita ênfase na filantropia e no voluntariado de colaboradores, mas o impacto

destas actividades é raramente avaliado. Enquanto muitas empresas relatam sobre os *inputs* e o desempenho, poucas são capazes de divulgar informação de um modo significativo sobre os *outputs* e os impactos do seu investimento na comunidade.

Como melhorias a implementar, Tsang et al. (2009) sugerem que, em consequência de uma determinada estratégia empresarial de investimento na comunidade, as empresas deveriam beneficiar de um sistema de avaliação mais sistemático dos impactos dos seus investimentos na comunidade, devendo para isso recorrer-se a instrumentos que medissem as diferenças que ocorrem (positivas e negativas) ao longo do tempo.

As directrizes G3 da GRI também foram estudadas por Sherman (2009). Este autor tentou compreender até que ponto a adopção das directrizes G3 da GRI torna o relato externo do desempenho financeiro, ambiental e social de uma empresa mais comparável. Concluiu-se contudo que as directrizes falharam. Mas estando numa fase inicial do desenvolvimento do relatório com base nas directrizes G3 da GRI é prematuro ser demasiado crítico em relação ao valor que, não obstante, está a ser acrescentado ao relatório (Sherman, 2009).

A KPMG & SustainAbility (2008) referem que o aumento da publicação de relatórios de sustentabilidade não se reflecte num aumento considerável da sua leitura e, conseqüentemente, do seu impacto. Dados recolhidos num inquérito ao qual responderam 2.279 participantes, mostram que cerca de 450 não leram relatórios de sustentabilidade porque pensaram que havia melhores formas de adquirir a informação pretendida. Nesta mesma pesquisa, 25% dos participantes sentiram que as questões ou impactos mais significativos estavam ausentes dos relatórios, sendo que consideravam o reconhecimento dos fracassos da empresa como a omissão mais significativa nos relatórios de sustentabilidade.

Outra crítica referida pela Corporate Register (2008) é que apesar da exigência das directrizes da GRI em que os relatórios de sustentabilidade contenham um índice de conteúdo que mostre como um determinado relatório cumpre com as directrizes da GRI (directrizes G2 ou G3) e onde determinada informação pode ser localizada no relatório, parece que muitas empresas tendem a 'aperfeiçoar' as directrizes da GRI. Com este termo pretende-se denunciar as empresas que primeiro desenvolvem o relatório e só depois fazem uma verificação com base nas directrizes para produzir o índice de conteúdos da GRI.

Sherman (2009) destaca que mesmo com a aceitação crescente da estrutura de elaboração do relatório de sustentabilidade proposta pela GRI, a disparidade no que está e na forma como está a ser relatado continua a ocorrer.

Também a KPMG & SustainAbility (2008) referem que os relatórios de sustentabilidade fornecem “demasiada informação, mas com pouco significado” (KPMG & SustainAbility, 2008, p.29) e que pelo menos a este nível temos claramente um longo caminho a percorrer antes que o equivalente aos PCGA para o relato de sustentabilidade seja atingido.

O objectivo a longo prazo consistirá na criação e na publicação de princípios de sustentabilidade globalmente aceites para o relato de sustentabilidade (Sampaio, 2002), que na actualidade se assume como voluntário e pouco regulado, princípios que deverão equivaler-se aos PCGA, já existentes para o relato financeiro, o qual se assume como obrigatório e regulado.

## **4 - Metodologia**

Neste capítulo apresenta-se a metodologia utilizada no presente estudo, bem como a estratégia seguida.

### **4.1.- Escolha da Metodologia**

Existem duas escolas de pensamento no que diz respeito ao desenvolvimento dos conhecimentos: a filosofia subjacente à corrente positivista e a filosofia subjacente à corrente naturalista (Fortin, 2003, p.23).

Para Fortin (2003, p.22), a filosofia positivista emerge de uma tradição baseada nas ciências físicas, segundo esta tradição, as investigações são orientadas para atingir resultados. A medição visa obter dados fiáveis e reproduzíveis. O investigador está preocupado com a generalização dos resultados do seu estudo e utilizará métodos que lhe permitam assegurar-se que os indivíduos estudados são escolhidos de tal forma que representem bem a população em causa.

A filosofia naturalista provém de uma tradição que admite que os factos e os princípios são enraizados em contextos históricos e culturais. A investigação realiza-se em meios naturais e conduz a uma compreensão da situação. O investigador está preocupado com a compreensão do comportamento humano a partir do esquema de referência da pessoa e não lhe impõem um quadro exterior. A investigação visa a descoberta, a descrição, a explicação e a indução. É orientada mais para o processo do que para o resultado. A sua finalidade é compreender, mais do que dominar (Fortin, 2003, p.22).

Uma e outra filosofia determinam paradigmas de investigação diferentes. Para Fortin (2003, p.21) um paradigma é um esquema fundamental que orienta a perspectiva que o investigador dá ao seu estudo. Estes dois paradigmas são o método de investigação quantitativo e o método de investigação qualitativo.

O método de investigação quantitativo é um processo sistemático de colheita de dados observáveis e quantificáveis. É baseado na observação de factos objectivos, de acontecimentos e de fenómenos que existem independentemente do investigador. Assim, esta abordagem reflecte um processo complexo, que conduz a resultados que devem conter o menor enviesamento possível (Fortin, 2003, p.22).

O investigador adopta um processo ordenado, que o leva a percorrer uma série de etapas, indo da definição do problema à obtenção de resultados. A objectividade, a predição, o

controlo e a generalização são características inerentes a esta abordagem. O método de investigação quantitativo tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento e validação de conhecimentos; oferece também a possibilidade de generalizar os resultados, de prever e de controlar os acontecimentos (Fortin, 2003, p.22).

O investigador que utiliza o método de investigação qualitativa está preocupado com uma compreensão absoluta e ampla do fenómeno em estudo. Ele observa, descreve, interpreta e aprecia o meio e o fenómeno tal como se apresentam, sem procurar controlá-los. O objectivo desta abordagem de investigação utilizada para o desenvolvimento do conhecimento é descrever ou interpretar, mais do que avaliar (Fortin, 2003, p.22).

Neste trabalho de investigação optou-se por uma filosofia positivista e por um método de investigação eminentemente quantitativo, sendo o propósito da investigação exploratório, pois existe pouca investigação sobre a temática do relato de sustentabilidade aplicada à realidade portuguesa. Na recolha de dados optou-se pela recolha de dados secundários, particularmente pelos documentais, sob a forma de materiais escritos, nomeadamente, relatórios da especialidade, em concreto os relatórios de sustentabilidade e os relatórios e contas publicados pelas empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa.

Para cumprir com os objectivos específicos do presente estudo, é usada como metodologia a análise de conteúdo, a qual Bardin (2009, p.44) define como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.

No entanto, a origem da análise de conteúdo remete para metodologias quantitativas, cuja lógica se baseava na interpretação cifrada do material de carácter qualitativo, em que o rigor científico invocado era caracterizado pela pretensa objectividade dos números e das medidas (Minayo, 2000).

A análise de conteúdo pode recorrer a várias técnicas, como por exemplo, análise temática ou categorial, análise de avaliação ou representacional, análise da expressão, análise das relações e análise da enunciação.

Neste trabalho, a técnica utilizada é a análise de conteúdo temática ou categorial, sendo a técnica mais utilizada na análise de conteúdo, a qual funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos

(Bardin, 2009, p.199). Estas operações visam descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação, preocupando-se com a frequência desses núcleos, sob a forma de dados segmentáveis e comparáveis, e não com a sua dinâmica e organização (Bardin, 2009). Por esse motivo, Minayo (2000) acredita ser uma técnica com raízes positivistas, baseada na significação da regularidade.

Sobre a técnica de análise de conteúdo importa também referir que é composta por três fases: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (Bardin, 2009).

A pré-análise é a fase da organização, que pode utilizar vários procedimentos, tais como a leitura flutuante, a escolha dos documentos, a formulação das hipóteses e dos objectivos, a referenciação dos índices e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação e a preparação do material (Bardin, 2009).

Na exploração do material, os dados são codificados, decompostos ou enumerados, a partir de regras previamente formuladas (Bardin, 2009).

Na última fase, os resultados em bruto são tratados com vista a serem significativos e válidos, com o recurso a operações estatísticas simples (percentagens) ou mais complexas (análise factorial) conseguem-se elaborar quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais destacam as informações fornecidas pela análise (Bardin, 2009).

No presente estudo, em termos práticos, a análise de conteúdo temática ou categorial, que requer uma classificação da informação, é alicerçada no modelo de relato de sustentabilidade proposto pelas directrizes G3 da GRI, em concreto na parte 2: Informações - padrão das directrizes G3 da GRI (disponíveis no anexo 2).

#### **4.2.- Objectivos da Investigação**

Esta investigação tem como objectivo geral, caracterizar a prática do relato de sustentabilidade, nas empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa, efectuando-se um comparativo entre o ano de 2005, anteriormente analisado por Dias (2009), com base nas directrizes G2 da GRI e o ano de 2008, que será objecto de análise, baseado nas directrizes G3, também emanadas pela GRI.

Como objectivos específicos, pretende-se com este estudo:

- caracterizar a prática do relato de sustentabilidade, através da análise dos relatórios e contas, relatórios ambientais, e relatórios de sustentabilidade publicados pelas empresas da amostra;
- analisar o grau de divulgação da informação sobre sustentabilidade, por agrupamento de actividades;
- analisar os indicadores de desempenho económicos, ambientais e sociais mais utilizados entre os agrupamentos de actividades, e;
- identificar os níveis de aplicação (C, B, A) nos relatórios analisados e as empresas que por agrupamento de actividades têm os seus relatórios verificados externamente e pela GRI.

### **4.3.- Recolha de dados**

Antes de abordar a metodologia, importa referir que a revisão da literatura exposta nos dois capítulos anteriores foi feita através da recolha de trabalhos científicos constantes na *b-on* - biblioteca do conhecimento *online* e no sítio da internet *scholar Google*. Estes artigos foram seleccionados com base no tema do relato de sustentabilidade e na utilização das directrizes G2 e G3 da GRI, por parte de grandes empresas.

No presente estudo, os relatórios com dados de sustentabilidade foram obtidos exclusivamente dos sítios da Internet das próprias empresas e na sua maioria disponíveis em formato PDF.

Da informação disponibilizada nos relatórios com dados de sustentabilidade das empresas da amostra e da sua análise, pretende-se concretizar os objectivos específicos. Para isso, as empresas da amostra são classificadas por agrupamentos de actividade, segundo a *Industry Classification Benchmark* (ICB), classificação que veio substituir em 2006, a *FTSE Global Classification System*, após um período de transição, durante o ano de 2005 e agrupadas em 3 agrupamentos de actividades; Indústrias, Serviços e Financeiras.

Para responder ao primeiro objectivo específico, caracterizar a prática do relato de sustentabilidade, e com base no ICB, analisou-se a amostra das 43 empresas sobre a publicação de dados sobre a sustentabilidade, bem como a forma de publicação de dados sobre a sustentabilidade, por agrupamentos de actividades.



Para cumprir o segundo objectivo específico, analisar o grau de divulgação de informação sobre sustentabilidade, por agrupamento de actividades, é efectuada uma análise de conteúdo dos relatórios, passando pelas fases de codificação e de categorização.

A codificação “corresponde a uma transformação dos dados em bruto do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices” (Bardin, 2009, p. 129).

Para Bardin (2009), a organização da codificação envolve três escolhas:

- o recorte: escolha das unidades de registo, que no presente estudo são os pontos retirados do conteúdo das categorias de informação do Quadro nº 6;
- a enumeração: escolha das regras de contagem, que neste estudo escolheu-se a presença ou a ausência de informação dos pontos referidos anteriormente, em que se atribui o valor 0 à ausência de informação e o valor 1 à presença de informação;
- a classificação e a agregação: escolha das categorias, que no presente estudo são as cinco categorias de informação apresentadas no Quadro nº 6.

O processo de categorização, por categorias de informação (Quadro nº 6), tem por base a parte 2: Informações-padrão das directrizes G3 da GRI, em que “A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão das características comuns destes elementos.” (Bardin, 2009, p.145).

Quadro nº 6: Categorias de Informação e Conteúdo

<b>Categorias de Informação</b>	<b>Conteúdo (segundo parte 2: Informações-padrão, directrizes G3 da GRI)</b>
1 - Estratégia e Análise	Com base no ponto 1, das Informações-padrão: 1.1 - Declaração da pessoa com o maior poder de decisão na organização (por ex., o Director-Geral, o Presidente do Conselho de Administração ou cargo de importância equivalente) sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e a sua estratégia 1.2 - Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades.
2 - Perfil Organizacional	Com base no ponto 2, das Informações-padrão: - Perfil Organizacional: 2.1 a 2.10
3 - Parâmetros para o Relatório	Com base no ponto 3, das Informações-padrão: - Perfil do Relatório: 3.1 a 3.4

Categorias de Informação	Conteúdo (segundo parte 2: Informações-padrão, directrizes G3 da GRI)
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Âmbito e limites de enquadramento do relatório: 3.5 a 3.11</li> <li>- GRI <i>content index</i>: 3.12</li> <li>- Verificação: 3.13</li> </ul>
4 - Governança, Compromissos e Envolvimento	Com base no ponto 4, das Informações-padrão: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Governança: 4.1 a 4.10</li> <li>- Compromissos com Iniciativas Externas: 4.11 a 4.13</li> <li>- Envolvimento das Partes Interessadas: 4.14 a 4.17</li> </ul>
5 - Abordagem de Gestão e Indicadores de Desempenho	Com base no ponto 5, das Informações-padrão: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Indicadores Económicos: EC1 a EC9</li> <li>- Indicadores Ambientais: EN1 a EN30</li> <li>- Indicadores Sociais, divididos em:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Práticas Laborais e Trabalho Condigno: LA1 a LA 14</li> <li>- Direitos Humanos: HR1 a HR9</li> <li>- Sociedade: SO1 a SO8</li> </ul> </li> <li>- Responsabilidade pelo Produto: PR1 a PR9</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria

De seguida, procede-se ao cálculo do Índice de Divulgação (Branco e Rodrigues, 2008) do agrupamento de actividades, para as categorias de informação, baseada na parte 2: Informações-padrão, das directrizes G3 da GRI; este índice tem por finalidade, com os valores obtidos, aferir do grau de divulgação de informação sobre sustentabilidade e permitir a análise e a comparabilidade entre os diferentes agrupamentos de actividades, pois, a dimensão de cada agrupamento é diferente. Por outro lado, e como este índice também foi calculado por Dias (2009) para as directrizes G2 da GRI, torna-se possível a comparação com algumas categorias de informação, com base nas directrizes G3 da GRI.

Considerando que pretendemos comparar os nossos resultados com os de Dias (2009), utilizamos aqui a mesma fórmula utilizada por este autor para o cálculo do índice de divulgação do agrupamento de actividades:

$$IDi = \sum_{j=1}^e e_j / e$$

Onde: **IDI** Índice de Divulgação do agrupamento de actividade i

**e<sub>j</sub>** Atributo j em análise (variável *dummy* com valor 1, se a empresa divulga informação e valor 0, se não divulga)

**e** Número máximo de pontos possíveis (resulta da multiplicação do número de empresas que constitui cada agrupamento de actividades, pela pontuação máxima possível de cada categoria de informação)

Este Índice de Divulgação do agrupamento de actividades expressa o grau de divulgação de informação sobre sustentabilidade, por agrupamento de actividades e obtém-se da divisão do somatório da pontuação obtida pelas empresas de cada agrupamento de actividades, nos vários itens que fazem parte de cada categoria de informação, pelo número máximo de pontos possíveis, em que este número, resulta da multiplicação entre o número de empresas que constitui cada agrupamento de actividades, pela pontuação máxima possível de cada categoria de informação.

A pontuação máxima que cada empresa pode atingir é de 133 pontos, como se pode verificar pelos dados que apresentamos no Quadro nº 7.

Quadro nº 7: Pontuação por Categoria de Informação (directrizes G3 da GRI)

<b>Categorias de Informação</b>	<b>Pontuação Máxima</b>
<b>1 - Estratégia e Análise</b>	<b>14</b>
Declaração do Presidente	6
Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades	8
<b>2 - Perfil Organizacional</b>	<b>10</b>
<b>3 - Parâmetros para o Relatório</b>	<b>13</b>
Perfil do Relatório	4
Âmbito e limites de enquadramento do relatório	7
GRI <i>content index</i>	1
Verificação	1
<b>4 - Governação, Compromissos e Envolvimento</b>	<b>17</b>
Governação	10
Compromissos com Iniciativas Externas	3
Envolvimento das Partes Interessadas	4
<b>5 - Abordagem de Gestão e Indicadores de Desempenho</b>	<b>79</b>
Indicadores Económicos	9
Indicadores Ambientais	30
Indicadores Sociais	
Práticas Laborais e Trabalho Condigno (LA)	14
Direitos Humanos (HR)	9
Sociedade (SO)	8
Responsabilidade pelo Produto (PR)	9
<b>TOTAL</b>	<b>133 pontos</b>

Fonte: Elaboração própria

Por exemplo, no agrupamento de actividades das financeiras, o Índice de Divulgação para a categoria de informação de Estratégia e Análise é calculado do seguinte modo:

- Estratégia e Análise: 14 pontos

- Agrupamento de actividades das financeiras: 3 empresas

Empresa 1: 13 pontos

Empresa 2: 13 pontos

Empresa 3: +14 pontos

40 pontos / (3 empresas x 14 pontos)

- Índice de Divulgação para a categoria de informação de Estratégia e Análise = 0,95

O tratamento estatístico dos dados é feito com o recurso ao programa informático *Statistical Package for the Social Sciences*, versão 17 para *Windows*.

Para atingir o terceiro objectivo específico, analisar os indicadores de desempenho económicos, ambientais e sociais mais utilizados entre os agrupamentos de actividades, efectuou-se uma análise por comparação com o estudo de Dias (2009), evidenciando, por um lado, o indicador mais utilizado por agrupamentos de actividades, segundo a percentagem de utilização, e, por outro, identificando alterações de tendências na sua utilização.

Quanto ao quarto objectivo específico, identificar os níveis de aplicação (C, B, A) nos relatórios analisados e as empresas que por agrupamento de actividades têm os seus relatórios verificados externamente e pela GRI, também se pretende obter a percentagem que cada nível de aplicação atinge, por agrupamento de actividades e a percentagem de relatórios não verificados e verificados.

#### **4.4.- Amostra**

Como se pretende caracterizar a prática do relato de sustentabilidade, nas empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa, fazendo uma comparação entre o ano de 2005 e o ano de 2008, a selecção da amostra é feita do seguinte modo:

- Das 51 empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa em 2005, segundo o Aviso nº 224/05, de 2005-03-29 da *Euronext Lisbon*, verificou-se serem 45 as que se mantêm cotadas em 2010.
- Destas 45 empresas excluem-se 2 empresas que são sociedades desportivas, cujos relatos diferem do ano civil. Deste modo, a amostra fica composta por 43 empresas.

- Das 43 empresas, e após a visualização dos seus sítios na Internet e da visualização do sítio na Internet da GRI e do BCSD Portugal, nos meses de Outubro e Novembro de 2010, 16 empresas possuem relatório com dados de sustentabilidade em 2008 e 4 empresas que não possuem o relatório com informação sobre a sustentabilidade em 2008, sendo que em 2007 se encontra presente. A escolha destes dois anos, justifica-se com o facto de algumas empresas publicarem relatórios bianuais com dados sobre o seu desempenho económico, ambiental e social.
- A complementar a análise destes 20 relatórios com dados de sustentabilidade, foram também analisados os relatórios e contas das restantes empresas, para verificar se o tema da sustentabilidade é ou não abordado, em algum dos seus capítulos, o que não se verificou. Também foi averiguada a publicação de Relatórios Ambientais e Relatórios Sociais.

## 5 - Apresentação e Discussão dos Resultados

### 5.1. - A prática do relato de sustentabilidade nas empresas portuguesas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa

No primeiro objectivo específico, ao **caracterizar a prática do relato de sustentabilidade em Portugal**, teve-se em conta as empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa (BVL). Verificou-se que das 51 empresas cotadas em 2005, 45 mantêm-se cotadas em 2010, sendo que foram excluídas as 2 sociedades anónimas desportivas, pois o período do seu relato não coincide com o ano civil. Deste modo, a amostra do presente estudo é composta por 43 empresas, classificadas por sectores de actividades segundo a ICB e reunidas em 3 agrupamentos de actividades; Indústrias, Serviços e Financeiras, conforme o Quadro nº 8.

Quadro nº 8: Caracterização das empresas da amostra

Agrupamentos de Actividades	Sectores de actividade	Nº de Empresas
Indústrias	00 – Oil & Gas	0
	10 – Basic Materials	4
	20 – Industrials	13
	30 – Consumer Goods	4
Serviços	40 – Health Care	0
	50 – Consumer Services	10
	60 – Telecommunication	2
	70 – Utilities	1
	90 – Technology	5
Financeiras	80 – Financials	4
TOTAL		43

Fonte: Elaboração própria

Em relação às seis empresas excluídas da amostra, porque já não estão cotadas na BVL em 2010, uma dessas empresas publicou um relatório de sustentabilidade em 2008 com base nas directrizes G3 da GRI. Por outro lado, destacamos ainda o facto de seis empresas que não farão parte da amostra (porque, embora estando cotadas na BVL em 2010, não estavam cotadas em 2005), só três empresas não divulgam qualquer dado sobre a sustentabilidade.

No Quadro nº 9 é apresentado sob a forma de frequências absolutas e frequências relativas, o modo como as 43 empresas da amostra do presente estudo relataram dados sobre a sustentabilidade e a comparação com a amostra das 49 empresas do estudo de Dias (2009).

Quadro nº 9: Publicação de dados sobre a sustentabilidade nas empresas cotadas em Bolsa

	Indústrias		Serviços		Financeiras		Freq.Abs.		Freq.Rel.	
	2008	2005	2008	2005	2008	2005	2008	2005	2008	2005
Não apresentam quaisquer dados sobre sustentabilidade	10	13	12	12	1	3	23	28	53,48%	57,14%
Capítulo sobre sustentabilidade no Relatório e Contas	0	5	1	3	0	2	1	10	2,33%	20,41%
Relatório de Sustentabilidade independente	10	2	5	3	3	2	18	7	41,86%	14,29%
Relatório de Responsabilidade Corporativa	1	0	0	1	0	0	1	1	2,33%	2,04%
Relatório Ambiental	0	3	0	0	0	0	0	3	0%	6,12%
	21	23	18	19	4	7	43	49	100%	100%

Fonte: Elaboração própria com dados de 2005 de Dias (2009)

Neste estudo, e comparativamente com o estudo de Dias (2009), e não obstante uma redução do número de empresas que publicam dados sobre a sustentabilidade (passou de 21 para 20), é possível afirmar que há um aumento da publicação de informação sobre o tema. De facto, e se considerarmos que no estudo de Dias (2009) a amostra era constituída por mais empresas (49 contra 43, no nosso estudo), verificamos que a percentagem de empresas que divulga informação sobre a sustentabilidade passou de 42,86% para 46,52%.

No que diz respeito à publicação de dados sobre a sustentabilidade (Quadro nº 9), 23 empresas (53,48%) não apresentam quaisquer dados sobre sustentabilidade, 1 empresa (2,33%) optou por publicar um capítulo específico sobre sustentabilidade com a designação de Caderno Institucional, do Governo da Sociedade e de Sustentabilidade do Relatório e Contas e incluí-lo no Relatório e Contas, 18 empresas (41,86%) publicaram um Relatório de Sustentabilidade independente do Relatório e Contas, e 1 empresa (2,33%) seleccionou a designação de Relatório de Responsabilidade Corporativa. Nenhuma empresa apresentou um Relatório Ambiental.

Em relação às empresas que apresentaram um capítulo sobre sustentabilidade no Relatório e Contas, verificou-se uma redução. No actual estudo apenas 2,33% de empresas optaram pela inclusão de um capítulo sobre sustentabilidade no Relatório e Contas, enquanto no estudo de Dias (2009), 20,41% de empresas apresentavam um capítulo sobre sustentabilidade no Relatório e Contas.

No que toca à publicação de um Relatório de Sustentabilidade independente, no presente estudo assistiu-se a um aumento comparativamente com o estudo de Dias (2009). De 14,29%,

valor apresentado por este autor, subimos para os actuais 41,86%. Este aumento verificou-se em todos os agrupamentos de actividades.

A publicação de Relatórios de Responsabilidade Corporativa passou de 2,04%, em 2005, para 2,33% no presente estudo, ou seja, sem alterações. De mencionar ainda que no estudo de Dias (2009) este tipo de relatório é designado Relatório de Responsabilidade Social.

Quanto à emissão de Relatórios Ambientais, não foi identificada no nosso estudo nenhuma empresa que a ele se tivesse dedicado, ao contrário do que acontecia no estudo de Dias (2009), em que 6,12% da amostra publicou este tipo de relatório.

Sobre as empresas que se destacam no relato de dados sobre a sustentabilidade, em concreto, o grupo das 20 empresas do actual estudo e o grupo das 21 empresas do estudo de Dias (2009), no Quadro nº 10 é possível constatar o aumento da publicação de Relatórios de Sustentabilidade independentes do Relatório e Contas, cuja percentagem sobe de 33,33% em 2005 para 90% no actual estudo.

De igual modo, destacou-se o aumento da utilização das directrizes propostas pela GRI, contabilizadas no estudo de Dias (2009) em 8 das 21 empresas, as quais fizeram menção à utilização das directrizes G2 da GRI, dado que neste estudo é contabilizado em todas as 20 empresas, que referem a utilização das directrizes G3 da GRI.

Quadro nº 10: Forma de publicação de dados sobre a sustentabilidade

	Indústrias		Serviços		Financeiras		Freq.Abs.		Freq.Rel.	
	2008	2005	2008	2005	2008	2005	2008	2005	2008	2005
Capítulo sobre sustentabilidade no Relatório e Contas	0	5	1	3	0	2	1	10	5%	47,62%
Relatório de Sustentabilidade independente	10	2	5	3	3	2	18	7	90%	33,33%
Relatório de Responsabilidade Corporativa	1	0	0	1	0	0	1	1	5%	4,76%
Relatório Ambiental	0	3	0	0	0	0	0	3	0%	14,29%
	11	10	6	7	3	4	20	21	100%	100%

Fonte: Elaboração própria com dados de 2005 de Dias (2009)

Entre os agrupamentos de actividades destacou-se o agrupamento das indústrias, no qual ocorreu a maior subida: de 2 Relatórios de Sustentabilidade em 2005, passou-se a contabilizar 10 Relatórios de Sustentabilidade no presente estudo, sendo também este agrupamento de actividades o responsável por mais de 50% dos 18 Relatórios de Sustentabilidade independentes.



Quanto à prática de inserção de um capítulo sobre sustentabilidade no Relatório e Contas, constatou-se uma redução de 47,62% em 2005 para 5% no presente estudo, ou seja, apenas uma empresa, pertencente ao agrupamento dos serviços, fez esta opção. Para o efeito esta empresa utilizou a designação de Caderno Institucional, do Governo da Sociedade e de Sustentabilidade do Relatório e Contas.

Ao nível da publicação do Relatório Ambiental verificou-se a inexistência de Relatórios Ambientais no actual estudo, enquanto que em 2005 14,29% das empresas lançaram mão a este recurso.

Relativamente à publicação de Relatórios de Responsabilidade Corporativa, manteve-se a mesma tendência, ao passar de 4,76% em 2005, em que estes relatórios tinham a designação de Relatórios de Responsabilidade Social, para os actuais 5%, no actual estudo.

## **5.2. - Índice de divulgação da informação sobre sustentabilidade, por agrupamento de actividades**

Para melhor ilustrar o comportamento das empresas no que respeita ao segundo objectivo específico, **a análise do grau de divulgação da informação sobre sustentabilidade por agrupamento de actividades**, elaborou-se o Quadro nº 11 e fez-se a análise e a comparação com o estudo de Dias (2009) dos seguintes itens: Índice de Divulgação Global por Agrupamento de Actividades; Declaração do Presidente; Perfil Organizacional; Perfil do Relatório; Âmbito e Limites de Enquadramento do Relatório; Governação, Compromissos e Envolvimento; Governação; Compromissos com Iniciativas Externas; Envolvimento das Partes Interessadas; Abordagem de Gestão e Indicadores de Desempenho, e, por último, dos Indicadores de Desempenho Económico, Ambiental e Social.

### **Índice de Divulgação Global por Agrupamento de Actividades**

Observou-se uma subida do Índice de Divulgação Global por Agrupamento de Actividades em todos os agrupamentos de actividades em relação ao estudo de Dias (2009). O agrupamento das indústrias subiu o seu Índice, passando de 0,39 para 0,65; o agrupamento dos serviços subiu de um valor de 0,46 para 0,64; e o agrupamento das financeiras subiu de um valor de 0,56 para 0,76.

Quadro nº 11: Índice de Divulgação por Agrupamento de Actividades

	Indústrias		Serviços		Financeiras	
	Índice		Índice		Índice	
	2008 (N=11)	2005 (N=10)	2008 (N=6)	2005 (N=7)	2008 (N=3)	2005 (N=4)
<b>Índice de Divulgação Global por Agrupamento de Actividades</b>	0,65	0,39	0,64	0,46	0,76	0,56
<b>Estratégia e Análise</b>	0,77	-	0,57	-	0,95	-
Declaração do Presidente	0,85	0,50	0,75	0,76	1	0,79
Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades	0,70	-	0,44	-	0,92	-
<b>Perfil Organizacional</b>	0,93	0,92	0,95	0,90	0,93	0,94
<b>Parâmetros para o Relatório</b>	0,79	-	0,73	-	1	-
Perfil do Relatório	0,93	0,53	0,88	0,67	1	0,83
Âmbito e Limites de Enquadramento do Relatório	0,78	0,79	0,69	0,84	1	0,93
GRI <i>Content Index</i>	0,73	-	0,67	-	1	-
Verificação	0,36	-	0,50	-	1	-
<b>Governança, Compromissos e Envolvimento</b>	0,67	0,56	0,72	0,71	0,78	0,89
Governança	0,57	0,69	0,67	0,77	0,67	0,94
Compromissos com Iniciativas Externas	0,73	0,55	0,78	0,73	1	0,88
Envolvimento das Partes Interessadas	0,89	0,33	0,79	0,57	0,92	0,81
<b>Abordagem de Gestão e Indicadores de Desempenho</b>	0,50	0,26	0,52	0,30	0,67	0,38
Indicadores de Desempenho Económico	0,61	0,46	0,56	0,52	0,78	0,58
Indicadores de Desempenho Ambiental	0,47	0,31	0,47	0,26	0,56	0,25
Indicadores de Desempenho Social	0,50	0,18	0,55	0,27	0,73	0,42
Práticas Laborais e Trabalho Condigno (LA)	0,64	0,37	0,68	0,45	0,83	0,56
Direitos Humanos (HR)	0,44	0,06	0,35	0,18	0,59	0,36
Sociedade (SO)	0,50	0,13	0,52	0,27	0,75	0,36
Responsabilidade pelo Produto (PR)	0,34	0,05	0,57	0,09	0,67	0,34

Fonte: Elaboração própria com dados de 2005 de Dias (2009)

A subida do Índice de Divulgação Global por Agrupamento de Actividades baseou-se no facto das empresas da amostra terem divulgado a maioria dos 133 pontos que compõem o índice de divulgação global da informação sobre sustentabilidade.

De referir também que no Índice de Divulgação Global por Agrupamento de Actividades, o agrupamento das indústrias passou de último lugar para segundo lugar, em troca com o

agrupamento dos serviços, mantendo-se no entanto em primeiro lugar o agrupamento das financeiras.

### **Estratégia e Análise**

No presente estudo esta categoria de informação é composta pela dimensão Declaração do Presidente e pela dimensão Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades, sendo possível a comparação da dimensão Declaração do Presidente. A equivalência dos pontos que compõem esta dimensão, entre ambas as directrizes G2 e G3 da GRI, permite aqui a comparação.

Na dimensão Declaração do Presidente constatou-se uma subida nos Índices de Divulgação no agrupamento das indústrias, de 0,50 para 0,85, e, no agrupamento das financeiras, de 0,79 para 1. Em contrapartida, verificou-se uma ligeira descida no Índice de Divulgação, que no agrupamento dos serviços passou de 0,76 para 0,75.

De referir também que nesta dimensão, o agrupamento das indústrias passou de terceiro lugar para segundo lugar, em troca com o agrupamento dos serviços, mantendo-se ainda o agrupamento das financeiras em primeiro lugar, obtendo mais uma vez os maiores resultados.

No presente estudo, na dimensão Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades, o agrupamento das financeiras apresenta um Índice de Divulgação de 0,92, seguido pelo agrupamento das indústrias com um Índice de Divulgação de 0,70 e por último, o agrupamento dos serviços com um Índice de Divulgação de 0,44.

Deste modo e no actual estudo, o Índice de Divulgação da categoria de informação Estratégia e Análise, revela Índices de Divulgação de 0,95 para o agrupamento das financeiras, 0,77 para o agrupamento das indústrias e 0,57 para o agrupamento dos serviços.

### **Perfil Organizacional**

Para fazer-se uma comparação com o estudo de Dias (2009), remeteu-se esta categoria de informação para a dimensão Perfil Organizacional do seu estudo, porque nas directrizes G3 da GRI, o Perfil Organizacional é uma categoria autónoma e nas directrizes G2 da GRI, o Perfil Organizacional é uma dimensão inserida na categoria Perfil, mas os requisitos entre ambas são semelhantes.

No presente estudo, o agrupamento das indústrias e o agrupamento das financeiras apresentam um índice semelhante, na ordem de 0,93, enquanto o agrupamento dos serviços

revela um índice de 0,95. Dias (2009) registou também valores elevados, na ordem de 0,92, para o agrupamento das indústrias; 0,90 para o agrupamento dos serviços; e 0,94 para o agrupamento das financeiras.

Os índices de divulgação apresentam deste modo valores muito elevados, denotando um comportamento constante entre um estudo e outro. Estes resultados vêm alicerçar-se na semelhança dos requisitos para esta categoria de informação apresentados nas directrizes G2 e G3 da GRI.

Em termos posicionais, o agrupamento dos serviços ocupa a primeira posição anteriormente ocupada pelo agrupamento das financeiras; por sua vez, o agrupamento das indústrias mantém a mesma posição, ao invés do agrupamento das financeiras, que desceu uma posição, do primeiro para o segundo lugar.

### **Parâmetros para o Relatório**

Esta categoria de informação é composta por quatro dimensões, a saber: Perfil do Relatório, Âmbito e Limites de Enquadramento do Relatório, GRI *Content Index* e Verificação.

Na dimensão de Perfil de Relatório, o agrupamento das financeiras atinge o valor de 1, seguido do agrupamento das indústrias, com 0,93, e, em último lugar, o agrupamento dos serviços com 0,88. No estudo de Dias (2009), o agrupamento das financeiras ocupava igualmente a posição cimeira, com um índice de 0,83. Pelo contrário, o agrupamento dos serviços, que se encontrava na segunda posição com um valor de 0,67, passou para o terceiro lugar, e o agrupamento das indústrias, que apresentava um resultado de 0,53, passou para o segundo. Em ambos os casos há a registar, no entanto, uma evolução positiva no índice de divulgação.

No que toca à dimensão agora designada por Âmbito e Limites de Enquadramento do Relatório e anteriormente designada por Âmbito do Relatório nas directrizes G2 da GRI, verificou-se que o agrupamento das financeiras ocupa a primeira posição, com um índice de 1, seguido do agrupamento das indústrias, com um índice de 0,78, e, por fim, o agrupamento dos serviços, com um índice de 0,69.

Em comparação com o estudo de Dias (2009), na dimensão então denominada de Âmbito do Relatório, o agrupamento das financeiras mantém a posição de liderança, com um índice de 0,93, seguido do agrupamento dos serviços, com um índice de 0,84 e, em terceiro lugar, o agrupamento das indústrias, com um índice de 0,79. Também aqui houve alternância de posição entre estes dois agrupamentos em virtude de uma descida acentuada no índice de

divulgação do agrupamento dos serviços de 0,84 para 0,69, pois este agrupamento de actividades divulgou menos os 7 pontos que compõem esta dimensão.

No presente estudo, nas restantes duas dimensões que compõem esta categoria de informação, respectivamente, *GRI Content Index* e Verificação, convém referir que na dimensão *GRI Content Index*, o agrupamento das financeiras apresenta um índice de divulgação de 1, seguido pelo agrupamento das indústrias com um índice de divulgação de 0,73 e por último, o agrupamento dos serviços com um índice de divulgação de 0,67.

Na dimensão Verificação, o agrupamento das financeiras apresenta também um índice de divulgação de 1, seguido pelo agrupamento dos serviços com um índice de divulgação de 0,50 e por último, o agrupamento das indústrias com um índice de divulgação de 0,36.

Por conseguinte e no actual estudo, o índice de divulgação da categoria de informação Parâmetros para o Relatório, revela índices de divulgação de 1 para o agrupamento das financeiras, 0,79 para o agrupamento das indústrias e 0,73 para o agrupamento dos serviços.

### **Governança, Compromissos e Envolvimento**

Nesta categoria de informação, e em comparação com Dias (2009), apesar dos três agrupamentos de actividades terem mantido as mesmas posições, assistiu-se a uma evolução positiva no agrupamento das indústrias, que passou de um índice de divulgação de 0,56 para 0,67. Também o agrupamento dos serviços teve uma subida, embora ligeira, de 0,71 para 0,72, enquanto no agrupamento das financeiras ocorreu uma descida de 0,89 para 0,78.

Nas três dimensões que compõem esta categoria de informação, convém referir que na dimensão Governança, e em comparação com o estudo de Dias (2009), ocorreu uma descida nos valores dos índices em todos os agrupamentos de actividades: no agrupamento das indústrias de 0,69 para 0,57, no agrupamento dos serviços de 0,77 para 0,67, e no agrupamento das financeiras de 0,94 para 0,67. Este agrupamento mantém a primeira posição, agora na companhia do agrupamento dos serviços, ficando o agrupamento das indústrias em último lugar.

A Governança, que era a dimensão com os melhores resultados no estudo de Dias (2009), passou a ser neste estudo aquela que apresenta os resultados mais baixos, porque no presente estudo, todos os agrupamentos de actividades divulgam menos dos dez requisitos desta dimensão.

Na dimensão de Compromissos com Iniciativas Externas convém referir uma subida dos valores dos índices em todos os agrupamentos de actividades. O agrupamento das indústrias subiu de 0,55 para 0,73, o agrupamento dos serviços de 0,73 para 0,78, e o agrupamento das financeiras de 0,88 para 1. A posição relativa dos agrupamentos de actividades mantém-se igual nos estudos, com o agrupamento das financeiras a liderar, seguido do agrupamento dos serviços e, por fim, o agrupamento das indústrias, porque nas directrizes G3 da GRI, esta dimensão é composta por apenas três requisitos e em que neste estudo, todos os agrupamentos de actividades revelaram um maior interesse na divulgação dos dados exigidos nesta dimensão.

Na terceira dimensão incluída nesta categoria de informação, o Envolvimento das Partes Interessadas, ocorreu também uma subida dos valores dos índices. Em comparação com Dias (2009), o índice do agrupamento das indústrias subiu de 0,33 para 0,89, no agrupamento dos serviços o índice subiu de 0,57 para 0,79, e no agrupamento das financeiras ocorreu uma subida no índice de 0,81 para 0,92. Mais uma vez, o agrupamento das financeiras ocupa a primeira posição e o agrupamento das indústrias sobe de terceiro para segundo lugar, em troca com o agrupamento dos serviços.

É nesta dimensão que todos os agrupamentos de actividades, à excepção do agrupamento das financeiras, atingem os melhores resultados, justificado pelas empresas pretenderem responder com os seus relatórios ao interesse dos *stakeholders*, sendo que é nesta dimensão com os seus quatro requisitos, onde são abordados quem são as partes interessadas; como foram identificadas e seleccionadas; quais as abordagens utilizadas para as envolver no processo de desenvolvimento do relatório; e as questões e as preocupações identificadas no processo de envolvimento com as partes interessadas e o modo como as empresas trataram estas questões e preocupações.

### **Abordagem de Gestão e Indicadores de Desempenho**

Na categoria de informação Abordagem de Gestão e Indicadores de Desempenho observou-se uma subida do índice de divulgação em todos os agrupamentos de actividades. Registou-se uma subida no agrupamento das indústrias de 0,26 para 0,50, no agrupamento dos serviços de 0,30 para 0,52, e no agrupamento das financeiras de 0,38 para 0,67.

Esta subida verificou-se também em todas as dimensões que compõem esta categoria de informação. A posição dos agrupamentos de actividades também se mantém sem alterações:

em primeiro lugar encontra-se o agrupamento das financeiras, em segundo lugar o agrupamento dos serviços e em terceiro lugar o agrupamento das indústrias.

Os indicadores de desempenho económico continuam a ser os mais relatados em todos os agrupamentos de actividades, ao passo que os indicadores de desempenho ambiental são os menos relatados pelas empresas do agrupamento dos serviços e do agrupamento das financeiras, comportamento já verificado por Dias (2009), a que agora se acrescenta o agrupamento das indústrias.

Na área ambiental o agrupamento que mais dados apresenta é agora o das financeiras, invertendo a posição que ocupava no estudo de Dias (2009), em troca com o agrupamento das indústrias.

Os indicadores de desempenho social também evoluíram de forma positiva em comparação com o estudo de Dias (2009). Os agrupamentos de actividades mantiveram as mesmas posições no relato destes indicadores, com o agrupamento das financeiras a liderar, seguido do agrupamento dos serviços e, por fim, o agrupamento das indústrias.

Entre os quatro indicadores de desempenho social (Práticas Laborais e Trabalho Condigno, Direitos Humanos, Sociedade e Responsabilidade pelo Produto), os indicadores sociais de Práticas Laborais e Trabalho Condigno continuam a ser os mais relatados em todos os agrupamentos de actividades, mantendo assim o mesmo comportamento verificado no estudo de Dias (2009).

Apesar dos indicadores sociais de Direitos Humanos serem os menos relatados pelo agrupamento dos serviços e pelo agrupamento das financeiras, e dos indicadores sociais de Responsabilidade pelo Produto ocuparem a última posição do relato do agrupamento das Indústrias, em qualquer dos casos verificou-se uma subida dos valores do índice de divulgação em comparação com o estudo que vimos seguindo.

Destacou-se ainda o aumento do relato dos indicadores sociais da Sociedade em todos os agrupamentos de actividades.

### **5.3. - Indicadores de desempenho mais utilizados entre os agrupamentos de actividades**

O terceiro objectivo específico consiste em **analisar os indicadores de desempenho económicos, ambientais e sociais mais utilizados entre os agrupamentos de actividades.**

A análise foi feita, por comparação com o estudo de Dias (2009), evidenciando, por um lado, o indicador mais utilizado por agrupamentos de actividades, segundo a maior percentagem de utilização, e, por outro, identificando alterações de comportamento na sua utilização.

### 5.3.1. - Indicadores de desempenho económico

O grau de utilização destes indicadores, por cada agrupamento de actividades, encontra-se sintetizado no Quadro nº 12:

Quadro nº 12: Indicadores de desempenho económico por agrupamento de actividades

Agrupamento de Actividades	Indústrias		Serviços		Financeiras	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
<b>Desempenho Económico</b>						
EC 1 - Valor económico directo gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, indemnizações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos a investidores e governos.	10	90,9	5	83,3	3	100
EC 2 - Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as actividades da organização, devido às alterações climáticas.	7	63,6	2	33,3	3	100
EC 3 - Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização.	6	54,5	3	50	1	33,3
EC 4 - Apoio financeiro significativo recebido do governo.	5	45,5	5	83,3	3	100
<b>Presença no Mercado</b>						
EC 5 - Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, nas unidades operacionais importantes.	6	54,5	3	50	2	66,7
EC 6 - Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais, em unidades operacionais importantes.	6	54,5	4	66,7	2	66,7
EC 7 - Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes da comunidade local, nas unidades operacionais mais importantes.	7	63,6	2	33,3	2	66,7
<b>Impactes Económicos Indirectos</b>						
EC 8 - Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infra-estruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público através de envolvimento comercial, em géneros ou pro bono.	8	72,7	4	66,7	3	100
EC 9 - Descrição e análise dos Impactes Económicos Indirectos mais significativos, incluindo a sua extensão.	5	45,5	2	33,3	2	66,7

Indicador Essencial	Indicador Adicional
---------------------	---------------------

Fonte: Elaboração própria

Na utilização dos indicadores de desempenho essenciais por parte dos agrupamentos de actividades, através do Quadro nº 12 convém referir que o indicador essencial EC1 do aspecto Desempenho Económico é o indicador mais utilizado dentro do agrupamento das indústrias, que os indicadores essenciais EC1 e EC4 do aspecto Desempenho Económico são os indicadores mais utilizados dentro do agrupamento dos serviços e que os indicadores essenciais EC1, EC2 e EC4 do aspecto Desempenho Económico e o indicador essencial EC8 do aspecto Impactes Económicos Indirectos são os indicadores mais utilizados dentro do agrupamento das financeiras.



Na utilização dos indicadores de desempenho adicionais por parte dos agrupamentos de actividades, através do Quadro nº 12 convém referir que o indicador adicional EC5 do aspecto Presença no Mercado é simultaneamente o indicador mais utilizado dentro do agrupamento das indústrias, dentro do agrupamento dos serviços e dentro do agrupamento das financeiras, em que neste agrupamento de actividades também o indicador adicional EC9 do aspecto Impactes Económicos Indirectos é o mais utilizado.

Os dados constatados encontram-se sintetizados no Quadro nº 13.

Quadro nº 13: Indicadores de desempenho económico mais utilizados por agrupamento de actividades

Indicadores de Desempenho Económico	Indústrias	Serviços	Financeiras
	2008	2008	2008
Essenciais + utilizados	EC1	EC1, EC4	EC1, EC2, EC4, EC8
Adicionais + utilizados	EC5	EC5	EC5, EC9

Fonte: Elaboração própria

Na utilização isolada de cada indicador, convém referir que os indicadores essenciais EC1, EC2 e EC4 do aspecto Desempenho Económico são utilizados em maior percentagem pelo agrupamento das financeiras, sendo que estes três indicadores estão presentes em todos os relatórios publicados pelas empresas deste agrupamento de actividades. O indicador essencial EC3 incluído no aspecto Desempenho Económico é utilizado em maior percentagem pelo agrupamento das indústrias.

O indicador adicional EC5 do aspecto Presença no Mercado é utilizado em maior percentagem pelo agrupamento das financeiras, bem como os indicadores essenciais EC6 e EC7, também convém referir que o indicador essencial EC6 é também utilizado em maior percentagem pelo agrupamento dos serviços.

O indicador essencial EC8 e o indicador adicional EC9 do aspecto Impactes Económicos Indirectos são utilizados em maior percentagem pelo agrupamento das financeiras, sendo que o indicador essencial EC8 está presente em todos os relatórios publicados pelas empresas deste agrupamento de actividades.

Em comparação com o estudo de Dias (2009), verificou-se também no presente estudo, que somente o agrupamento das financeiras regista em alguns indicadores, percentagens de utilização de 100%, nomeadamente em quatro indicadores (EC1, EC2, EC4 e EC8) no presente estudo e dois indicadores (EC1 e EC7) no estudo de Dias (2009).

No estudo de Dias (2009), no agrupamento das indústrias e no agrupamento dos serviços houve um indicador (EC1) que foi utilizado em 100%, enquanto no presente estudo não há nenhum indicador que seja utilizado nessa percentagem.

Mantém-se a tendência com excepção do indicador EC1 no estudo de Dias (2009), de não existirem indicadores que sejam utilizados em 100% em todos os agrupamentos de actividades simultaneamente.

Entre todos os indicadores convém referir que a utilização do indicador essencial EC1 destaca-se em todos os agrupamentos de actividades em simultâneo, que deste modo realça a divulgação de informação básica das empresas no aspecto do Desempenho Económico.

### 5.3.2. - Indicadores de desempenho ambiental

O grau de utilização destes indicadores, por cada agrupamento de actividades, encontra-se sintetizado no Quadro seguinte:

Quadro nº 14: Indicadores de desempenho ambiental por agrupamento de actividades

Agrupamento de Actividades	Indústrias		Serviços		Financeiras	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
<b>Materiais</b>						
EN 1 - Materiais utilizados, por peso ou por volume.	10	90,9	5	83,3	3	100
EN 2 - Percentagem de materiais utilizados que são provenientes de reciclagem.	8	72,7	4	66,7	3	100
<b>Energia</b>						
EN 3 - Consumo directo de energia, discriminado por fonte de energia primária.	10	90,9	6	100	3	100
EN 4 - Consumo indirecto de energia, discriminado por fonte primária.	7	63,6	5	83,3	3	100
EN 5 - Total de poupança de energia devido a melhorias na conservação e na eficiência.	2	18,2	4	66,7	2	66,7
EN 6 - Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis, e reduções no consumo de energia em resultado dessas iniciativas.	5	45,5	5	83,3	2	66,7
EN 7 - Iniciativas para reduzir o consumo indirecto de energia e reduções alcançadas.	4	36,4	3	50	2	66,7
<b>Água</b>						
EN 8 - Consumo total de água, por fonte.	11	100	6	100	3	100
EN 9 - Recursos hídricos significativamente afectadas pelo consumo de água.	2	18,2	1	16,7	0	0
EN 10 - Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada.	0	0	2	33,3	0	0
<b>Biodiversidade</b>						
EN 11 - Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas.	6	54,5	2	33,3	1	33,3
EN 12 - Descrição dos impactes significativos de actividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	7	63,6	2	33,3	2	66,7
EN 13 - Habitats protegidos ou recuperados.	5	45,5	1	16,7	1	33,3
EN 14 - Estratégias e programas, actuais e futuros, de gestão de impactes na biodiversidade.	4	36,4	2	33,3	2	66,7

(Continuação)

Agrupamento de Actividades	Indústrias		Serviços		Financeiras	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
EN 15 - Número de espécies, na Lista Vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies, com habitats em áreas afectadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção.	0	0	0	0	0	0
<b>Emissões, Efluentes e Resíduos</b>						
EN 16 - Emissões totais directas e indirectas de gases com efeito de estufa, por peso.	10	90,9	5	83,3	3	100
EN 17 - Outras emissões indirectas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso.	6	54,5	3	50	3	100
EN 18 - Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, assim como reduções alcançadas.	7	63,6	5	83,3	2	66,7
EN 19 - Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso.	3	27,3	1	16,7	1	33,3
EN 20 - NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e por peso.	7	63,6	1	16,7	1	33,3
EN 21 - Descarga total de água, por qualidade e destino.	5	45,5	1	16,7	1	33,3
EN 22 - Quantidade total de resíduos, por tipo e método de eliminação.	9	81,8	6	100	3	100
EN 23 - Número e volume total de derrames significativos.	4	36,4	2	33,3	1	33,3
EN 24 - Peso dos resíduos transportados, importados, exportados ou tratados, considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia – Anexos I, II, III e VIII, e percentagem de resíduos transportados por navio, a nível internacional.	0	0	1	16,7	0	0
EN 25 - Identidade, dimensão, estatuto de protecção e valor para a biodiversidade dos recursos hídricos e respectivos habitats, afectados de forma significativa pelas descargas de água e escoamento superficial.	0	0	0	0	0	0
<b>Produtos e Serviços</b>						
EN 26 - Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacto.	7	63,6	4	66,7	3	100
EN 27 - Percentagem recuperada de produtos vendidos e respectivas embalagens, por categoria.	1	9,1	3	50	0	0
<b>Conformidade</b>						
EN 28 - Montantes envolvidos no pagamento de coimas significativas e o número total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais.	5	45,5	3	50	3	100
<b>Transporte</b>						
EN 29 - Impactes ambientais significativos, resultantes do transporte de produtos e outros bens ou matérias-primas utilizados nas operações da organização, bem como o transporte de funcionários.	4	36,4	1	16,7	1	33,3
<b>Geral</b>						
EN 30 - Total de custos e investimentos com a protecção ambiental, por tipo.	6	54,5	1	16,7	1	33,3

Indicador Essencial	Indicador Adicional
---------------------	---------------------

Fonte: Elaboração própria

Na utilização dos indicadores de desempenho essenciais por parte dos agrupamentos de actividades, através do Quadro nº 14 convém referir que o indicador essencial EN8 do aspecto Água é o indicador mais utilizado dentro do agrupamento das indústrias, que os indicadores essenciais EN3 do aspecto Energia, EN8 do aspecto Água e EN22 do aspecto Emissões, Efluentes e Resíduos são os indicadores mais utilizados dentro do agrupamento dos serviços e que os indicadores essenciais EN1 e EN2 do aspecto Materiais, EN3 e EN4 do aspecto Energia, EN8 do aspecto Água, EN16, EN17 e EN22 do aspecto Emissões, Efluentes e Resíduos, EN26 do

aspecto Produtos e Serviços e EN28 do aspecto Conformidade são os indicadores mais utilizados dentro do agrupamento das financeiras.

Na utilização dos indicadores de desempenho adicionais por parte dos agrupamentos de actividades, através do Quadro nº 14 convém referir que o indicador adicional EN18 do aspecto Emissões, Efluentes e Resíduos é o indicador mais utilizado dentro do agrupamento das indústrias, que os indicadores adicionais EN6 do aspecto Energia e EN18 do aspecto Emissões, Efluentes e Resíduos são os indicadores mais utilizados dentro do agrupamento dos serviços e que os indicadores adicionais EN5, EN6 e EN7 do aspecto Energia, EN14 do aspecto Biodiversidade e EN18 do aspecto Emissões, Efluentes e Resíduos são os indicadores mais utilizados dentro do agrupamento das financeiras.

Os dados constatados encontram-se sintetizados no Quadro nº 15.

Quadro nº 15: Indicadores de desempenho ambiental mais utilizados por agrupamento de actividades

Indicadores de Desempenho Ambiental	Indústrias	Serviços	Financeiras
	2008	2008	2008
Essenciais + utilizados	EN8	EN3, EN8, EN22	EN1, EN2, EN3, EN4, EN8, EN16, EN17, EN22, EN26, EN28
Adicionais + utilizados	EN18	EN6, EN18	EN5, EN6, EN7, EN14, EN18

Fonte: Elaboração própria

Na utilização isolada de cada indicador, convém referir que os indicadores essenciais EN1 e EN2 do aspecto Materiais são utilizados em maior percentagem pelo agrupamento das financeiras, sendo que estes dois indicadores estão presentes em todos os relatórios publicados pelas empresas deste agrupamento de actividades.

O indicador essencial EN3 incluído no aspecto Energia é utilizado em maior percentagem pelo agrupamento dos serviços e pelo agrupamento das financeiras, sendo utilizado em todos os relatórios publicados por todas as empresas destes dois agrupamentos de actividades. O indicador essencial EN4 é utilizado em maior percentagem pelo agrupamento das financeiras, onde está presente em todos os relatórios publicados pelas empresas deste agrupamento de actividades. Os indicadores adicionais incluídos no aspecto Energia, em concreto o indicador adicional EN5 é utilizado em maior percentagem simultaneamente pelo agrupamento dos serviços e pelo agrupamento das financeiras, o indicador adicional EN6 é utilizado em maior percentagem pelo agrupamento dos serviços, por fim, o indicador adicional EN7 é utilizado em maior percentagem pelo agrupamento das financeiras.

O único indicador essencial incluído no aspecto Água EN8 é utilizado em percentagem idêntica por todos os agrupamentos de actividades, onde está presente em todos os relatórios publicados pelas empresas dos três agrupamentos de actividades. O indicador adicional EN9 é utilizado em maior percentagem pelo agrupamento das indústrias, enquanto o indicador adicional EN10 é utilizado em maior percentagem pelo agrupamento dos serviços.

O indicador essencial EN11 incluído no aspecto Biodiversidade é utilizado em maior percentagem pelo agrupamento das indústrias. O indicador essencial EN12 é utilizado em maior percentagem pelo agrupamento das financeiras. O indicador adicional EN13 é utilizado em maior percentagem pelo agrupamento das indústrias. O indicador adicional EN14 é utilizado em maior percentagem pelo agrupamento das financeiras. O indicador adicional EN15 não é utilizado por nenhum agrupamento de actividades, onde este indicador está ausente em todos os relatórios publicados pelas empresas dos três agrupamentos de actividades.

Os indicadores essenciais EN16 e EN17 incluídos no aspecto Emissões, Efluentes e Resíduos são utilizados em maior percentagem pelo agrupamento das financeiras, onde estes indicadores encontram-se presentes em todos os relatórios publicados pelas empresas deste agrupamento de actividades. O indicador adicional EN18 é utilizado em maior percentagem pelo agrupamento dos serviços. O indicador essencial EN19 é utilizado em maior percentagem pelo agrupamento das financeiras. Os indicadores essenciais EN20 e EN21 são utilizados em maior percentagem pelo agrupamento das indústrias.

O indicador essencial EN22 é utilizado em maior percentagem simultaneamente pelo agrupamento dos serviços e pelo agrupamento das financeiras, sendo utilizado em todos os relatórios publicados por todas as empresas destes dois agrupamentos de actividades. O indicador essencial EN23 é utilizado em maior percentagem pelo agrupamento das indústrias. O indicador adicional EN24 é utilizado em maior percentagem pelo agrupamento dos serviços. O indicador adicional EN25 não é utilizado por nenhum agrupamento de actividades, onde este indicador está ausente em todos os relatórios publicados pelas empresas dos três agrupamentos de actividades.

O indicador essencial EN26 inserido no aspecto Produtos e Serviços é utilizado em maior percentagem pelo agrupamento das financeiras, onde este indicador encontra-se presente em todos os relatórios publicados pelas empresas deste agrupamento de actividades. O indicador essencial EN27 é utilizado em maior percentagem pelo agrupamento dos serviços.

O indicador essencial EN28 incluído no aspecto Conformidade é utilizado em maior percentagem pelo agrupamento das financeiras, onde este indicador está presente em todos os relatórios publicados pelas empresas deste agrupamento de actividades.

O indicador adicional EN29 referente ao aspecto Transporte é utilizado em maior percentagem pelo agrupamento das indústrias.

Em situação análoga ao anterior indicador encontra-se o indicador adicional EN30 inserido no aspecto Geral que é utilizado em maior percentagem pelo agrupamento das indústrias.

Apesar de não ser possível uma comparação directa com o estudo de Dias (2009) verificou-se que no estudo realizado por este autor, nenhum indicador era utilizado por todas (100%) as empresas de um determinado agrupamento de actividades; em contrapartida, no estudo agora realizado existem vários indicadores (EN1, EN2, EN3, EN4, EN8, EN16, EN17, EN22, EN26 e EN28) utilizados a 100%.

De igual modo, também convém referir que no presente estudo existem mais indicadores com maior percentagem de utilização no agrupamento das financeiras (EN1, EN2, EN3, EN4, EN8, EN16, EN17, EN22, EN26 e EN28), situação que no estudo de Dias (2009) verificou-se no agrupamento das indústrias, onde o indicador EN5 foi o indicador com maior percentagem de utilização, nomeadamente com 90% de utilização.

No estudo de Dias (2009), como já foi realçado anteriormente, no agrupamento das indústrias houve um indicador (EN5) que foi utilizado em 90%, sendo deste modo o indicador que obteve a maior percentagem de utilização, enquanto no agrupamento dos serviços, a maior percentagem de utilização foi de 43% nos indicadores EN1, EN2, EN3, EN5, EN8, EN12, EN15 e EN16, no agrupamento das financeiras, os indicadores EN1, EN3 e EN8 foram os indicadores utilizados em maior percentagem, nomeadamente em 75% dos relatórios publicados pelas empresas deste agrupamento de actividades.

Lins e Wajnberg (2007) afirmam que embora o sector financeiro não possua um forte impacto sócio - ambiental directo, este sector possui um alto impacto indirecto, que ocorre principalmente por meio das suas actividades de financiamento para os seus clientes e no seu relacionamento com os seus fornecedores.

Sem possuir qualquer tipo de actividade extractiva ou de manufacturação, e sem fornecer serviços e produtos de impacto significativo directo no meio ambiente, o sector financeiro não

é considerado de alto impacto sócio - ambiental e na verdade, o *FTSE4Good Index* classifica este sector na categoria de médio impacto (Lins e Wajnberg, 2007).

Tosini (2006) refere que embora a actividade financeira não seja de grande impacto ambiental, os bancos, em pequena medida são também poluidores. Assim, a preocupação pelo ambiente com a adopção de uma gestão ambiental nas instalações dos bancos é importante, uma vez que reduz custos com conseqüente impacto sobre os seus resultados financeiros, bem como sobre a sua reputação.

Lins e Wajnberg (2007) afirmam que as questões de sustentabilidade afectam claramente a criação de valor das instituições do sector financeiro e que deste modo revelam a existência de um *business case* para a sustentabilidade. No entanto, muitas destas questões têm conseqüências indirectas para estas empresas, seja pela influência sobre marca e reputação, seja pela capacidade de atrair e reter talentos, seja, de uma forma mais directa, pela maior atracção de clientes e capacidade de captar recursos.

No presente estudo, convém referir que em todos os relatórios de sustentabilidade das empresas que compõem o agrupamento das financeiras existe um capítulo dedicado à área ambiental. Como referem Lins e Wajnberg (2007), as empresas do agrupamento das financeiras já reconheceram o aumento da preocupação da sociedade quanto aos desafios sócio - ambientais actuais.

Deste modo, convém referir também, que as empresas do agrupamento das financeiras divulgam nos seus relatórios, entre outros dados, o consumo e a poupança de energia e o consumo de papel, bem como, o financiamento de projectos de recuperação de áreas degradadas.

### 5.3.3. - Indicadores de desempenho social de Práticas Laborais e Trabalho Condigno

O grau de utilização destes indicadores, por cada agrupamento de actividades, encontra-se sintetizado no quadro seguinte:

Quadro nº 16: Indicadores de desempenho social de Práticas Laborais e Trabalho Condigno por agrupamento de actividades

Agrupamento de Actividades	Indústrias		Serviços		Financeiras	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
<b>Indicadores Sociais: Práticas Laborais e Trabalho Condigno</b>						
<b>Emprego</b>						
LA 1 - Discrimine a mão-de-obra total, por tipo de emprego, por contrato de trabalho e por região.	11	100	6	100	3	100
LA 2 - Número total de trabalhadores e respectiva taxa de rotatividade, por faixa etária, género e região.	8	72,7	5	83,3	2	66,7
LA 3 - Benefícios assegurados aos funcionários a tempo inteiro que não são concedidos a funcionários temporários ou a tempo parcial.	4	36,4	4	66,7	2	66,7

Agrupamento de Actividades	Indústrias		Serviços		Financeiras	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Indicadores Sociais: Práticas Laborais e Trabalho Condigno						
<b>Relações entre Funcionários e Administração</b>						
LA 4 - Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de contratação colectiva.	9	81,8	4	66,7	3	100
LA 5 - Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação colectiva.	5	45,5	3	50	3	100
<b>Segurança e Saúde no Trabalho</b>						
LA 6 - Percentagem da totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde, que ajudam na acompanhamento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.	5	45,5	4	66,7	2	66,7
LA 7 - Taxa de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho, por região.	11	100	6	100	3	100
LA 8 - Programas em curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco, em curso, para garantir assistência aos trabalhadores, às suas famílias ou aos membros da comunidade afectados por doenças graves.	8	72,7	4	66,7	2	66,7
LA 9 - Tópicos relativos a saúde e segurança, abrangidos por acordos formais com sindicatos.	4	36,4	1	16,7	2	66,7
<b>Formação e Educação</b>						
LA 10 - Média de horas de formação, por ano, por trabalhador, discriminadas por categoria de funções.	9	81,8	5	83,3	3	100
LA 11 - Programas para a gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para a gestão de carreira.	6	54,5	5	83,3	3	100
LA 12 - Percentagem de funcionários que recebem, regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira.	5	45,5	4	66,7	2	66,7
<b>Diversidade e Igualdade de Oportunidades</b>						
LA 13 - Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria, de acordo com o género, a faixa etária, as minorias e outros indicadores de diversidade.	7	63,6	3	50	3	100
LA 14 - Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções.	6	54,5	3	50	2	66,7

Indicador Essencial	Indicador Adicional
---------------------	---------------------

Fonte: Elaboração própria

Na utilização dos indicadores de desempenho essenciais por parte dos agrupamentos de actividades, através do Quadro nº 16 convém referir que os indicadores essenciais LA1 do aspecto Emprego e LA7 do aspecto Segurança e Saúde no Trabalho são os indicadores mais utilizados dentro do agrupamento das indústrias e dentro do agrupamento dos serviços, simultaneamente e que os indicadores essenciais LA1 do aspecto Emprego, LA4 e LA5 do aspecto Relações entre Funcionários e Administração, LA7 do aspecto Segurança e Saúde no Trabalho, LA10 do aspecto Formação e Educação e LA13 do aspecto Diversidade e Igualdade de Oportunidades são os indicadores mais utilizados dentro do agrupamento das financeiras.

Na utilização dos indicadores de desempenho adicionais por parte dos agrupamentos de actividades, através do Quadro nº 16 convém referir que o indicador adicional LA11 do aspecto Formação e Educação é simultaneamente o indicador mais utilizado nos três agrupamentos de actividades.

Os dados constatados encontram-se sintetizados no Quadro nº 17.



Quadro nº 17: Indicadores de desempenho social de Práticas Laborais e Trabalho Condigno mais utilizados por agrupamento de actividades

Indicadores de Desempenho Social (LA)	Indústrias	Serviços	Financeiras
	2008	2008	2008
Essenciais + utilizados	LA1, LA7	LA1, LA7	LA1, LA4, LA5, LA7, LA10, LA13
Adicionais + utilizados	LA11	LA11	LA11

Fonte: Elaboração própria

Na utilização isolada de cada indicador, convém referir que o indicador essencial LA1 do aspecto Emprego é utilizado em maior percentagem e idêntica pelos agrupamentos das indústrias, dos serviços e das financeiras, sendo que este indicador está presente em todos os relatórios publicados pelas empresas de todos os agrupamentos de actividades. O indicador essencial LA2 incluído neste aspecto é utilizado em maior percentagem pelo agrupamento dos serviços. O indicador adicional LA3 também incluído neste aspecto é utilizado em maior percentagem simultaneamente pelo agrupamento dos serviços e pelo agrupamento das financeiras.

Os indicadores essenciais LA4 e LA5 do aspecto Relações entre Funcionários e Administração são utilizados em maior percentagem pelo agrupamento das financeiras, sendo que estes indicadores essenciais estão presentes em todos os relatórios publicados pelas empresas deste agrupamento de actividades.

O indicador adicional LA6 do aspecto Segurança e Saúde no Trabalho é utilizado em maior percentagem simultaneamente pelo agrupamento dos serviços e pelo agrupamento das financeiras. O indicador essencial LA7 é utilizado em maior percentagem e idêntica pelos três agrupamentos de actividades, sendo que este indicador está presente em todos os relatórios publicados por todas as empresas do agrupamento das indústrias, dos serviços e das financeiras. O indicador essencial LA8 é utilizado em maior percentagem pelo agrupamento das indústrias e o indicador adicional LA9 é utilizado em maior percentagem pelo agrupamento das financeiras.

O indicador essencial LA10 e o indicador adicional LA11 do aspecto Formação e Educação são utilizados em maior percentagem pelo agrupamento das financeiras, sendo que estes indicadores estão presentes em todos os relatórios publicados pelas empresas deste agrupamento de actividades. O indicador adicional LA12 é utilizado em maior percentagem pelos agrupamentos dos serviços e das financeiras, em simultâneo.

Os indicadores essenciais LA13 e LA14 do aspecto Diversidade e Igualdade de Oportunidades são utilizados em maior percentagem pelo agrupamento das financeiras, sendo que o

indicador LA13 está presente em todos os relatórios publicados pelas empresas deste agrupamento de actividades.

Apesar de não ser possível uma comparação directa com o estudo de Dias (2009), convém referir que no presente estudo existem indicadores que são utilizados em 100% em todos os agrupamentos de actividades simultaneamente, em concreto os indicadores essenciais LA1 e LA7, facto que não ocorreu no estudo de Dias (2009).

A utilização dos indicadores essenciais LA1 e LA7 em todos os relatórios de todas as empresas dos agrupamentos de actividades põe em destaque a divulgação de informação básica das empresas nos aspectos do Emprego e da Segurança e Saúde no Trabalho.

No presente estudo convém fazer referência à utilização do indicador adicional LA11 do aspecto Formação e Educação no agrupamento das financeiras, pois é o único indicador adicional que está presente em todos os relatórios.

No estudo de Dias (2009), no agrupamento das financeiras houve dois indicadores (LA1 e LA9) que estavam presentes em todos os relatórios publicados pelas empresas deste agrupamento de actividades, enquanto no presente estudo neste agrupamento de actividades verificou-se a existência de um número maior de indicadores que são utilizados na percentagem de 100%, nomeadamente os indicadores LA1, LA4, LA5, LA7, LA10, LA11 e LA13.

No estudo de Dias (2009), no agrupamento das indústrias houve um indicador (LA9) que foi utilizado em 80%, sendo deste modo o indicador que obteve a maior percentagem de utilização neste agrupamento de actividades, enquanto no agrupamento dos serviços, a maior percentagem de utilização foi de 71% nos indicadores LA1, LA2, LA7 e LA9.

#### 5.3.4. - Indicadores de desempenho social de Direitos Humanos

O grau de utilização destes indicadores, por cada agrupamento de actividades, encontra-se sintetizado no quadro seguinte:

Quadro nº 18: Indicadores de desempenho social de Direitos Humanos por agrupamento de actividades

Agrupamento de Actividades	Indústrias		Serviços		Financeiras	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
<b>Práticas de Investimento e de Aquisições</b>						
HR 1 - Percentagem e número total de contratos de investimento significativos que incluam cláusulas referentes aos direitos humanos ou que foram submetidos a análise referentes aos direitos humanos.	4	36,4	2	33,3	2	66,7
HR 2 - Percentagem dos principais fornecedores e empresas contratadas que foram submetidos a avaliações relativas a direitos humanos e medidas tomadas.	6	54,5	2	33,3	2	66,7

Agrupamento de Actividades	Indústrias		Serviços		Financeiras	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Indicadores Sociais: Direitos Humanos						
HR 3 - Número total de horas de formação em políticas e procedimentos relativos a aspectos dos direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de funcionários que beneficiaram de formação.	4	36,4	2	33,3	1	33,3
<b>Não – Discriminação</b>						
HR 4 - Número total de casos de discriminação e acções tomadas.	7	63,6	5	83,3	2	66,7
<b>Liberdade de Associação e Acordo de Negociação Colectiva</b>						
HR 5 - Casos em que exista um risco significativo de impedimento ao livre exercício da liberdade de associação e realização de acordos de contratação colectiva, e medidas que contribuam para a sua eliminação.	7	63,6	3	50	3	100
<b>Trabalho Infantil</b>						
HR 6 - Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, e medidas que contribuam para a sua eliminação.	6	54,5	2	33,3	2	66,7
<b>Trabalho Forçado e Escravo</b>						
HR 7 - Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou escravo, e medidas que contribuam para a sua eliminação.	6	54,5	1	16,7	2	66,7
<b>Práticas de Segurança</b>						
HR 8 - Percentagem do pessoal de segurança submetido a formação nas políticas ou procedimentos da organização, relativos aos direitos humanos, e que são relevantes para as operações.	1	9,1	1	16,7	1	33,3
<b>Direitos dos Povos Indígenas</b>						
HR 9 - Número total de incidentes que envolvam a violação dos direitos dos povos indígenas e acções tomadas.	3	27,3	1	16,7	1	33,3

Indicador Essencial	Indicador Adicional
---------------------	---------------------

Fonte: Elaboração própria

Na utilização dos indicadores de desempenho essenciais por parte dos agrupamentos de actividades, através do Quadro nº 18 convém referir que os indicadores essenciais HR4 do aspecto Não-Discriminação e HR5 do aspecto Liberdade de Associação e Acordo de Negociação Colectiva são os indicadores mais utilizados dentro do agrupamento das indústrias, que o indicador essencial HR4 do aspecto Não-Discriminação também é o indicador mais utilizado dentro do agrupamento dos serviços e que o indicador essencial HR5 do aspecto Liberdade de Associação e Acordo de Negociação Colectiva é o indicador mais utilizado dentro do agrupamento das financeiras.

Na utilização dos indicadores de desempenho adicionais por parte dos agrupamentos de actividades, através do Quadro nº 18 convém referir que o indicador adicional HR3 do aspecto Práticas de Investimento e de Aquisições é simultaneamente o indicador mais utilizado dentro do agrupamento das indústrias, dentro do agrupamento dos serviços e dentro do agrupamento das financeiras, em que neste agrupamento de actividades também os indicadores adicionais HR8 do aspecto Práticas de Segurança e HR9 do aspecto Direito dos Povos Indígenas são os mais utilizados.

Os dados constatados encontram-se sintetizados no Quadro nº 19.

Quadro nº 19: Indicadores de desempenho social de Direitos Humanos mais utilizados por agrupamento de actividades

Indicadores de Desempenho Social (HR)	Indústrias	Serviços	Financeiras
	2008	2008	2008
Essenciais + utilizados	HR4, HR5	HR4	HR5
Adicionais + utilizados	HR3	HR3	HR3, HR8, HR9

Fonte: Elaboração própria

Na utilização isolada de cada indicador, convém referir que os indicadores essenciais HR1 e HR2 do aspecto Práticas de Investimento e de Aquisições são utilizados em maior percentagem pelo agrupamento das financeiras. O indicador adicional HR3 incluído neste aspecto é utilizado em maior percentagem pelo agrupamento das indústrias.

O indicador essencial HR4 do aspecto Não-Discriminação é utilizado em maior percentagem pelo agrupamento dos serviços.

O indicador essencial HR5 do aspecto Liberdade de Associação e Acordo de Negociação Colectiva é utilizado em maior percentagem pelo agrupamento das financeiras, sendo que este indicador está presente em todos os relatórios publicados pelas empresas deste agrupamento de actividades.

O indicador essencial HR6 do aspecto Trabalho Infantil e o indicador essencial HR7 do aspecto Trabalho Forçado e Escravo são utilizados em maior percentagem pelo agrupamento das financeiras.

O indicador adicional HR8 do aspecto Práticas de Segurança e o indicador adicional HR9 do aspecto Direitos dos Povos Indígenas são utilizados em maior percentagem pelo agrupamento das financeiras.

Apesar de não ser possível uma comparação directa com o estudo de Dias (2009), no presente estudo convém referir que foi identificado um indicador que está presente em 100% dos relatórios, nomeadamente o indicador essencial HR5 no agrupamento das financeiras, facto que não ocorreu no estudo de Dias (2009), onde nenhum indicador de desempenho atingiu a percentagem de utilização de 100% nos agrupamentos de actividades.

A utilização dos indicadores essenciais HR4 e HR5 evidenciou-se em todos os agrupamentos de actividades, o que põe em destaque a divulgação de informação básica das empresas nos aspectos da Não-Discriminação e da Liberdade de Associação e Acordo de Negociação Colectiva.

No estudo de Dias (2009), no agrupamento das indústrias houve um indicador (HR7) que foi utilizado em 20%, sendo deste modo o indicador que obteve a maior percentagem de utilização, enquanto no agrupamento dos serviços, a maior percentagem de utilização foi de 29% nos indicadores HR1, HR2, HR3, HR5, HR6 e HR7, por sua vez no agrupamento das financeiras, os indicadores HR1 e HR2 foram os indicadores utilizados em maior percentagem, nomeadamente em 75% dos relatórios publicados pelas empresas deste agrupamento de actividades.

### 5.3.5. - Indicadores de desempenho social de Sociedade

O grau de utilização destes indicadores, por cada agrupamento de actividades, encontra-se sintetizado no quadro seguinte:

Quadro nº 20: Indicadores de desempenho social de Sociedade por agrupamento de actividades

Agrupamento de Actividades	Indústrias		Serviços		Financeiras	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
<b>Indicadores Sociais: Sociedade</b>						
<b>Comunidade</b>						
SO 1 - Natureza, âmbito e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactes das operações nas comunidades, incluindo no momento da sua instalação durante a operação e no momento da retirada.	7	63,6	3	50	3	100
<b>Corrupção</b>						
SO 2 - Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção.	6	54,5	2	33,3	2	66,7
SO 3 - Percentagem de trabalhadores que tenham efectuado formação nas políticas e práticas de anti-corrupção da organização.	5	45,5	3	50	3	100
SO 4 - Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.	6	54,5	3	50	2	66,7
<b>Políticas Públicas</b>						
SO 5 - Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupos de pressão.	7	63,6	4	66,7	3	100
SO 6 - Valor total das contribuições financeiras ou em espécie a partidos políticos, políticos ou a instituições relacionadas, discriminadas por país.	3	27,3	3	50	2	66,7
<b>Concorrência Desleal</b>						
SO 7 - Número total de acções judiciais por concorrência desleal, anti-trust e práticas de monopólio, bem como os seus resultados.	3	27,3	3	50	1	33,3
<b>Conformidade</b>						
SO 8 - Montantes das coimas significativas e número total de sanções não monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais.	7	63,6	4	66,7	2	66,7

Indicador Essencial	Indicador Adicional
---------------------	---------------------

Fonte: Elaboração própria

Na utilização dos indicadores de desempenho essenciais por parte dos agrupamentos de actividades, através do Quadro nº 20 convém referir que os indicadores essenciais SO1 do aspecto Comunidade, SO5 do aspecto Políticas Públicas e SO8 do aspecto Conformidade são os indicadores mais utilizados dentro do agrupamento das indústrias, que os indicadores essenciais SO5 do aspecto Políticas Públicas e SO8 do aspecto Conformidade são os

indicadores mais utilizados dentro do agrupamento dos serviços e que os indicadores essenciais SO1 do aspecto Comunidade, SO3 do aspecto Corrupção e SO5 do aspecto Políticas Públicas são os indicadores mais utilizados dentro do agrupamento das financeiras, sendo que estes indicadores essenciais estão presentes em todos os relatórios publicados pelas empresas deste agrupamento de actividades.

Na utilização dos indicadores de desempenho adicionais por parte dos agrupamentos de actividades, através do Quadro nº 20 convém referir que o indicador adicional SO6 do aspecto Políticas Públicas é o indicador mais utilizado simultaneamente nos três agrupamentos de actividades e que o indicador adicional SO7 do aspecto Concorrência Desleal é o indicador mais utilizado no agrupamento das indústrias e no agrupamento dos serviços, simultaneamente.

Os dados constatados encontram-se sintetizados no Quadro nº 21.

Quadro nº 21: Indicadores de desempenho social de Sociedade mais utilizados por agrupamento de actividades

Indicadores de Desempenho Social (SO)	Indústrias	Serviços	Financeiras
	2008	2008	2008
Essenciais + utilizados	SO1, SO5, SO8	SO5, SO8	SO1, SO3, SO5
Adicionais + utilizados	SO6, SO7	SO6, SO7	SO6

Fonte: Elaboração própria

Na utilização isolada de cada indicador, convém referir que o indicador essencial SO1 do aspecto Comunidade é utilizado em maior percentagem pelo agrupamento das financeiras, em que este indicador está presente em todos os relatórios publicados pelas empresas deste agrupamento de actividades.

Os três indicadores essenciais SO2, SO3 e SO4 do aspecto Corrupção são utilizados em maior percentagem pelo agrupamento das financeiras, em que o indicador SO3 encontra-se presente em todos os relatórios das empresas pertencentes a este agrupamento de actividades.

O indicador essencial SO5 e o indicador adicional SO6 do aspecto Políticas Públicas são utilizados em maior percentagem pelo agrupamento das financeiras, em que o indicador essencial SO5 está presente em todos os relatórios publicados pelas empresas deste agrupamento de actividades.

O indicador adicional SO7 do aspecto Concorrência Desleal é utilizado em maior percentagem pelo agrupamento dos serviços.

O indicador essencial SO8 do aspecto Conformidade é utilizado em maior percentagem pelo agrupamento dos serviços e também pelo agrupamento das financeiras.

Apesar de não ser possível uma comparação directa com o estudo de Dias (2009), no presente estudo convém referir que foram identificados três indicadores que estão presentes em 100% dos relatórios, nomeadamente o indicador essencial SO1, SO3 e SO5 no agrupamento das financeiras, facto que não ocorreu no estudo de Dias (2009), onde nenhum indicador atingiu a percentagem de 100% em qualquer dos agrupamentos de actividades.

De igual modo, também convém referir que no presente estudo os indicadores com maior percentagem de utilização encontram-se no agrupamento das financeiras (SO1, SO3 e SO5), situação que no estudo de Dias (2009) verificou-se também neste agrupamento de actividades com o indicador adicional SO4.

No estudo de Dias (2009), no agrupamento das indústrias houve um indicador (SO1) que foi utilizado em 40%, sendo deste modo o indicador de desempenho que obteve a maior percentagem de utilização, por sua vez no agrupamento dos serviços, a maior percentagem de utilização foi de 43% nos indicadores SO1 e SO4, enquanto no agrupamento das financeiras, o indicador adicional SO4 foi o indicador utilizado em maior percentagem, nomeadamente em 75% dos relatórios publicados pelas empresas deste agrupamento de actividades.

### 5.3.6. - Indicadores de desempenho social de Responsabilidade pelo Produto

O grau de utilização destes indicadores, por cada agrupamento de actividades, encontra-se sintetizado no quadro seguinte:

Quadro nº 22: Indicadores de desempenho social de Responsabilidade pelo Produto por agrupamento de actividades

Agrupamento de Actividades	Indústrias		Serviços		Financeiras	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
<b>Indicadores Sociais: Responsabilidade pelo Produto</b>						
<b>Saúde e Segurança do Cliente</b>						
PR 1 - Indique os ciclos de vida dos produtos e serviços em que os impactes de saúde e segurança são avaliados com o objectivo de efectuar melhorias, bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitas a tais procedimentos.	5	45,5	4	66,7	2	66,7
PR 2 - Refira o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactes, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respectivo ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado.	2	18,2	4	66,7	1	33,3
<b>Rotulagem de Produtos e Serviços</b>						
PR 3 - Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos, e a percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos.	4	36,4	5	83,3	3	100
PR 4 - Indique o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos à informação e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.	4	36,4	3	50	2	66,7

Agrupamento de Actividades	Indústrias		Serviços		Financeiras	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Indicadores Sociais: Responsabilidade pelo Produto						
PR 5 - Procedimentos relacionados com a satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que meçam a satisfação do cliente.	6	54,5	4	66,7	2	66,7
<b>Comunicações de Marketing</b>						
PR 6 - Programas de observância das leis, normas e códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.	6	54,5	3	50	3	100
PR 7 - Indique o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado.	1	9,1	2	33,3	2	66,7
<b>Privacidade do Cliente</b>						
PR 8 - Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes.	1	9,1	2	33,3	1	33,3
<b>Conformidade</b>						
PR 9 - Montante das coimas (significativas) por incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços.	5	45,5	4	66,7	2	66,7

Indicador Essencial	Indicador Adicional
---------------------	---------------------

Fonte: Elaboração própria

Na utilização dos indicadores de desempenho essenciais por parte dos agrupamentos de actividades, através do Quadro nº 22 convém referir que o indicador essencial PR6 do aspecto Comunicações de Marketing é o indicador mais utilizado dentro do agrupamento das indústrias, que o indicador essencial PR3 do aspecto Rotulagem de Produtos e Serviços é o indicador mais utilizado dentro do agrupamento dos serviços e que os indicadores essenciais PR3 do aspecto Rotulagem de Produtos e Serviços e PR6 do aspecto Comunicações de Marketing são os indicadores mais utilizados dentro do agrupamento das financeiras, sendo que estes indicadores essenciais estão presentes em todos os relatórios publicados pelas empresas deste agrupamento de actividades.

Na utilização dos indicadores de desempenho adicionais por parte dos agrupamentos de actividades, através do Quadro nº 22 convém referir que o indicador PR5 do aspecto Rotulagem de Produtos e Serviços é o indicador mais utilizado simultaneamente nos três agrupamentos de actividades, que o indicador PR2 do aspecto Saúde e Segurança do Cliente é o indicador mais utilizado dentro do agrupamento dos serviços e que os indicadores PR4 do aspecto Rotulagem de Produtos e Serviços e PR7 do aspecto Comunicações de Marketing são os indicadores mais utilizados dentro do agrupamento das financeiras.

Os dados constatados encontram-se sintetizados no Quadro nº 23.



Quadro nº 23: Indicadores de desempenho social de Responsabilidade pelo Produto mais utilizados por agrupamento de actividades

Indicadores de Desempenho Social (PR)	Indústrias	Serviços	Financeiras
	2008	2008	2008
Essenciais + utilizados	PR6	PR3	PR3, PR6
Adicionais + utilizados	PR5	PR2, PR5	PR4, PR5, PR7

Fonte: Elaboração própria

Na utilização isolada de cada indicador, convém referir que o indicador essencial PR1 do aspecto Saúde e Segurança do Cliente é utilizado em maior percentagem simultaneamente pelo agrupamento dos serviços e pelo agrupamento das financeiras. O indicador adicional PR2 incluído neste aspecto é utilizado em maior percentagem no agrupamento dos serviços.

O indicador essencial PR3 do aspecto Rotulagem de Produtos e Serviços é utilizado em maior percentagem pelo agrupamento das financeiras, em que este indicador encontra-se presente em todos os relatórios das empresas pertencentes a este agrupamento de actividades. Os indicadores adicionais PR4 e PR5 incluídos neste aspecto são utilizados em maior percentagem pelo agrupamento das financeiras, sendo que o indicador PR5 também é utilizado em maior percentagem pelo agrupamento dos serviços.

O indicador essencial PR6 e o indicador adicional PR7 do aspecto Comunicações de Marketing são utilizados em maior percentagem pelo agrupamento das financeiras, em que o indicador essencial PR6 está presente em todos os relatórios publicados pelas empresas deste agrupamento de actividades.

O indicador adicional PR8 do aspecto Privacidade do Cliente é utilizado em maior percentagem pelo agrupamento dos serviços e também pelo agrupamento das financeiras.

O indicador essencial PR9 do aspecto Conformidade é utilizado em maior percentagem pelo agrupamento dos serviços e também pelo agrupamento das financeiras.

Apesar de não ser possível uma comparação directa com o estudo de Dias (2009), no presente estudo convém referir que foram identificados dois indicadores que estão presentes em 100% dos relatórios, nomeadamente os indicadores essenciais PR3 e PR6 no agrupamento das financeiras, facto que não ocorreu no estudo de Dias (2009), onde nenhum indicador atingiu a percentagem de utilização de 100% em qualquer dos agrupamentos de actividades.

De igual modo, também convém referir que no presente estudo os indicadores com maior percentagem de utilização encontram-se no agrupamento das financeiras (PR3 e PR6),

situação que no estudo de Dias (2009) verificou-se também neste agrupamento de actividades na utilização do indicador PR2.

No estudo de Dias (2009), no agrupamento das indústrias houve um indicador (PR1) que foi utilizado em 30%, sendo deste modo o indicador de desempenho que obteve a maior percentagem de utilização, enquanto no agrupamento dos serviços, a maior percentagem de utilização foi de 43% no indicador essencial PR1, por fim no agrupamento das financeiras, o indicador essencial PR2 foi o indicador de desempenho utilizado em maior percentagem, nomeadamente em 75% dos relatórios publicados pelas empresas deste agrupamento de actividades.

#### **5.4. - Os níveis de aplicação (C, B, A) nos relatórios e sua verificação, por agrupamento de actividades**

Quanto ao quarto objectivo específico, **a identificação dos níveis de aplicação (C, B, A) nos relatórios analisados, por agrupamento de actividades e a verificação dos relatórios, por agrupamento de actividades**, chegou-se aos dados que são apresentados no Quadro nº 24 e no Quadro nº 25.

Nas directrizes G3 da GRI existem três níveis de aplicação (C, B, A), em que os relatórios distinguem-se consoante as informações sobre o Perfil, isto é, as divulgações que definem todo o contexto para a compreensão do desempenho organizacional, como a estratégia, o perfil e a governação; a Abordagem de Gestão, divulgações que abrangem a forma como uma organização aborda um conjunto de questões de forma a definir um contexto para a compreensão do desempenho numa área específica; e os Indicadores de Desempenho, indicadores que produzem informações comparáveis sobre o desempenho económico, ambiental e social da organização (GRI, 2006a).

O nível de aplicação C consiste que na informação sobre o Perfil, apenas são relatados alguns aspectos da GRI (pontos 1.1, 2.1 a 2.10, 3.1 a 3.8, 3.10 a 3.12, 4.1 a 4.4, 4.14 a 4.15); a informação sobre a Gestão não é requisito para este nível, e, em relação aos Indicadores de Desempenho, devem relatar-se no mínimo dez indicadores de desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho social, económico e ambiental (GRI, 2006b).

O nível de aplicação B consiste que na informação sobre o Perfil relatam-se todos os aspectos da GRI (pontos do nível C mais os pontos 1.2, 3.9, 3.13, 4.5 a 4.13, 4.16 a 4.17); a informação sobre a Gestão é um requisito para cada categoria de indicador, e, sobre os Indicadores de

Desempenho, devem relatar-se vinte indicadores no mínimo, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho, económico, ambiental, direitos humanos, práticas laborais, sociedade e responsabilidade pelo produto (GRI, 2006b).

O nível de aplicação A é o mais elevado, dado que para a informação sobre o Perfil devem relatar-se todos os aspectos da GRI; a informação sobre a Gestão também se apresenta como um requisito para cada categoria de indicador e, em relação aos Indicadores de Desempenho, devem relatar-se, para além dos indicadores essenciais, os sectoriais, com a devida consideração ao princípio da materialidade de uma das seguintes formas, responder ao indicador ou explicar o motivo da omissão (GRI, 2006b).

O sinal + é atribuído aos relatórios com nível de aplicação C, B e A apenas e só se estes forem objecto de verificação externa.

Quadro nº 24: Níveis de aplicação nos Relatórios por agrupamento de actividades

Níveis de Aplicação	Indústrias		Serviços		Financeiras		TOTAL	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
A+	1	9	2	33	2	67	5	25
A	1	9	0	0	0	0	1	5
B+	2	18	0	0	0	0	2	10
B	2	18	1	17	1	33	4	20
C+	0	0	0	0	0	0	0	0
C	2	18	1	17	0	0	3	15
Não declarado	3	28	2	33	0	0	5	25
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	<b>100</b>	<b>6</b>	<b>100</b>	<b>3</b>	<b>100</b>	<b>20</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria

Das 20 empresas que relatam dados sobre a sustentabilidade, um quarto destas, revelam o nível de aplicação A+. A mesma quantidade aplica-se àquelas que referem utilizar as directrizes G3 da GRI mas não referem nenhum nível de aplicação.

No agrupamento das indústrias, apenas uma empresa refere no seu relatório de sustentabilidade o nível de aplicação A+, quantidade idêntica à do nível de aplicação A. Os níveis de aplicação B+, B e C são referidos por duas empresas do agrupamento das indústrias. Neste agrupamento há três empresas que revelam utilizar as directrizes G3 da GRI mas não referem nenhum nível de aplicação (não declarado), nem sequer o nível mais baixo, o nível de aplicação C.

No agrupamento dos serviços, verificou-se que duas empresas aplicam ao seu relatório de sustentabilidade o nível de aplicação A+, enquanto os níveis de aplicação B e C são referidos

por uma empresa. Também duas empresas revelam utilizar as directrizes G3 da GRI mas não referem nenhum nível de aplicação.

Por último, verificou-se que no agrupamento das financeiras existem duas empresas que referem no seu relatório de sustentabilidade o nível de aplicação A+, enquanto o nível de aplicação B é referido por uma empresa.

Quanto à verificação dos relatórios de sustentabilidade (Quadro nº 25), das 20 empresas que relatam dados sobre a sustentabilidade, um décimo das empresas têm os seus relatórios verificados por uma entidade externa e pela GRI. Um quarto das empresas tem os seus relatórios verificados somente por uma entidade externa. A maioria das empresas não tem os seus relatórios verificados, nem por uma entidade externa, nem pela GRI.

Quadro nº 25: Verificação dos Relatórios por agrupamento de actividades

Verificação	Indústrias		Serviços		Financeiras		TOTAL	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Verificado pelo GRI e externamente	0	0	1	17	1	33	2	10
Verificado Externamente	3	28	1	17	1	33	5	25
Não Verificado	8	72	4	66	1	34	13	65
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	<b>100</b>	<b>6</b>	<b>100</b>	<b>3</b>	<b>100</b>	<b>20</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria

No agrupamento das indústrias, chegou-se ao número de três empresas que têm os seus relatórios verificados por uma entidade externa, feita por empresas de auditoria, e as restantes oito empresas não têm os seus relatórios verificados.

No agrupamento dos serviços apenas uma empresa tem o seu relatório verificado por uma entidade externa e simultaneamente pela GRI. Existe ainda uma empresa que tem também o seu relatório verificado externamente, e as restantes quatro empresas não solicitaram a verificação dos seus relatórios.

No agrupamento das financeiras, uma empresa tem o seu relatório verificado externamente e pela GRI; uma empresa só tem o seu relatório verificado por uma entidade externa e a restante empresa deste agrupamento não tem o seu relatório verificado.

## **6 - Considerações Finais**

### **6.1. – Conclusão**

Esta investigação teve como questão:

- Será que aumentou a prática do relato de sustentabilidade nas empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa?

Sobre esta questão de investigação, o presente trabalho de investigação teve como objectivo geral, caracterizar a prática do relato de sustentabilidade, nas empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa, efectuando-se um comparativo entre o ano de 2005, anteriormente analisado por Dias (2009), com base nas directrizes G2 da GRI e o ano de 2008, que foi objecto de análise, baseado nas directrizes G3, também emanadas pela GRI.

Como objectivos específicos, pretendeu-se com este estudo:

- caracterizar a prática do relato de sustentabilidade, através da análise dos relatórios e contas, relatórios ambientais, e relatórios de sustentabilidade publicados pelas empresas da amostra;
- analisar o grau de divulgação da informação sobre sustentabilidade, por agrupamento de actividades;
- analisar os indicadores de desempenho económicos, ambientais e sociais mais utilizados entre os agrupamentos de actividades, e;
- identificar os níveis de aplicação (C, B, A) nos relatórios analisados e as empresas que por agrupamento de actividades têm os seus relatórios verificados externamente e pela GRI.

Das 43 empresas que constituíram a amostra para o presente estudo, verificou-se que 46,52% relataram dados sobre a sustentabilidade nos seus relatórios, valor que revela uma tendência de aumento da publicação de dados sobre a sustentabilidade relativamente ao estudo de Dias (2009), e uma maior atenção dada pelas empresas cotadas na Bolsa de Valores na divulgação destes dados.

A tendência de aumento verificada no presente estudo vai de encontro ao estudo da KPMG (2008), que também detectou um aumento na elaboração de relatórios com dados sobre sustentabilidade, sendo este aumento um resultado da consciência crescente e do compromisso para com as questões de sustentabilidade entre as empresas portuguesas (KPMG, 2008).

Quanto à forma como o relato de sustentabilidade foi apresentado, notou-se o aumento da publicação de relatórios de sustentabilidade independentes do Relatório e Contas, um comportamento idêntico detectado pela KPMG (2006) e, em contrapartida, a diminuição da publicação de um capítulo sobre sustentabilidade inserido no Relatório e Contas. Quanto à emissão de Relatórios Ambientais, nenhuma empresa optou pela publicação destes relatórios.

Entre os agrupamentos de actividades, destacou-se o agrupamento das indústrias, no qual ocorreu a maior subida na publicação de Relatórios de Sustentabilidade, sendo também este agrupamento de actividades o responsável por mais de 50% dos 18 Relatórios de Sustentabilidade independentes dos Relatórios e Contas.

Quanto à utilização das directrizes G3 da GRI, todas as 20 empresas que emitiram informações sobre sustentabilidade fizeram menção à utilização das directrizes G3 emitidas pela GRI, independentemente da forma de publicação escolhida, quer sob a forma de Relatório de Sustentabilidade independente do Relatório e Contas, quer sob a forma de Relatório de Responsabilidade Corporativa, ou quer sob a forma de capítulo sobre sustentabilidade inserido no Relatório e Contas.

Relativamente ao Índice de Divulgação Global por Agrupamento de Actividades, notou-se uma subida em todos os agrupamentos de actividades comparativamente ao estudo de Dias (2009), baseado no facto das empresas da amostra do presente estudo terem divulgado a maioria dos 133 pontos que compõem o Índice de Divulgação Global.

Em relação aos comportamentos detectados nos agrupamentos de actividades na utilização dos indicadores de desempenho, convém referir que no agrupamento das indústrias identificaram-se indicadores que foram utilizados em 100% dos relatórios, em concreto nos indicadores de desempenho ambiental, o indicador EN8 do aspecto Água e nos indicadores de desempenho social de Práticas Laborais e Trabalho Condigno, onde nesta categoria, os indicadores LA1 do aspecto Emprego e LA7 do aspecto Segurança e Saúde no Trabalho foram utilizados na percentagem máxima. As percentagens de utilização entre o presente estudo e o estudo de Dias (2009) subiram em todas as categorias, excepto na categoria económica, de igual modo, convém referir que a maior subida nas percentagens de utilização ocorreu nos indicadores de desempenho social de Direitos Humanos.

No agrupamento dos serviços convém referir que foram identificados indicadores que estavam presentes em 100% dos relatórios, em concreto nos indicadores de desempenho ambiental, os indicadores EN3 do aspecto Energia, EN8 do aspecto Água e EN22 do aspecto Emissões,

Efluentes e Resíduos e nos indicadores de desempenho social de Práticas Laborais e Trabalho Condigno, os indicadores LA1 do aspecto Emprego e LA7 do aspecto Segurança e Saúde no Trabalho foram utilizados na percentagem máxima. As percentagens de utilização entre o presente estudo e o estudo de Dias (2009) também subiram em todas as categorias, excepto na categoria económica, de igual modo, convém referir que a maior subida nas percentagens de utilização ocorreu nos indicadores de desempenho ambiental.

No agrupamento das financeiras convém referir que foram identificados indicadores que estavam presentes em 100% dos relatórios, em todas as categorias, nomeadamente na categoria económica, os indicadores EC1, EC2 e EC4 do aspecto Desempenho Económico e EC8 do aspecto Impactes Económicos Indirectos; na categoria ambiental, convém referir que os indicadores EN1 e EN2 do aspecto Materiais, EN3 e EN4 do aspecto Energia, EN 8 do aspecto Água, EN16, EN17 e EN22 do aspecto Emissões, Efluentes e Resíduos, EN 26 do aspecto Produtos e Serviços e EN28 do aspecto Conformidade foram utilizados na percentagem máxima.

Na mesma situação também foram utilizados em 100% dos relatórios das empresas do agrupamento das financeiras, na categoria dos indicadores de desempenho social de Práticas Laborais e Trabalho Condigno, os indicadores LA1 do aspecto Emprego, LA4 e LA5 do aspecto Relações entre Funcionários e Administração, LA7 do aspecto Segurança e Saúde no Trabalho, LA10 e LA11 do aspecto Formação e Educação e LA13 do aspecto Diversidade e Igualdade de Oportunidades; na categoria dos indicadores de desempenho social de Direitos Humanos, o indicador HR5 do aspecto Liberdade de Associação e Acordo de Negociação Colectiva; na categoria dos indicadores de desempenho social de Sociedade, os indicadores SO1 do aspecto Comunidade, SO3 do aspecto Corrupção e SO5 do aspecto Políticas Públicas, e; na categoria dos indicadores de desempenho social de Responsabilidade pelo Produto, os indicadores PR3 do aspecto Rotulagem de Produtos e Serviços e PR6 do aspecto Comunicações de Marketing. As percentagens de utilização entre o presente estudo e o estudo de Dias (2009) também subiram em todas as categorias, excepto nas categorias económica e das Práticas Laborais e Trabalho Condigno.

Entre os níveis de aplicação das directrizes G3 da GRI nos relatórios, das 20 empresas que relatam dados sobre a sustentabilidade, 5 empresas revelam o nível de aplicação A+, com destaque para as empresas do agrupamento dos serviços e do agrupamento das financeiras. O mesmo número de empresas referem utilizar as directrizes G3 da GRI mas não referem

nenhum nível de aplicação, sendo estas empresas pertencentes ao agrupamento das indústrias e ao agrupamento dos serviços.

Nos restantes níveis de aplicação, 1 empresa revela a utilização do nível de aplicação A, 2 empresas revelam a utilização do nível de aplicação B+, 4 empresas revelam o nível de aplicação B e 3 empresas revelam utilizar o nível de aplicação C.

Por último, quanto à verificação dos relatórios de sustentabilidade, convém referir que se trata de um ponto sobre o qual as empresas revelam poucas preocupações, pois a maioria das empresas não têm os seus relatórios verificados nem por uma entidade externa, nem pela GRI, sendo que somente um terço das empresas tem a preocupação de submeter o seu relatório de sustentabilidade a verificação externa.

## **6.2. - Limitações**

As limitações sentidas na realização do presente estudo, basearam-se no facto das diferenças do conteúdo das directrizes G2 e G3 da GRI, não permitirem comparações mais directas entre os resultados do nosso estudo e os resultados do estudo de Dias (2009).

Outra limitação a referir, prende-se no facto do número reduzido de empresas que publicam relatórios com dados sobre a sustentabilidade, dificulta a análise e a detecção de tendências na divulgação de dados sobre a sustentabilidade entre este estudo e o estudo de Dias (2009).

## **6.3. - Trabalhos Futuros**

Em futuras investigações, a amostra poderá ser alargada a todas as empresas que publicam Relatórios de Sustentabilidade em Portugal, fazendo-se um estudo englobando diversos anos, bem como realizar um estudo comparativo entre os relatórios com dados sobre a sustentabilidade das empresas portuguesas e empresas de outros países.

Segundo Filho et al. (2009) referem que existem muitas variáveis que influenciam o modo de apresentação dos dados de sustentabilidade por uma empresa, tais como o sector de actividade, o tamanho, o volume de negócios e a quantidade de serviços prestados ou de produtos produzidos. Deste modo, poder-se-á estudar a influência destas variáveis na forma como as empresas portuguesas divulgam os dados de sustentabilidade nos seus relatórios, bem como a relação entre a publicação de relatórios de sustentabilidade e o seu reflexo no valor da empresa.

Outra investigação poderá passar pelo estudo da aplicação das directrizes de elaboração de relatórios de sustentabilidade em pequenas e médias empresas, pois este tipo de empresas



constitui a maioria do tecido empresarial português e pela existência de directrizes específicas para estas empresas, também emanadas pela GRI.

## Bibliografia

- ◆ Adams, C. and Frost, G. (2008). Integrating sustainability reporting into management practices. *Accounting Forum*, 32 (4): 288-302.
- ◆ Archel, P., Fernández, M. and Larrinaga, C. (2008). The Organizational and Operational Boundaries of Triple Bottom Line Reporting: A Survey. *Environmental Management*, 41 (1): 106-117.
- ◆ BCSO Portugal (2006). Relatórios de Sustentabilidade: Motivações e Impactos. *BCSO Portugal*.
- ◆ Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. 5ª edição, Edições 70. Lisboa.
- ◆ Beja, R. (2005). Relatório de Sustentabilidade: uma postura empresarial socialmente responsável. *Revista Revisores & Empresas*, Janeiro/Março.
- ◆ Bernhart, M. (2009). The rules of the game. *Communication World*, September-October, 26 (5): 24-28.
- ◆ Borga, F., Citterio, A., Noci, G. and Pizzurno, E. (2006). Sustainability Report in Small Enterprises: Case Studies in Italian Furniture Companies [Versão electrónica]. *Business Strategy and the Environment*.
- ◆ Branco, M. C. and Rodrigues, L. L. (2008). Factors Influencing Social Responsibility Disclosure by Portuguese Companies. *Journal of Business Ethics*, 83 (4): 685-701.
- ◆ BSD (2005). GRI: Directrizes para padronização de relatórios de sustentabilidade. *BSD Brasil*.
- ◆ Carvalho, F., Quirós, J. and Almeida, M. (2009). La influencia de la adopción de la estructura de la Global Reporting Initiative en las empresas portuguesas cotizadas en la Euronext de Lisboa. *AECA*.
- ◆ Comissão Europeia. (2001). *LIVRO VERDE - Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*. Comissão Europeia. Bruxelas.
- ◆ Corporate Register (2008). *CR Reporting Awards'07: Global Winners and Reporting Trends*. Acedido em 19 de Setembro de 2010, em: <http://www.corporateregister.com/pdf/CRRA07.pdf>
- ◆ Corporate Register (2010). *CR Reporting Awards'10: Global Winners and Reporting Trends*. Acedido em 19 de Setembro de 2010, em: <http://www.corporateregister.com/pdf/CRRA10.pdf>

- ◆ Daub, C.-H. (2007). Assessing the quality of sustainability reporting: an alternative methodological approach. *Journal of Cleaner Production*, 15 (1): 75-85.
- ◆ Deloitte (2003). O Desafio do Desenvolvimento Sustentável nas Empresas Portuguesas. *Deloitte*, Lisboa.
- ◆ Dias, A. (2009). *O Relato da Sustentabilidade Empresarial: práticas em Portugal*. Dissertação de Mestrado. Universidade Aberta, Lisboa. 106 pp.
- ◆ Donaldson, T. and Preston, L. (1995). The Stakeholder Theory of the Corporation: Concepts, Evidence and Implications. *Academy of Management Review*, 20 (1): 65-91.
- ◆ Duarte, A. P. (2007). Instrumentos de Comunicação: Relatórios de Sustentabilidade. *Conferência Final do Projecto Start-IPP*. Lisboa.
- ◆ Duarte, A., Lopes, P., Relvas, V. and Sal, A. (2007). *O Comportamento das 15 Maiores Empresas do distrito de Santarém, face às potencialidades da Internet, como divulgadora da informação financeira e de sustentabilidade*. Trabalho de grupo no âmbito da unidade curricular de Relato Financeiro e de Sustentabilidade do Mestrado em Gestão. Escola Superior de Gestão de Santarém, Santarém.
- ◆ Elkington, J. (1997). *Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business*. Oxford, Capstone.
- ◆ Elkington, J. (2007). *Triple Bottom Line*. Acedido em 25 de Novembro de 2008, em: <http://www.fastcompany.com>
- ◆ Engel, M. (2004). *Conferência Anual do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável*. Lisboa.
- ◆ Eppel, J. (1999). Sustainable Development and Environment: A Renewed Effort in the OECD. *Environment, Development and Sustainability*, 1 (1): 41-53.
- ◆ Euronext Lisbon. (2005). *Aviso nº 224/05*. Euronext Lisbon. Lisboa.
- ◆ Farinha, S. (2009). *Responsabilidade Social das Empresas - uma realidade ou utopia?*. Projecto de Mestrado. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa/Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Empresarial, Lisboa.
- ◆ Filho, G., Prates, L. and Guimarães, T. (2009). Análise dos Níveis de Evidenciação dos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas Brasileiras A+ do Global Reporting Initiative (GRI) no ano de 2007. *Revista de Contabilidade e Organizações - FEA-RP/USP*, Setembro-Dezembro, 3 (7): 43-59.

- ◆ Flynn, M. (2009). Defining Sustainability. *Paperboard Packaging*, August, 14-18.
- ◆ Fortin, M. F. (2003). *O Processo de Investigação: Da concepção à realização*. Lusociência. Lisboa.
- ◆ Freeman, R.E., (1984). *Strategic management: A stakeholder approach*. Boston, Pitman.
- ◆ Friedman, A. and Miles, S. (2006). *Stakeholders: Theory and Practice*. Oxford University Press. New York.
- ◆ Frost, G., Jones, S., Loftus, J. and Laan, S. (2005). A Survey of Sustainability Reporting Practices of Australian Reporting Entities. *Australian Accounting Review*, 15 (35): 89-96.
- ◆ Global Reporting Initiative. (2000). *Global Reporting Guidelines on Economics, Environmental, and Social Performance*. Global Reporting Initiative. Amesterdão.
- ◆ Global Reporting Initiative. (2002). *G2 - Directrizes para elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade*. Global Reporting Initiative. Amesterdão.
- ◆ Global Reporting Initiative. (2006a). *G3 - Directrizes para a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade*. Global Reporting Initiative. Amesterdão.
- ◆ Global Reporting Initiative. (2006b). *Níveis de Aplicação da GRI*. Global Reporting Initiative. Amesterdão.
- ◆ Global Reporting Initiative (2010). *GRI Reports List 1999 2010*. Acedido em 19 de Setembro de 2010, em: <http://www.globalreporting.org/ReportServices/GRIReportsList/>
- ◆ Guenther, E., Hoppe, H. and Poser, C. (2007). Environmental Corporate Social Responsibility of Firms in the Mining and Oil and Gas Industries. *Greener Management International*, 53: 7-25.
- ◆ Hansen, F. (2007). A home for HR metrics. *Workforce Management*, 86 (2): 10-11.
- ◆ Hedberg, C.-J. and Malmborg, F. (2003). The Global Reporting Initiative and Corporate Sustainability Reporting in Swedish Companies. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 10 (3): 153-164.
- ◆ Herzig, C. and Godemann, J. (2010). Internet-supported sustainability reporting: developments in Germany. *Management Research Review*, 33 (11): 1064-1082.
- ◆ International Auditing and Assurance Standard Board. (2004). *International Standard on Assurance Engagements 3000. Assurance Engagement Other than Audits or Reviews of Historical Information*. International Auditing and Assurance Standard Board. New York.

- ◆ Institute of Social and Ethical Accountability. (2003). *AA1000 Assurance Standard*. London.
- ◆ Instituto Português de Auditoria Interna (2007). *XIV Conferência Nacional de Auditoria Interna e Sustentabilidade*. Lisboa.
- ◆ Isenmann, R. (2005). Corporate Sustainability Reporting: A Case for the Internet. *Lorenz M. Hilty, Eberhard K. Seifert, & Rene Treibert (Eds.)*, 164-212.
- ◆ Isenmann, R. and Lenz, C. (2002). Internet use for corporate environmental reporting: current challenges-technical benefits-practical guidance. *Business Strategy and the Environment*, 11 (3): 181-202.
- ◆ Isenmann, R., Bey, C. and Welter, M. (2007). Online reporting for sustainability issues. *Business Strategy and the Environment*, 16 (7): 487-501.
- ◆ Isenmann, R., Gómez, J. and Süpke, D. (2009). Open the Window for Interactivity - Sustainability Reporting Powered through Web 2.0 Technologies. *Monografia, Desconhecido*, 18.
- ◆ KPMG (2005). KPMG International Survey of Corporate Responsibility Reporting 2005. *KPMG*. Amesterdão.
- ◆ KPMG (2006). Estudo da KPMG sobre a Publicação de Relatórios de Sustentabilidade em Portugal. *KPMG*. Lisboa.
- ◆ KPMG (2007). Relatórios de Sustentabilidade: Novos Desafios. *KPMG*. Lisboa.
- ◆ KPMG (2008). KPMG International Survey of Corporate Responsibility Reporting 2008. *KPMG*. Amstelveen.
- ◆ KPMG & SustainAbility (2008). Count me in - The readers' take on sustainability reporting. *KPMG & SustainAbility*. Holanda.
- ◆ Lins, C. and Wajnberg, D. (2007). Sustentabilidade Corporativa no Sector Financeiro Brasileiro. *Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável*.
- ◆ Lippman, S. (2008). The Global Reporting Initiative G3 Sustainability Reporting Guidelines (Part 1). *Business & the Environment with ISO 14000 Update*, December, 12-14.
- ◆ Lozano, R. (2008). Envisioning sustainability three-dimensionally. *Journal of Cleaner Production*, 16 (17): 1838-1846.
- ◆ Manetti, G. and Becatti, L. (2009). Assurance Services for Sustainability Reports: Standards and Empirical Evidence. *Journal of Business Ethics*, 87 (1): 289-298.

- ◆ Minayo, M. (2000). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Hucitec.
- ◆ Moneva, J. M., Llena, F. and Lameda, I. (2005). Calidad de los Informes de Sostenibilidad de las Empresas Españolas. *comunicação no XIII Congreso de la Asociación Española de Contabilidad Y Administracion de Empresas (AECA)*.
- ◆ Moneva, J. M., Archel, P. and Correa, C. (2006). GRI and the camouflaging of corporate unsustainability. *Accounting Forum*, 30 (2): 121-137.
- ◆ Moneva, J. M. and Ortas, E. (2008). Sustainability performance and value relevance: an analysis of listed European companies. *CRRConference*, Queen's University Management School, Belfast, UK, 7-9 September 2008. pp. 1-16.
- ◆ Morhardt, J. E., Baird, S. and Freeman, K. (2002). Scoring Corporate Environmental and Sustainability Reports using GRI 2000, ISO 14031 and other criteria. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 9 (4): 215-233.
- ◆ O'Dwyer, B., Unerman, J. and Hession, E. (2005). User needs in sustainability reporting: perspectives of stakeholders in Ireland. *European Accounting Review*, 14 (4): 759-787.
- ◆ Perez, F. and Sanchez, L. E. (2009). Assessing the Evolution of Sustainability Reporting in the Mining Sector. *Environmental Management*, 43 (6): 949-961.
- ◆ Quick, R. (2008). Voluntary sustainability reporting practices in Germany: a study on reporting quality. *Contabilidade e Gestão*, 5: 7-35.
- ◆ Rikhardsson, P., Andersen, A. and Bang, H. (2002). Sustainability Reporting on the Internet: a study of the Global Fortune 500. *Greener Management International*, 40: 57-75.
- ◆ Roberts, D. H. and Koeplin, J. P. (2007). Sustainability Reporting Practices In Portugal: Greenwashing Or Triple Bottom Line?. *International Business & Economics Research Journal*, 6 (9): 29-40.
- ◆ Sampaio, M., (2002). A informação não financeira como medida de avaliação do desempenho na actual economia do conhecimento. *IX Congresso de Contabilidade*. Porto.
- ◆ Santos, S., Cepinha, E. and Barbosa, P. (2007). Desafios do Relato de Sustentabilidade. *Sustentare-Consultoria em Sustentabilidade, Lda*. Lisboa.
- ◆ Schadewitz, H. and Niskala, M. (2010). Communication via Responsibility Reporting and its Effect on Firm Value in Finland. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 17 (2): 96-106.

- ◆ Shepherd, K., Abkowitz, M. and Cohen, M. A. (2001). Online Corporate Environmental Reporting: Improvements and Innovation to Enhance Stakeholder Value. *Corporate Environmental Strategy*, 8 (4): 307-315.
- ◆ Sherman, W. R. (2009). Making Triple Bottom Line Reporting Comparable: Adoption of the GRI G3 Framework. *Oxford Business & Economics Conference*.
- ◆ Skouloudis, A. and Evangelinos, K. (2009). Sustainability Reporting in Greece: Are we there yet?. *Environmental Quality Management*, 19 (1): 43-60.
- ◆ Skouloudis, A., Evangelinos, K. and Kourmoussis, F. (2009). Development of an Evaluation Methodology for Triple Bottom Line Reports Using International Standards on Reporting, *Environmental Management*, 44 (2): 298-311.
- ◆ Thurm, R. (2006). Taking the GRI to scale - Towards the Next Generation of Sustainability Reporting Guidelines. S. Schaltegger, M. Bennett and R. Burritt (Eds.), *Sustainability Accounting and Reporting*, 3: 325-337.
- ◆ Tosini, M. (2006). *Risco Ambiental para as Instituições Financeiras Bancárias*. Annablume. São Paulo.
- ◆ Tsang, S., Welford, R. and Brown, M. (2009). Reporting on Community Investment. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 16 (3): 123-136.
- ◆ World Commission on Environment and Development (1987). *Our Common Future*. Oxford University Press.
- ◆ WBCSD (2002a). Striking the Balance. *World Business Council for Sustainable Development*. Genebra.
- ◆ WBCSD (2002b). Comunicar o Desenvolvimento Sustentável. Encontrar o Equilíbrio. *World Business Council for Sustainable Development*. Genebra.
- ◆ Weber, O., Scholz, R. W. and Michalik, G. (2008). Incorporating Sustainability Criteria into Credit Risk Management [Versão electrónica]. *Business Strategy and the Environment*.
- ◆ Westlund, R. (2009). Bringing CSR into the Bottom Line. *Institutional Investor*, 43 (7): 2-4.
- ◆ Wheeler, D. and Elkington, J. (2001). The end of the Corporate Environmental Report? Or the advent of Cybernetic Sustainability Reporting and Communication. *Business Strategy and the Environment*, 10 (1): 1-14.

## Anexos

### - Anexo 1 - Indicadores de Desempenho nas Directrizes G2 e nas Directrizes G3

Indicadores de Desempenho nas directrizes G2	Indicadores de Desempenho nas directrizes G3
<b>Indicadores de Desempenho Económico</b>	<b>Indicadores do Desempenho Económico</b>
Impactes Económicos Directos	
<b>Aspecto: Clientes</b>	<b>Aspecto: Desempenho Económico</b>
EC1. Vendas líquidas.	EC1. Valor económico directo gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, indemnizações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos a investidores e governos.
EC2. Análise regional do mercado.	EC2. Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as actividades da organização, devido às alterações climáticas.
	EC3. Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização.
	EC4. Apoio financeiro significativo recebido do governo.
<b>Aspecto: Fornecedores</b>	<b>Aspecto: Presença no Mercado</b>
EC3. Custo dos bens, materiais e serviços adquiridos.	EC5. Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, nas unidades operacionais importantes.
EC4. Percentagem de contratos pagos segundo os termos estabelecidos, excepto disposições acordadas em relação a penalidades.	EC6. Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais, em unidades operacionais importantes.
EC11. Classificação de fornecedores por organização e país.	EC7. Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes da comunidade local, nas unidades operacionais mais importantes.
<b>Aspecto: Colaboradores</b>	<b>Aspecto: Impactes Económicos Indirectos</b>
EC5. Total do montante salarial e benefícios (incluindo salários, pensões, outros benefícios e pagamento de indemnização por demissão), agrupados por país ou região.	EC8. Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infra-estruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público através de envolvimento comercial, em géneros ou pro bono.
	EC9. Descrição e análise dos Impactes Económicos Indirectos mais significativos, incluindo a sua extensão.
<b>Aspecto: Investidores</b>	
EC6. Distribuições aos investidores, discriminadas por juros sobre dívidas e empréstimos, em dividendos em todos os tipos de acções, apontando-se qualquer atraso no pagamento de dividendos preferenciais.	
EC7. Aumento/decréscimo em ganhos retidos no fim do período.	



Indicadores de Desempenho nas directrizes G2	Indicadores de Desempenho nas directrizes G3
<b>Indicadores de Desempenho Económico</b>	<b>Indicadores do Desempenho Económico</b>
<b>Aspecto: Sector Público</b>	
EC8. Soma de todos os tipos de impostos já pagos, discriminados por país.	
EC9. Subsídios recebidos de acordo com o país ou região.	
EC10. Doações discriminadas, por tipo e por grupo, à comunidade, à sociedade civil e a outros grupos, em dinheiro ou em espécies.	
EC12. Total gasto no desenvolvimento de infra-estruturas para negócios não-centrais.	
<b>Aspecto: Impactos Económicos Indirectos</b>	
EC13. Impactes económicos indirectos da organização.	
<b>Indicadores de Desempenho Ambiental</b>	<b>Indicadores do Desempenho Ambiental</b>
<b>Aspecto: Materiais</b>	<b>Aspecto: Materiais</b>
EN1. Consumo total de materiais por tipo (excepto água).	EN1. Materiais utilizados, por peso ou por volume.
EN2. Percentagem de materiais utilizados que são resíduos (processados ou não) de fontes externas à organização relatora.	EN2. Percentagem de materiais utilizados que são provenientes de reciclagem.
<b>Aspecto: Energia</b>	<b>Aspecto: Energia</b>
EN3. Consumo directo de energia, segmentado por fonte primária.	EN3. Consumo directo de energia, discriminado por fonte de energia primária.
EN4. Consumo indirecto de energia.	EN4. Consumo indirecto de energia, discriminado por fonte primária.
	EN5. Total de poupança de energia devido a melhorias na conservação e na eficiência.
EN17. Iniciativas para uso de fontes de energia renovável e para aumentar a eficiência energética.	EN6. Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis, e reduções no consumo de energia em resultado dessas iniciativas.
EN18. Consumo anual de energia dos principais produtos, ou seja, exigências anuais de energia do ciclo de vida do produto.	EN7. Iniciativas para reduzir o consumo indirecto de energia e reduções alcançadas.
EN19. Outros consumos indirectos (a montante e a jusante), de energia (exploração, produção e comercialização) e suas implicações, tais como viagens de negócios, gestão do ciclo de vida do produto e utilização de materiais com forte intensidade energética.	
<b>Aspecto: Água</b>	<b>Aspecto: Água</b>
EN5. Consumo total de água.	EN8. Consumo total de água, por fonte.
EN20. Fontes de água e ecossistemas/habitats significativamente afectados pelo consumo de água.	EN9. Recursos hídricos significativamente afectados pelo consumo de água.
EN21. Consumo anual de água existente no solo e na superfície em relação à quantidade anual renovável de água disponível.	EN10. Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada.

Indicadores de Desempenho nas directrizes G2	Indicadores de Desempenho nas directrizes G3
<b>Indicadores de Desempenho Ambiental</b>	<b>Indicadores do Desempenho Ambiental</b>
<b>Aspecto: Água</b>	<b>Aspecto: Água</b>
EN22. Reciclagem e reutilização total de água.	
<b>Aspecto: Biodiversidade</b>	<b>Aspecto: Biodiversidade</b>
EN6. Localização e áreas das terras pertencentes à organização, arrendadas ou por ela geridas em habitats ricos em biodiversidade.	EN11. Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas.
EN7. Descrição dos principais impactes sobre a biodiversidade associados a actividades e/ou produtos e serviços em ambientes terrestres, de água doce ou marítimos.	EN12. Descrição dos impactes significativos de actividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.
EN23. Quantidade total de terras compradas, arrendadas ou geridas para actividades de produção ou uso extractivo.	EN13. Habitats protegidos ou recuperados.
EN24. Quantidade de superfície impermeável em relação a terras compradas ou arrendadas, em percentagem.	EN14. Estratégias e programas, actuais e futuros, de gestão de impactes na biodiversidade.
EN25. Impactes das actividades e operações sobre áreas protegidas ou sensíveis.	EN15. Número de espécies, na Lista Vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies, com habitats em áreas afectadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção.
EN26. Alterações dos habitats naturais, resultantes de actividades e operações, e percentagem do habitat protegido e restaurado.	
EN27. Objectivos, programas e metas para proteger e restaurar ecossistemas e espécies nativas em áreas degradadas.	
EN28. Número de espécies na Lista Vermelha da UICN com habitat em áreas afectadas pelas operações.	
EN29. Unidades de negócios que operem ou pretendam desenvolver operações em áreas protegidas ou sensíveis, ou na zona envolvente.	
<b>Aspecto: Emissões, Efluentes e Resíduos</b>	<b>Aspecto: Emissões, Efluentes e Resíduos</b>
EN8. Emissões de gases com efeito de estufa.	EN16. Emissões totais directas e indirectas de gases com efeito de estufa, por peso.
EN9. Utilização e emissão de substâncias destruidoras de ozono.	EN17. Outras emissões indirectas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso.
EN10. NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo.	EN18. Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, assim como reduções alcançadas.
EN11. Quantidade total de resíduos por tipo e destino.	EN19. Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso.
EN12. Descargas significativas na água.	EN20. NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e por peso.

Indicadores de Desempenho nas directrizes G2	Indicadores de Desempenho nas directrizes G3
<b>Indicadores de Desempenho Ambiental</b>	<b>Indicadores do Desempenho Ambiental</b>
<b>Aspecto: Emissões, Efluentes e Resíduos</b>	<b>Aspecto: Emissões, Efluentes e Resíduos</b>
EN13. Derrame significativo de produtos químicos, óleos e combustíveis, por número total de ocorrências e por volume total.	EN21. Descarga total de água, por qualidade e destino.
EN30. Outras emissões indirectas relevantes de gases com efeito de estufa.	EN22. Quantidade total de resíduos, por tipo e método de eliminação.
EN31. Toda a produção, transporte, importação e exportação de qualquer resíduo considerado prejudicial segundo a Convenção da Basileia. Ver Anexos 1, 2, 3, 4.	EN23. Número e volume total de derrames significativos.
EN32. Fontes de água (e respectivos ecossistemas ou habitats) significativamente afectadas pela descarga e escoamento de água.	EN24. Peso dos resíduos transportados, importados, exportados ou tratados, considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia – Anexos I, II, III e VIII, e percentagem de resíduos transportados por navio, a nível internacional.
	EN25. Identidade, dimensão, estatuto de protecção e valor para a biodiversidade dos recursos hídricos e respectivos habitats, afectados de forma significativa pelas descargas de água e escoamento superficial.
<b>Aspecto: Fornecedores</b>	
EN33. Desempenho dos fornecedores relativo aos componentes ambientais de programas e procedimentos descritos em resposta à secção “Estrutura de Governação e Sistemas de Gestão” (3.16).	
<b>Aspecto: Produtos e Serviços</b>	<b>Aspecto: Produtos e Serviços</b>
EN14. Impactes ambientais significativos dos principais produtos e serviços.	EN26. Iniciativas para mitigar os impactes ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacte.
EN15. Percentagem recuperável dos produtos vendidos ao fim do seu ciclo de vida e percentagem efectivamente recuperada.	EN27. Percentagem recuperada de produtos vendidos e respectivas embalagens, por categoria.
<b>Aspecto: Concordância</b>	<b>Aspecto: Conformidade</b>
EN16. Incidentes ou multas pelo não-cumprimento das declarações, convenções, tratados internacionais, legislação nacional, regional e local sobre assuntos ambientais.	EN28. Montantes envolvidos no pagamento de coimas significativas e o número total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais.
<b>Aspecto: Transporte</b>	<b>Aspecto: Transporte</b>
EN34. Impactes ambientais significativos do transporte utilizado.	EN29. Impactes ambientais significativos, resultantes do transporte de produtos e outros bens ou matérias-primas utilizados nas operações da organização, bem como o transporte de funcionários.
<b>Aspecto: Total</b>	<b>Aspecto: Geral</b>
EN35. Total de gastos ambientais e especificação por tipo.	EN30. Total de custos e investimentos com a protecção ambiental, por tipo.

Indicadores de Desempenho nas directrizes G2	Indicadores de Desempenho nas directrizes G3
<b>Indicadores de Desempenho Social</b>	<b>Indicadores de Desempenho Social</b>
<b>Indicadores de Desempenho Social: Práticas Laborais e Condições de Trabalho</b>	<b>Indicadores de Desempenho Social: Práticas Laborais e Trabalho Condigno</b>
<b>Aspecto: Emprego</b>	<b>Aspecto: Emprego</b>
LA1. Especificar a mão-de-obra, se possível, por região ou país, estatuto (empregados ou não), tipo de emprego (tempo integral ou parcial) e tipo de contrato de trabalho (permanente, por tempo determinado ou temporário). Identificar também a mão-de-obra mantida em associação com outras entidades empregadoras (trabalhadores temporários de agências ou subcontratados), discriminada por região/país.	LA1. Discrimine a mão-de-obra total, por tipo de emprego, por contrato de trabalho e por região.
LA2. Criação de empregos e rotatividade, por região/país.	LA2. Número total de trabalhadores e respectiva taxa de rotatividade, por faixa etária, género e região.
LA12. Benefícios dos colaboradores além dos previstos por lei.	LA3. Benefícios assegurados aos funcionários a tempo inteiro que não são concedidos a funcionários temporários ou a tempo parcial.
<b>Aspecto: Trabalho e Relações Laborais</b>	<b>Aspecto: Relações entre Funcionários e Administração</b>
LA3. Percentagem de empregados representados por organizações sindicais independentes ou outros representantes legítimos, ou percentagem de empregados cobertos por acordos de negociação colectiva, por região/país.	LA4. Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de contratação colectiva.
LA4. Política e procedimentos envolvendo informação, consulta e negociação com os colaboradores sobre mudanças nas operações da organização relatora (por exemplo, reestruturação).	LA5. Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação colectiva.
LA13. Provisão para representação formal de trabalhadores em tomadas de decisão ou administração, incluindo a governação da organização.	
<b>Aspecto: Saúde e Segurança</b>	<b>Aspecto: Segurança e Saúde no Trabalho</b>
LA5. Práticas sobre registo e notificação de acidentes e doenças ocupacionais; relação destas com o Código de Prática da OIT sobre Registo e Notificação de Acidentes e Doenças Profissionais.	LA6. Percentagem da totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde, que ajudam na acompanhamento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.
LA6. Descrição de comités formais sobre saúde e segurança, incluindo representantes dos quadros técnicos e não-técnicos, e proporção da mão-de-obra atendida por qualquer um desses comités.	LA7. Taxa de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho, por região.

Indicadores de Desempenho nas directrizes G2	Indicadores de Desempenho nas directrizes G3
<b>Indicadores de Desempenho Social</b>	<b>Indicadores de Desempenho Social</b>
<b>Indicadores de Desempenho Social: Práticas Laborais e Condições de Trabalho</b>	<b>Indicadores de Desempenho Social: Práticas Laborais e Trabalho Condigno</b>
<b>Aspecto: Saúde e Segurança</b>	<b>Aspecto: Segurança e Saúde no Trabalho</b>
LA7. Tipo de lesões, dias perdidos, índice de absentismo e número de óbitos relacionados com o trabalho (incluindo trabalhadores subcontratados).	LA8. Programas em curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco, em curso, para garantir assistência aos trabalhadores, às suas famílias ou aos membros da comunidade afectados por doenças graves.
LA8. Descrição de políticas ou programas (para o ambiente de trabalho e fora dele) a respeito de VIH/SIDA.	LA9. Tópicos relativos a saúde e segurança, abrangidos por acordos formais com sindicatos.
LA14. Evidência de conformidade substancial com as <i>Guidelines on Occupational Safety and Health Management Systems</i> (Directrizes sobre Sistemas de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho).	
LA15. Descrição de acordos formais com sindicatos ou outros representantes legítimos dos trabalhadores, envolvendo saúde e segurança no trabalho; proporção da força de trabalho coberta por qualquer um desses acordos.	
<b>Aspecto: Formação e Educação</b>	<b>Aspecto: Formação e Educação</b>
LA9. Média de horas de formação por ano, por empregado e por categoria.	LA10. Média de horas de formação, por ano, por trabalhador, discriminadas por categoria de funções.
LA16. Descrição de programas para apoiar a continuidade da vida laboral dos funcionários e para gerir finais de carreira.	LA11. Programas para a gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para a gestão de carreira.
LA17. Políticas e programas específicos para gestão da capacidade e formação ao longo da vida profissional.	LA12. Percentagem de funcionários que recebem, regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira.
<b>Aspecto: Diversidade e Oportunidade</b>	<b>Aspecto: Diversidade e Igualdade de Oportunidades</b>
LA10. Descrição de políticas ou programas promotores de oportunidades iguais, bem como sistemas de monitorização para garantir o seu cumprimento.	LA13. Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria, de acordo com o género, a faixa etária, as minorias e outros indicadores de diversidade.
LA11. Composição da direcção e do grupo responsável pela governação empresarial (incluindo o quadro de directores); proporção homem/mulher e outros indicadores de diversidade culturalmente apropriados.	LA14. Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções.

Indicadores de Desempenho nas directrizes G2	Indicadores de Desempenho nas directrizes G3
<b>Indicadores de Desempenho Social</b>	<b>Indicadores de Desempenho Social</b>
<b>Indicadores de Desempenho Social: Direitos Humanos</b>	<b>Indicadores de Desempenho Social: Direitos Humanos</b>
<b>Aspecto: Trabalho e Relações Laborais</b>	<b>Aspecto: Práticas de Investimento e de Aquisições</b>
HR1. Descrição de políticas, directrizes, estrutura empresarial e procedimentos para lidar com todos os aspectos dos direitos humanos relevantes nas operações da organização, incluindo mecanismos de monitorização e resultados.	HR1. Percentagem e número total de contratos de investimento significativos que incluam cláusulas referentes aos direitos humanos ou que foram submetidos a análise referentes aos direitos humanos.
HR2. Evidência da consideração dos impactes sobre os direitos humanos nos investimentos e tomadas de decisão de compra, incluindo a selecção de fornecedores ou contratados.	HR2. Percentagem dos principais fornecedores e empresas contratadas que foram submetidos a avaliações relativas a direitos humanos e medidas tomadas.
HR3. Descrição de políticas e procedimentos para avaliar e abordar o desempenho em direitos humanos dentro da cadeia de fornecedores e contratados, incluindo sistemas e resultados da monitorização.	HR3. Número total de horas de formação em políticas e procedimentos relativos a aspectos dos direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de funcionários que beneficiaram de formação.
HR8. Formação de empregados em políticas e práticas relacionadas com os aspectos dos direitos humanos relevantes para as operações.	
<b>Aspecto: Não Discriminação</b>	<b>Aspecto: Não Discriminação</b>
HR4. Descrição da política global e procedimentos ou programas que previnam todas as formas de discriminação.	HR4. Número total de casos de discriminação e acções tomadas.
<b>Aspecto: Liberdade de Associação e de Negociação Colectiva</b>	<b>Aspecto: Liberdade de Associação e Acordo de Negociação Colectiva</b>
HR5. Descrição da política de liberdade de associação e a extensão na qual essa política é universalmente aplicada, independentemente das leis locais, bem como descrição de procedimentos ou programas existentes.	HR5. Casos em que exista um risco significativo de impedimento ao livre exercício da liberdade de associação e realização de acordos de contratação colectiva, e medidas que contribuam para a sua eliminação.
<b>Aspecto: Trabalho Infantil</b>	<b>Aspecto: Trabalho Infantil</b>
HR6. Descrição de políticas que excluam o trabalho infantil, conforme definido pela Convenção 138 da OIT, bem como a determinação e aplicação visível dessa política e a descrição de procedimentos ou programas para tratar do assunto, incluindo sistemas de monitorização e respectivos resultados.	HR6. Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, e medidas que contribuam para a sua eliminação.
<b>Aspecto: Trabalho Forçado e Compulsório</b>	<b>Aspecto: Trabalho Forçado e Escravo</b>
HR7. Descrição de políticas para prevenir o trabalho forçado e compulsório, e a extensão pela qual essas políticas são visivelmente estabelecidas e aplicadas, bem como descrição de procedimentos ou programas para tratar do assunto, incluindo sistemas de monitorização e respectivos resultados.	HR7. Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou escravo, e medidas que contribuam para a sua eliminação.

Indicadores de Desempenho nas directrizes G2	Indicadores de Desempenho nas directrizes G3
<b>Indicadores de Desempenho Social</b>	<b>Indicadores de Desempenho Social</b>
<b>Indicadores de Desempenho Social: Direitos Humanos</b>	<b>Indicadores de Desempenho Social: Direitos Humanos</b>
<b>Aspecto: Práticas de Disciplina</b>	<b>Aspecto: Práticas de Segurança</b>
HR9. Descrição de processos judiciais, incluindo as questões relativas aos direitos humanos, mas não se limitando a elas.	HR8. Percentagem do pessoal de segurança submetido a formação nas políticas ou procedimentos da organização, relativos aos direitos humanos, e que são relevantes para as operações.
HR10. Descrição da política de não-retaliação e sistema efectivo e confidencial de recepção das queixas dos funcionários (incluindo os impactes sobre os direitos humanos, mas não limitados a eles).	
<b>Aspecto: Práticas de Segurança</b>	
HR11. Formação em direitos humanos para segurança dos funcionários.	
<b>Aspecto: Direitos Indígenas</b>	<b>Aspecto: Direitos dos Povos Indígenas</b>
HR12. Descrição de políticas, directrizes e procedimentos para tratar das necessidades das populações indígenas.	HR9. Número total de incidentes que envolvam a violação dos direitos dos povos indígenas e acções tomadas.
HR13. Descrição de mecanismos para atendimento de queixas e de reclamações da comunidade indígena.	
HR14. Percentagem da receita operacional proveniente da área de actuação face ao investimento distribuído pelas comunidades locais dessa mesma área.	
<b>Indicadores de Desempenho Social: Sociedade</b>	<b>Indicadores de Desempenho Social: Sociedade</b>
<b>Aspecto: Comunidade</b>	<b>Aspecto: Comunidade</b>
SO1. Descrição de políticas para gerir impactes sobre as comunidades que vivem em áreas afectadas pelas actividades da organização, bem como descrição de procedimentos ou programas para tratar do assunto, incluindo sistemas de monitorização e respectivos resultados.	SO1. Natureza, âmbito e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactes das operações nas comunidades, incluindo no momento da sua instalação durante a operação e no momento da retirada.
SO4. Prémios recebidos que sejam relevantes para o desempenho social, ético e ambiental.	
<b>Aspecto: Suborno e Corrupção</b>	<b>Aspecto: Corrupção</b>
SO2. Descrição de políticas, procedimentos, sistemas de gestão e outros mecanismos da organização e colaboradores referentes a suborno e corrupção.	SO2. Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção.
	SO3. Percentagem de trabalhadores que tenham efectuado formação nas políticas e práticas de anti-corrupção da organização.
	SO4. Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.

Indicadores de Desempenho nas directrizes G2	Indicadores de Desempenho nas directrizes G3
<b>Indicadores de Desempenho Social</b>	<b>Indicadores de Desempenho Social</b>
<b>Indicadores de Desempenho Social: Sociedade</b>	<b>Indicadores de Desempenho Social: Sociedade</b>
<b>Aspecto: Contribuições Políticas</b>	<b>Aspecto: Políticas Públicas</b>
SO3. Descrição de políticas, procedimentos, sistemas de gestão e mecanismos de conformidade para a gestão de lobbies e contribuições políticas.	SO5. Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupos de pressão.
SO5. Quantia de dinheiro pago a partidos políticos e instituições cuja principal função consista em financiar partidos políticos ou os seus candidatos.	SO6. Valor total das contribuições financeiras ou em espécie a partidos políticos, políticos ou a instituições relacionadas, discriminadas por país.
<b>Aspecto: Concorrência e Preços</b>	<b>Aspecto: Concorrência Desleal</b>
SO6. Decisões do tribunal relativas a regulamentações anti- <i>trust</i> e monopólios.	SO7. Número total de acções judiciais por concorrência desleal, anti- <i>trust</i> e práticas de monopólio, bem como os seus resultados.
SO7. Descrição de políticas, procedimentos e sistemas de gestão para prevenir comportamentos anti-competitivos.	
	<b>Aspecto: Conformidade</b>
	SO8. Montantes das coimas significativas e número total de sanções não monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais.
<b>Indicadores de Desempenho Social: Responsabilidade sobre o Produto</b>	<b>Indicadores de Desempenho Social: Responsabilidade pelo Produto</b>
<b>Aspecto: Saúde e Segurança do Consumidor</b>	<b>Aspecto: Saúde e Segurança do Cliente</b>
PR1. Descrição de políticas para preservar a saúde e a segurança do consumidor durante a utilização de bens e serviços, e a extensão pela qual essas políticas são visivelmente estabelecidas e aplicadas, bem como descrição de procedimentos ou programas para tratar do assunto, incluindo sistemas de monitorização e respectivos resultados.	PR1. Indique os ciclos de vida dos produtos e serviços em que os impactes de saúde e segurança são avaliados com o objectivo de efectuar melhorias, bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitas a tais procedimentos.
PR4. Número e tipo de instâncias de não-conformidade com a legislação referente à saúde e segurança do consumidor, incluindo penalizações e multas impostas por essas violações.	PR2. Refira o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactes, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respectivo ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado.
PR5. Número de reclamações recebidas por organismos reguladores ou organizações oficiais similares para inspeccionar ou regular a garantia de saúde e segurança no uso de produtos e serviços.	
PR6. Conformidade voluntária com um código de conduta, selos ou rótulos dos produtos que a organização está qualificada para utilizar, ou prémios recebidos referentes à responsabilidade social e/ou ambiental.	



Indicadores de Desempenho nas diretrizes G2	Indicadores de Desempenho nas diretrizes G3
<b>Indicadores de Desempenho Social</b>	<b>Indicadores de Desempenho Social</b>
<b>Indicadores de Desempenho Social: Responsabilidade sobre o Produto</b>	<b>Indicadores de Desempenho Social: Responsabilidade pelo Produto</b>
<b>Aspecto: Produtos e Serviços</b>	<b>Aspecto: Rotulagem de Produtos e Serviços</b>
PR2. Descrição de políticas, procedimentos, sistemas de gestão e mecanismos de conformidade relacionados com informações sobre o produto e a sua rotulagem.	PR3. Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos, e a percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos
PR7. Número e tipo de instâncias de não-conformidade com a legislação referente a informações e rotulagem do produto, incluindo qualquer penalização ou multa imposta por essas violações.	PR4. Indique o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos à informação e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.
PR8. Descrição de políticas, procedimentos, sistemas de gestão e mecanismos de conformidade relacionados com a satisfação do consumidor, incluindo resultados de pesquisas sobre o assunto. Identificar áreas geográficas de aplicação dessas políticas.	PR5. Procedimentos relacionados com a satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que meçam a satisfação do cliente.
<b>Aspecto: Publicidade</b>	<b>Aspecto: Comunicações de Marketing</b>
PR9. Descrição de políticas, procedimentos, sistemas de gestão e mecanismos de conformidade para adesão a padrões e códigos voluntários relacionados com publicidade.	PR6. Programas de observância das leis, normas e códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.
PR10. Número e tipos de violação de regulamentações em publicidade e marketing.	PR7. Indique o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado.
<b>Aspecto: Respeito da Privacidade</b>	<b>Aspecto: Privacidade do Cliente</b>
PR3. Descrição de políticas, procedimentos, sistemas de gestão e mecanismos de respeito da privacidade do consumidor.	PR8. Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes.
PR11. Número de reclamações registadas relacionadas com a violação da privacidade de consumidores.	
	<b>Aspecto: Conformidade</b>
	PR9. Montante das coimas (significativas) por incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços.

Indicador Essencial	Indicador Adicional
---------------------	---------------------

Fonte: Adaptado de GRI (2002); GRI (2006a)

## **- Anexo 2 - Parte 2: Informações-padrão das directrizes G3 da GRI**

Esta secção especifica o conteúdo fundamental que deve constar num relatório de sustentabilidade, sujeito à orientação para a determinação do conteúdo na Parte 1 das Directrizes.

Existem três tipos diferentes de divulgações contidas nesta secção.

- **Estratégia e Perfil:** Divulgações que definem todo o contexto para a compreensão do desempenho organizacional, tal como a estratégia, o perfil e a governação.
- **Abordagem de Gestão:** Divulgações que abrangem a forma como uma organização aborda um conjunto de questões, de forma a definir um contexto para a compreensão do desempenho numa área específica.
- **Indicadores de Desempenho:** Indicadores que trazem a lume informações comparáveis sobre o desempenho económico, ambiental e social da organização. Sugere-se que as organizações relatoras sigam esta estrutura lógica para compilar os seus relatórios, embora outros formatos possam ser escolhidos.

### **Perfil**

#### **1. Estratégia e Análise**

Esta secção tem como objectivo fornecer uma visão estratégica e panorâmica do relacionamento da organização com a sustentabilidade, de forma a definir um contexto para a subsequente e mais detalhada informação contida noutras secções das directrizes. Pode recorrer a informações contidas noutras partes do relatório, mas esta secção destina-se a aprofundar as questões estratégicas, e não a resumir pura e simplesmente o conteúdo do relatório. A estratégia e a análise devem ser constituídas pelo que está destacado no ponto 1.1 e por uma narrativa concisa destacada no ponto 1.2.

##### **1.1**

1.1 Declaração da pessoa com o maior poder de decisão na organização (por ex., o Director-Geral, o Presidente do Conselho de Administração ou cargo de importância equivalente) sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e a sua estratégia.

A declaração deverá apresentar a visão e a estratégia da organização, tendo em conta o curto, o médio (por ex., 3 a 5 anos) e o longo prazo, especialmente em relação à gestão dos principais desafios, associados ao desempenho económico, ambiental e social. A declaração deve incluir:

- Prioridades estratégicas e questões fundamentais, a curto e médio prazo, em relação à sustentabilidade, incluindo o respeito por normas aceites internacionalmente e a

forma com estas se relacionam com a estratégia e o sucesso da organização a longo prazo;

- Tendências mais abrangentes (por ex., macroeconómicas ou políticas) que afectam a organização e influenciam as prioridades a nível da sustentabilidade;
- Principais factos, realizações e fracassos ocorridos durante o período abrangido pelo relatório;
- Considerações sobre o desempenho em comparação com os objectivos;
- Perspectiva sobre os principais desafios e objectivos da organização para o próximo ano e objectivos para os próximos 3 a 5 anos;
- Outros tópicos relacionados com a abordagem estratégica da organização.

### **1.2** Descrição dos principais impactes, riscos e oportunidades.

A organização responsável pelo relatório deve apresentar duas secções que resumam os principais impactes, riscos e oportunidades.

A secção 1 deve centrar-se na organização e nos seus principais impactes sobre a sustentabilidade e efeitos sobre as partes interessadas, incluindo os direitos conforme são definidos pela legislação nacional e por normas relevantes, internacionalmente aceites. Sempre tendo em consideração as várias expectativas e interesses das partes interessadas em relação à organização. Esta secção deve incluir:

- Uma descrição dos principais impactes da organização, relacionados com a sustentabilidade, e os principais desafios e oportunidades que lhe estão associados. O que inclui o efeito nos direitos das partes interessadas, conforme definido pela legislação nacional e as expectativas em relação às normas internacionalmente aceites;
- Uma explicação da abordagem da organização, em relação à definição de prioridades para estes desafios e oportunidades;
- As principais conclusões relativas aos progressos no tratamento destas questões e ao desempenho correspondente, no período abrangido pelo relatório, incluindo uma avaliação das razões para um desempenho abaixo ou acima do previsto;
- Uma descrição dos principais processos em curso para abordar o desempenho e/ou as principais alterações.

A secção 2 deve centrar-se nos impactes de tendências, riscos e oportunidades de sustentabilidade, nas perspectivas de longo prazo e no desempenho financeiro da organização. Esta secção deve concentrar-se especificamente em informações relevantes para as partes interessadas, actuais ou potenciais, com maior apetência pelo aspecto financeiro. A secção 2 deve incluir:

- Uma descrição dos riscos e das oportunidades mais significativas, resultantes de tendências da sustentabilidade;
- Uma definição de prioridades relativas aos principais riscos e oportunidades, de acordo com a sua relevância para a estratégia organizacional, para o posicionamento competitivo e para a criação de valor financeiro qualitativo e (se possível) quantitativo, a longo prazo;
- Tabela(s) resumindo:
  - Objectivos, desempenho comparado com os objectivos e experiências de aprendizagem, relativas ao período de referência do relatório;
  - Objectivos para o período abrangido pelo próximo relatório e objectivos intermédios (ou seja, 3 a 5 anos) relativamente aos principais riscos e oportunidades.
- Breve descrição dos mecanismos de governação, já em funcionamento, utilizados para gerir estes riscos e oportunidades, e identificação de riscos e oportunidades interligados aos anteriores.

## 2. Perfil Organizacional

### 2.1 Denominação da organização relatora.

### 2.2 Principais marcas, produtos e/ou serviços.

A organização relatora deve indicar a natureza do seu papel na oferta destes produtos e serviços, e até que ponto recorre à atribuição de operações a serviços externos.

### 2.3 Estrutura operacional da organização e principais divisões, operadoras, subsidiárias e *joint ventures*.

### 2.4 Localização da sede social da organização.

### 2.5 Número de países em que a organização opera, assim como os nomes dos países onde se encontram as principais operações ou que têm uma relevância específica para as questões da sustentabilidade, abrangidas pelo relatório.

### 2.6 Tipo e natureza jurídica da propriedade.

**2.7** Mercados abrangidos (incluindo uma análise geográfica discriminativa, os sectores abrangidos e os tipos de clientes/beneficiários).

**2.8** Dimensão da organização relatora, incluindo:

- Número de funcionários;
- Vendas líquidas (para organizações do sector privado) ou receita líquida (para organizações do sector público);
- Capitalização total, segmentada por débito e equity (para organizações do sector privado) e;
- Quantidade de produtos disponibilizados e serviços prestados.

Além do acima citado, sugere-se que as organizações disponibilizem informações adicionais, mas igualmente úteis, tais como:

- Activo total;
- Titularidade beneficiária (incluindo a identidade e a percentagem detida pelos maiores accionistas);
- Análise discriminativa por país/região do seguinte:
  - Vendas/receitas por países/regiões que correspondam a 5 por cento, ou mais, da receita total;
  - Custos por países/regiões que correspondam a 5 por cento, ou mais, da receita total;
  - Funcionários.

**2.9** Principais alterações que tenham ocorrido, durante o período abrangido pelo relatório, referentes à dimensão, à estrutura organizacional ou à estrutura accionista, tais como:

- A localização das operações, alterações nas operações, incluindo a abertura ou o encerramento de instalações e expansões;
- Alterações na estrutura do capital social e outras operações de formação, manutenção e modificação de capital (para organizações do sector privado).

**2.10** Prémios recebidos durante o período abrangido pelo relatório.

### **3. Parâmetros para o Relatório**

#### **PERFIL DO RELATÓRIO**

**3.1** Período abrangido (por ex., ano fiscal/civil) para as informações apresentadas no relatório.

**3.2** Data do último relatório publicado (se aplicável).

**3.3** Ciclo de publicação de relatórios (anual, bianual, entre outros).

**3.4** Contacto para perguntas referentes ao relatório ou ao seu conteúdo.

#### ÂMBITO E LIMITES DO ENQUADRAMENTO DO RELATÓRIO

**3.5** Processo para a definição do conteúdo do relatório, incluindo:

- o processo para determinar a relevância;
- a definição de questões prioritárias no âmbito do relatório;
- a identificação das partes interessadas que sejam potenciais utilizadoras do relatório.

Deverá ser incluída uma explicação sobre o modo como a organização aplicou a Orientação para a Definição do Conteúdo do Relatório e os princípios associados.

**3.6** Limite do relatório (por ex.: países, divisões, subsidiárias, instalações arrendadas, *joint ventures*, fornecedores). Para obter mais orientações, consulte o protocolo técnico de limites da GRI.

**3.7** Refira quaisquer limitações específicas relativas ao âmbito e ao limite do relatório<sup>8</sup>.

Se o limite e o âmbito do relatório não abordam todo o conjunto de impactes económicos, ambientais e sociais da organização, enuncie a estratégia e o cronograma estipulados para garantir uma cobertura completa.

**3.8** Base para a elaboração do relatório, no que se refere a *joint ventures*, subsidiárias, instalações arrendadas, operações atribuídas a serviços externos e outras entidades, passíveis de afectar significativamente a comparação entre diferentes períodos e/ou organizações.

**3.9** Técnicas de medição de dados e as bases de cálculo, incluindo hipóteses e técnicas subjacentes às estimativas aplicadas à compilação dos indicadores e de outras informações contidas no relatório.

Deveriam ser incluídas explicações relativas às decisões de não aplicar, ou divergir substancialmente, dos protocolos da GRI.

**3.10** Explicação do efeito de quaisquer reformulações de informações existentes em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações (por ex., fusões/aquisições, mudança do período ou ano base, natureza do negócio, métodos de medição).

**3.11** Alterações significativas, em relação a relatórios anteriores, no âmbito, limite ou métodos de medição aplicados.

#### **GRI CONTENT INDEX**

**3.12** Sumário do Conteúdo da GRI

Refira os números das páginas onde os seguintes tópicos podem ser encontrados:

- Estratégia e Análise 1.1 – 1.2;
- Perfil Organizacional 2.1 – 2.10;
- Parâmetros para o Relatório 3.1 – 3.13;
- Governança, Compromissos e Envolvimento 4.1 – 4.17;
- Divulgação da Abordagem de Gestão, por categoria;
- Indicadores Essenciais do Desempenho;
- Quaisquer Indicadores Complementares da GRI;
- Quaisquer Indicadores de Suplementos Sectoriais da GRI incluídos no relatório.

## **VERIFICAÇÃO**

**3.13** Política e prática corrente relativa à procura de um processo independente de garantia de fiabilidade para o relatório. Se não for incluída no relatório de garantia de fiabilidade que acompanha o relatório de sustentabilidade, explique o âmbito e a base de qualquer verificação independente que se tenha realizado, assim como a natureza da relação existente entre a organização e o(s) auditor(es).

## **4. Governança, Compromissos e Envolvimento**

### **GOVERNAÇÃO**

**4.1** Estrutura de governação da organização, incluindo comissões subordinadas ao órgão de governação hierarquicamente mais elevado e com responsabilidade por tarefas específicas, tais como a definição da estratégia ou a supervisão da organização.

Descreva o mandato e a composição (incluindo o número de membros independentes e/ou membros não-executivos) de tais comissões e indique qualquer responsabilidade directa no desempenho económico, social, e ambiental.

**4.2** Indique se o Presidente do órgão de governação hierarquicamente mais elevado é, simultaneamente, um director executivo (e, nesse caso, quais as suas funções no âmbito da gestão da organização e as razões para esta composição).

**4.3** Indique, no caso de organizações com uma estrutura de administração unitária, o número de membros do órgão de governação hierarquicamente mais elevado que são independentes e/ou os membros não-executivos.

Indique o modo como a organização define as expressões 'independente' e 'não-executivo'. Este elemento aplica-se somente a organizações com uma estrutura de administração unitária. Consulte o glossário para uma definição de 'independente'.

**4.4** Mecanismos que permitam a accionistas e funcionários transmitir recomendações ou orientações ao órgão de governação hierarquicamente mais elevado.

Inclua referências a processos relativos à:

- Utilização de deliberações de accionistas ou outros mecanismos que permitam aos accionistas minoritários expressar opiniões junto do órgão de governação hierarquicamente mais elevado;
- Troca de informações e realização de consultas aos funcionários relativamente às relações laborais através de órgãos representativos, tais como as 'comissões de trabalhadores', e da representação de funcionários no órgão de governação hierarquicamente mais elevado da organização.

Identifique as principais questões relacionadas com o desempenho económico, ambiental e social, resultantes destes mecanismos e abordadas durante o período abrangido pelo relatório.

**4.5** Relação entre a remuneração dos membros do órgão de governação hierarquicamente mais elevado, dos directores de topo e dos executivos (incluindo acordos de tomada de decisão) e o desempenho da organização (incluindo o desempenho social e ambiental).

**4.6** Processos ao dispor do órgão de governação hierarquicamente mais elevado para evitar a ocorrência de conflitos de interesse.

**4.7** Processo para a determinação das qualificações e competências exigidas aos membros do órgão de governação hierarquicamente mais elevado para definir a estratégia da organização relativamente às questões ligadas ao desempenho económico, ambiental e social.

**4.8** O desenvolvimento interno de declarações de princípios ou de missão, códigos de conduta e princípios considerados relevantes para o desempenho económico, ambiental e social, assim como a fase de implementação.

Explique até que ponto estes:

- São aplicados na organização, nas diferentes regiões e diferentes departamentos/unidades;
- Se relacionam com as normas internacionalmente aceites.

**4.9** Processos do órgão de governação, hierarquicamente mais elevado, para supervisionar a forma como a organização efectua a identificação e a gestão do desempenho económico, ambiental e social, a identificação e a gestão de riscos e oportunidades relevantes, bem



como a adesão ou conformidade com as normas internacionalmente aceites, códigos de conduta e princípios

Inclua a frequência com que o órgão de governação hierarquicamente mais elevado avalia o desempenho da sustentabilidade.

**4.10** Processos para a avaliação do desempenho do órgão de governação hierarquicamente mais elevado, especialmente em relação ao desempenho económico, ambiental e social.

#### **COMPROMISSOS COM INICIATIVAS EXTERNAS**

**4.11** Explicação sobre se o princípio da precaução é abordado pela organização e de que forma.

O Artigo 15 da Declaração do Rio introduziu a abordagem ao princípio da precaução. A resposta a este ponto pode incluir a abordagem da organização à gestão do risco no planeamento operacional ou o desenvolvimento e introdução de novos produtos.

**4.12** Cartas, princípios ou outras iniciativas, desenvolvidas externamente, de carácter económico, ambiental e social, que a organização subscreve ou defende.

Inclua a data da adopção, os países ou operações onde foram aplicados e as partes interessadas envolvidas no desenvolvimento e governação destas iniciativas (por ex., os sistemas compostos por várias partes interessadas, entre outros). Estabelecer a diferença entre as iniciativas não-vinculativas, as voluntárias e aquelas que a organização tem a obrigação de cumprir.

**4.13** Participação significativa em associações (tais como associações industriais) e/ou organizações de defesa nacionais/internacionais, em que a organização:

- Detém posições nos órgãos de governação;
- Participa em projectos e comissões;
- Contribui com financiamentos substanciais, que ultrapassam as obrigações normais dos participantes;
- Encara a participação como estratégica.

Este ponto refere-se principalmente às participações mantidas a um nível organizacional.

#### **ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS**

Estes pontos de divulgação referem-se ao envolvimento, em geral, das partes interessadas, conduzido pela organização, ao longo do período abrangido pelo relatório. Estas divulgações não se limitam à implementação ao envolvimento das partes interessadas para a elaboração do relatório.

**4.14** Relação dos grupos que constituem as partes interessadas envolvidas pela organização:

Exemplos de grupos de partes interessadas:

- Comunidades;
- Sociedade civil;
- Clientes;
- Accionistas e investidores;
- Fornecedores;
- Funcionários, outros trabalhadores e sindicatos.

**4.15** Base para a identificação e selecção das partes interessadas a serem envolvidas.

Este ponto inclui o processo, utilizado pela organização, para definir quais os grupos de partes interessadas, e para determinar quais desses grupos devem ou não ser envolvidos.

**4.16** Abordagens utilizadas para envolver as partes interessadas, incluindo a frequência do envolvimento, por tipo e por grupos, das partes interessadas.

Passível de incluir levantamentos, grupos de discussão, comissões comunitárias, comissões consultivas da organização, comunicações por escrito, estruturas sindicais e de gestão, e outros meios. A organização deve referir se algum do envolvimento ocorreu, em específico, como parte do processo de preparação do relatório.

**4.17** Principais questões e preocupações identificadas através do envolvimento das partes interessadas e as medidas adoptadas pela organização no tratamento das mesmas, nomeadamente através dos relatórios.

## **5. Abordagem de Gestão e Indicadores de Desempenho**

A secção relativa aos indicadores de desempenho de sustentabilidade é constituída por três categorias – económica, ambiental e social. Os indicadores de sustentabilidade social subdividem-se nas seguintes categorias: práticas laborais, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto. Cada categoria inclui uma *Divulgação da Abordagem de Gestão* (“Abordagem de Gestão”) e o respectivo conjunto de indicadores de desempenho essenciais e complementares.

Os indicadores essenciais foram desenvolvidos através de processos da GRI que envolvem as várias partes interessadas, com o objectivo de identificar os indicadores com aplicação generalizada e que se presumem relevantes para a maioria das organizações. As organizações devem elaborar os seus relatórios com base nos indicadores essenciais, a não ser que sejam considerados não relevantes de acordo com os princípios da GRI para a elaboração de relatórios. Os indicadores complementares representam práticas emergentes ou questões que

podem ser relevantes para algumas organizações, mas não para outras. Sempre que existirem versões finais dos suplementos sectoriais, os indicadores devem ser tratados como indicadores essenciais. Consulte a secção Orientação para a Definição do Conteúdo do Relatório para obter mais informações.

A(s) Divulgação(ões) da Abordagem de Gestão deve(m) proporcionar uma perspectiva geral e resumida da abordagem de gestão da organização, em relação aos aspectos definidos sob cada categoria, visando definir o contexto das informações sobre o desempenho. A organização poderá estruturar a(s) sua(s) Divulgação(ões) da Abordagem de Gestão, de forma a incluir a totalidade dos aspectos numa determinada categoria ou organizar esses aspectos de outra forma. Não obstante, a divulgação deverá abordar todos os aspectos associados a cada categoria, independentemente do seu formato ou organização.

Os pontos 1.1 e 1.2 incluídos na secção Estratégia e Análise têm como objectivo proporcionar uma perspectiva resumida dos riscos e oportunidades, com que a organização se depara, no seu conjunto. A(s) divulgação(ões) da Abordagem de Gestão visa(m) aprofundar a abordagem da organização à gestão das questões da sustentabilidade associadas aos riscos e oportunidades.

Os 79 indicadores das directrizes G3 da GRI, nomeadamente a sua denominação, encontram-se no Anexo anterior.

**- Anexo 3 - Comportamento na divulgação dos indicadores mais utilizados de desempenho económico, ambiental e social entre os agrupamentos de actividades** (comparativo entre este estudo e Dias (2009))

- Indicadores de desempenho económico por agrupamento de actividades

Agrupamento de Actividades	Indústrias		Serviços		Financeiras	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
<b>Desempenho Económico</b>						
EC 1 - Valor económico directo gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, indemnizações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos a investidores e governos.	10	90,9	5	83,3	3	100
EC 2 - Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as actividades da organização, devido às alterações climáticas.	7	63,6	2	33,3	3	100
EC 3 - Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização.	6	54,5	3	50	1	33,3
EC 4 - Apoio financeiro significativo recebido do governo.	5	45,5	5	83,3	3	100
<b>Presença no Mercado</b>						
EC 5 - Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, nas unidades operacionais importantes.	6	54,5	3	50	2	66,7
EC 6 - Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais, em unidades operacionais importantes.	6	54,5	4	66,7	2	66,7
EC 7 - Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes da comunidade local, nas unidades operacionais mais importantes.	7	63,6	2	33,3	2	66,7
<b>Impactes Económicos Indirectos</b>						
EC 8 - Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infra-estruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público através de envolvimento comercial, em géneros ou pro bono.	8	72,7	4	66,7	3	100
EC 9 - Descrição e análise dos Impactes Económicos Indirectos mais significativos, incluindo a sua extensão.	5	45,5	2	33,3	2	66,7

Indicador Essencial	Indicador Adicional
---------------------	---------------------

Fonte: Elaboração própria

- Indicadores de desempenho económico por sector de actividade

Sector de Actividade	Indústrias		Serviços		Financeiras	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
<b>Clientes</b>						
EC 1. Vendas líquidas	10	1,00	7	1,00	4	1,00
EC 2. Descrição geográfica mercados	6	0,60	4	0,57	2	0,50
<b>Fornecedores</b>						
EC 3. Custo de todos os bens materiais e serviços adquiridos	6	0,60	4	0,57	2	0,50
EC 4. Percentagem de contratos pagos em conformidade com o acordado	1	0,10	2	0,29	2	0,50

(Continuação)

Sector de Actividade	Indústrias		Serviços		Financeiras	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
EC 11. Descrição dos fornecedores por organização e país	1	0,10	1	0,14	1	0,25
<b>Colaboradores</b>						
EC 5. Gastos salariais totais repartidos por países ou regiões	7	0,70	4	0,57	3	0,75
<b>Investidores</b>						
EC 6. Distribuições aos investidores, repartidas por juros e dividendos	5	0,50	5	0,71	3	0,75
EC 7. Aumento/diminuição dos resultados retidos no final do período	8	0,80	6	0,86	4	1,00
<b>Sector Público</b>						
EC 8. Soma total de todos os tipos de impostos pagos, repartidos por países	3	0,30	4	0,57	2	0,50
EC 9. Subsídios recebidos, repartidos por países ou regiões	2	0,20	3	0,43	2	0,50
EC 10. Donativos atribuídos repartidos por tipo e por grupo	7	0,70	6	0,86	3	0,75
EC 12. Despesas totais em infra-estruturas para negócios não centrais	2	0,20	1	0,14	1	0,25
<b>Impactos Económicos Indirectos</b>						
EC 13. Impactos económicos indirectos da organização	2	0,20	1	0,14	1	0,25

Indicador Essencial	Indicador Adicional
---------------------	---------------------

Fonte: Dias (2009)

- Utilização isolada dos Indicadores de desempenho económico por agrupamento de actividades

Indicadores de Desempenho Económico	2008		Indicadores de Desempenho Económico	2005	
	+ utilizados			+ utilizados	
EC 1	Financeiras		EC 1	Indústrias, Serviços, Financeiras	
EC 2	Financeiras		EC 2	Indústrias	
EC 3	Indústrias		EC 3	Indústrias	
EC 4	Financeiras		EC 4	Financeiras	
EC 5	Financeiras		EC 11	Financeiras	
EC 6	Serviços, Financeiras		EC 5	Financeiras	
EC 7	Financeiras		EC 6	Financeiras	
EC 8	Financeiras		EC 7	Financeiras	
EC 9	Financeiras		EC 8	Serviços	
			EC 9	Financeiras	
			EC 10	Serviços	
			EC 12	Financeiras	
			EC 13	Financeiras	

Indicador Essencial	Indicador Adicional
---------------------	---------------------

Fonte: Elaboração própria com dados de 2005 de Dias (2009)

- Indicadores de desempenho económico mais utilizados por agrupamento de actividades

Indicadores de Desempenho Económico	Indústrias	Serviços	Financeiras
	2008	2008	2008
Essenciais + utilizados	EC1	EC1, EC4	EC1, EC2, EC4, EC8
Adicionais + utilizados	EC5	EC5	EC5, EC9

Fonte: Elaboração própria

- Indicadores de desempenho ambiental por agrupamento de actividades

Agrupamento de Actividades	Indústrias		Serviços		Financeiras	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
<b>Materiais</b>						
EN 1 - Materiais utilizadas, por peso ou por volume.	10	90,9	5	83,3	3	100
EN 2 - Percentagem de materiais utilizadas que são provenientes de reciclagem.	8	72,7	4	66,7	3	100
<b>Energia</b>						
EN 3 - Consumo directo de energia, discriminado por fonte de energia primária.	10	90,9	6	100	3	100
EN 4 - Consumo indirecto de energia, discriminado por fonte primária.	7	63,6	5	83,3	3	100
EN 5 - Total de poupança de energia devido a melhorias na conservação e na eficiência.	2	18,2	4	66,7	2	66,7
EN 6 - Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis, e reduções no consumo de energia em resultado dessas iniciativas.	5	45,5	5	83,3	2	66,7
EN 7 - Iniciativas para reduzir o consumo indirecto de energia e reduções alcançadas.	4	36,4	3	50	2	66,7
<b>Água</b>						
EN 8 - Consumo total de água, por fonte.	11	100	6	100	3	100
EN 9 - Recursos hídricos significativamente afectadas pelo consumo de água.	2	18,2	1	16,7	0	0
EN 10 - Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada.	0	0	2	33,3	0	0
<b>Biodiversidade</b>						
EN 11 - Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas.	6	54,5	2	33,3	1	33,3
EN 12 - Descrição dos impactes significativos de actividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	7	63,6	2	33,3	2	66,7
EN 13 - Habitats protegidos ou recuperados.	5	45,5	1	16,7	1	33,3
EN 14 - Estratégias e programas, actuais e futuros, de gestão de impactes na biodiversidade.	4	36,4	2	33,3	2	66,7
EN 15 - Número de espécies, na Lista Vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies, com habitats em áreas afectadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção.	0	0	0	0	0	0
<b>Emissões, Efluentes e Resíduos</b>						
EN 16 - Emissões totais directas e indirectas de gases com efeito de estufa, por peso.	10	90,9	5	83,3	3	100
EN 17 - Outras emissões indirectas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso.	6	54,5	3	50	3	100
EN 18 - Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, assim como reduções alcançadas.	7	63,6	5	83,3	2	66,7
EN 19 - Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso.	3	27,3	1	16,7	1	33,3
EN 20 - NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e por peso.	7	63,6	1	16,7	1	33,3
EN 21 - Descarga total de água, por qualidade e destino.	5	45,5	1	16,7	1	33,3
EN 22 - Quantidade total de resíduos, por tipo e método de eliminação.	9	81,8	6	100	3	100
EN 23 - Número e volume total de derrames significativos.	4	36,4	2	33,3	1	33,3
EN 24 - Peso dos resíduos transportados, importados, exportados ou tratados, considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia – Anexos I, II, III e VIII, e percentagem de resíduos transportados por navio, a nível internacional.	0	0	1	16,7	0	0
EN 25 - Identidade, dimensão, estatuto de protecção e valor para a biodiversidade dos recursos hídricos e respectivos habitats, afectados de forma significativa pelas descargas de água e escoamento superficial.	0	0	0	0	0	0
<b>Produtos e Serviços</b>						
EN 26 - Iniciativas para mitigar os impactes ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacte.	7	63,6	4	66,7	3	100

Agrupamento de Actividades	Indústrias		Serviços		Financeiras	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
EN 27 - Percentagem recuperada de produtos vendidos e respectivas embalagens, por categoria.	1	9,1	3	50	0	0
<b>Conformidade</b>						
EN 28 - Montantes envolvidos no pagamento de coimas significativas e o número total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais.	5	45,5	3	50	3	100
<b>Transporte</b>						
EN 29 - Impactes ambientais significativos, resultantes do transporte de produtos e outros bens ou matérias-primas utilizados nas operações da organização, bem como o transporte de funcionários.	4	36,4	1	16,7	1	33,3
<b>Geral</b>						
EN 30 - Total de custos e investimentos com a protecção ambiental, por tipo.	6	54,5	1	16,7	1	33,3

Indicador Essencial	Indicador Adicional
---------------------	---------------------

Fonte: Elaboração própria

- Indicadores de desempenho ambiental por sector de actividade

Sector de Actividade	Indústrias		Serviços		Financeiras	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
<b>Indicadores Ambientais</b>						
<b>Materiais</b>						
EN 1. Consumo total de materiais (excepto água)	7	0,70	3	0,43	3	0,75
EN 2. Percentagem de materiais utilizados que são resíduos externos à organização	6	0,60	3	0,43	2	0,50
<b>Energia</b>						
EN 3. Consumo directo de energia, por fontes primárias	8	0,80	3	0,43	3	0,75
EN 4. Consumo indirecto de energia	5	0,50	2	0,29	2	0,50
EN 17. Iniciativas dirigidas à utilização eficiente de energia e energia renovável	4	0,40	2	0,29	1	0,25
EN 18. Parcela do consumo de energia dos principais produtos	1	0,10	1	0,14	0	0,00
EN 19. Outros consumos indirectos de energia e suas implicações	1	0,10	1	0,14	0	0,00
<b>Água</b>						
EN 5. consumo total de água	9	0,90	3	0,43	1	0,25
EN 20. Fontes de água e ecossistemas afectados pelo consumo de água	2	0,20	1	0,14	0	0,00
EN 21. Extracção de águas subterrâneas e superficiais em relação à quantidade de água renovável	2	0,20	1	0,14	0	0,00
EN 22. Reciclagem e reutilização total de água	2	0,20	1	0,14	0	0,00
<b>Biodiversidade</b>						
EN 6. Localização e áreas dos terrenos geridos em habitats ricos biodiversidade	2	0,20	2	0,29	1	0,25
EN 7. Análise dos principais impactos na biodiversidade em ambientes terrestres, de água doce ou marítimos	2	0,20	2	0,29	1	0,25
EN 23. Extensão total de solo dedicado a actividades de produção ou à extracção	1	0,10	0	0,00	0	0,00
EN 24. Percentagem de superfície de solo impermeável em função do total	0	0,00	1	0,14	0	0,00
EN 25. Impactos das actividades e operações em áreas protegidas	2	0,20	2	0,29	0	0,00
EN 26. Alterações nos habitats	0	0,00	2	0,29	0	0,00

(Continuação)

Sector de Actividade	Indústrias		Serviços		Financeiras	
Indicadores Ambientais	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
naturais e percentagem de habitat restaurado						
EN 27. Programas para proteger e restaurar ecossistemas e espécies autóctones nas áreas degradadas	0	0,00	2	0,29	0	0,00
EN 28 . Número de espécies da Lista Vermelha da UICN que se encontram em áreas afectadas pelas operações	0	0,00	1	0,14	0	0,00
EN 29. Unidades de negócio que operam em áreas protegidas	0	0,00	1	0,14	0	0,00
<b>Emissões, Efluentes e Resíduos</b>						
EN 8. Emissões de gases com efeito de estufa	8	0,80	3	0,43	3	0,75
EN 9. Utilização e emissão de substâncias previstas nos Anexos A a E do <i>Protocolo de Montreal</i>	6	0,60	2	0,29	2	0,50
EN 10. Outras emissões atmosféricas significativas	7	0,70	2	0,29	1	0,25
EN 11. Quantidade total de resíduos por tipo e destino. Classificação, destino e método de quantificação	8	0,80	2	0,29	2	0,50
EN 12. Descargas significativas na água, por importância e tipo	5	0,50	2	0,43	2	0,50
EN 13. Derrame significativo de produtos químicos, óleos e combustíveis, por número de ocorrências e volume total	1	0,10	2	0,29	2	0,50
EN 30. Outras emissões indirectas de gases com efeito de estufa	3	0,30	1	0,14	1	0,25
EN 31. Produção, transporte, importação e exportação de resíduos previstos na Convenção de Basileia	1	0,10	1	0,14	0	0,00
EN 32. Fontes de água e respectivos ecossistemas afectados pela descarga e escoamento de água e resíduos líquidos	0	0,00	1	0,14	0	0,00
<b>Fornecedores</b>						
EN 33. Desempenho ambiental dos fornecedores em função dos programas previstos no ponto Estrutura de Governo	2	0,20	2	0,29	1	0,25
<b>Produtos e Serviços</b>						
EN 14. Impactos ambientais significativos dos principais produtos e serviços	3	0,30	2	0,29	2	0,50
EN 15. Percentagem recuperável dos produtos vendidos e percentagem efectivamente recuperada	3	0,30	3	0,43	2	0,50
<b>Concordância</b>						
EN 16. Incidentes ou multas pelo incumprimento de legislação ambiental	1	0,10	3	0,43	1	0,25
<b>Transporte</b>						
EN 34. Impactos ambientais significativos do transporte utilizado	1	0,10	1	0,14	0	0,00
<b>Total</b>						
EN 35. Total de gastos ambientais por tipo	4	0,40	2	0,29	0	0,00

Indicador Essencial	Indicador Adicional
---------------------	---------------------

Fonte: Dias (2009)



- Utilização isolada dos Indicadores de desempenho ambiental por agrupamento de actividades

Indicadores de Desempenho Ambiental	2008	Indicadores de Desempenho Ambiental	2005
	+ utilizados		+ utilizados
EN 1	Financeiras	EN 1	Financeiras
EN 2	Financeiras	EN 2	Indústrias
EN 3	Serviços, Financeiras	EN 3	Indústrias
EN 4	Financeiras	EN 4	Indústrias, Financeiras
EN 5	Serviços, Financeiras	EN 17	Indústrias
EN 6	Serviços	EN 18	Serviços
EN 7	Financeiras	EN 19	Serviços
EN 8	Indústrias, Serviços, Financeiras	EN 5	Indústrias
EN 9	Indústrias	EN 20	Indústrias
EN 10	Serviços	EN 21	Indústrias
EN 11	Indústrias	EN 22	Indústrias
EN 12	Financeiras	EN 6	Serviços
EN 13	Indústrias	EN 7	Serviços
EN 14	Financeiras	EN 23	Indústrias
EN 15		EN 24	Serviços
EN 16	Financeiras	EN 25	Serviços
EN 17	Financeiras	EN 26	Serviços
EN 18	Serviços	EN 27	Serviços
EN 19	Financeiras	EN 28	Serviços
EN 20	Indústrias	EN 29	Serviços
EN 21	Indústrias	EN 8	Indústrias
EN 22	Serviços, Financeiras	EN 9	Indústrias
EN 23	Indústrias	EN 10	Indústrias
EN 24	Serviços	EN 11	Indústrias
EN 25		EN 12	Indústrias, Financeiras
EN 26	Financeiras	EN 13	Financeiras
EN 27	Serviços	EN 30	Indústrias
EN 28	Financeiras	EN 31	Serviços
EN 29	Indústrias	EN 32	Serviços
EN 30	Indústrias	EN 33	Serviços
		EN 14	Financeiras
		EN 15	Financeiras
		EN 16	Serviços
		EN 34	Serviços
		EN 35	Indústrias

Indicador Essencial	Indicador Adicional
---------------------	---------------------

Fonte: Elaboração própria com dados de 2005 de Dias (2009)

- Indicadores de desempenho ambiental mais utilizados por agrupamento de actividades

Indicadores de Desempenho Ambiental	Indústrias	Serviços	Financeiras
	2008	2008	2008
Essenciais + utilizados	EN8	EN3, EN8, EN22	EN1, EN2, EN3, EN4, EN8, EN16, EN17, EN22, EN26, EN28
Adicionais + utilizados	EN18	EN6, EN18	EN5, EN6, EN7, EN14, EN18

Fonte: Elaboração própria

- Indicadores de desempenho social de Práticas Laborais e Trabalho Condigno por agrupamento de actividades

Agrupamento de Actividades	Indústrias		Serviços		Financeiras	
Indicadores Sociais: Práticas Laborais e Trabalho Condigno	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
<b>Emprego</b>						
LA 1 - Discrimine a mão-de-obra total, por tipo de emprego, por contrato de trabalho e por região.	11	100	6	100	3	100
LA 2 - Número total de trabalhadores e respectiva taxa de rotatividade, por faixa etária, género e região.	8	72,7	5	83,3	2	66,7
LA 3 - Benefícios assegurados aos funcionários a tempo inteiro que não são concedidos a funcionários temporários ou a tempo parcial.	4	36,4	4	66,7	2	66,7
<b>Relações entre Funcionários e Administração</b>						
LA 4 - Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de contratação colectiva.	9	81,8	4	66,7	3	100
LA 5 - Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação colectiva.	5	45,5	3	50	3	100
<b>Segurança e Saúde no Trabalho</b>						
LA 6 - Percentagem da totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde, que ajudam na acompanhamento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.	5	45,5	4	66,7	2	66,7
LA 7 - Taxa de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho, por região.	11	100	6	100	3	100
LA 8 - Programas em curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco, em curso, para garantir assistência aos trabalhadores, às suas famílias ou aos membros da comunidade afectados por doenças graves.	8	72,7	4	66,7	2	66,7
LA 9 - Tópicos relativos a saúde e segurança, abrangidos por acordos formais com sindicatos.	4	36,4	1	16,7	2	66,7
<b>Formação e Educação</b>						
LA 10 - Média de horas de formação, por ano, por trabalhador, discriminadas por categoria de funções.	9	81,8	5	83,3	3	100
LA 11 - Programas para a gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para a gestão de carreira.	6	54,5	5	83,3	3	100
LA 12 - Percentagem de funcionários que recebem, regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira.	5	45,5	4	66,7	2	66,7
<b>Diversidade e Igualdade de Oportunidades</b>						
LA 13 - Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria, de acordo com o género, a faixa etária, as minorias e outros indicadores de diversidade.	7	63,6	3	50	3	100
LA 14 - Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções.	6	54,5	3	50	2	66,7

Indicador Essencial	Indicador Adicional
---------------------	---------------------

Fonte: Elaboração própria

- Indicadores de desempenho social de Práticas Laborais e Condições de Trabalho por sector de actividade

Sector de Actividade	Indústrias		Serviços		Financeiras	
Indicadores Sociais: Práticas Laborais e Condições de Trabalho	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
<b>Emprego</b>						
LA 1. Descrição do colectivo de trabalhadores, por país ou região, tipo de emprego e de contrato	6	0,60	5	0,71	4	1,00
LA 2. Criação de emprego por região ou país	6	0,60	5	0,71	3	0,75
LA 12. Prestações sociais e outros benefícios atribuídos aos colaboradores não exigidos por lei	2	0,20	2	0,29	1	0,25
<b>Trabalho e Relações Laborais</b>						
LA 3. Percentagem de empregados representados por organizações sociais	4	0,40	3	0,43	2	0,50

Sector de Actividade	Indústrias		Serviços		Financeiras	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Indicadores Sociais: Práticas Laborais e Condições de Trabalho						
LA 4. Política e procedimentos de informação, consulta e negociação com os colaboradores	4	0,40	3	0,43	3	0,75
LA 13. Disposições sobre a representação formal dos trabalhadores na gestão e governo corporativo	1	0,10	1	0,14	1	0,25
<b>Saúde e Segurança</b>						
LA 5. Métodos de registo de acidentes no trabalho e doenças profissionais (OIT)	4	0,40	3	0,43	3	0,75
LA 6. Descrição das comissões sobre saúde compostas pela direcção e pelos trabalhadores	3	0,30	3	0,43	1	0,25
LA 7. Taxas de absentismo, acidentes e doenças laborais e número de vítimas mortais no trabalho	7	0,70	5	0,71	3	0,75
LA 8. Descrição de políticas ou programas sobre VIH/SIDA	2	0,20	2	0,29	1	0,25
LA 14. Dados que certifiquem o cumprimento das Directrizes sobre Segurança e Saúde da OIT	0	0,00	1	0,14	1	0,25
LA 15. Descrição de acordos formais com sindicatos, sobre segurança e saúde no trabalho	1	0,10	1	0,14	1	0,25
<b>Formação e Educação</b>						
LA 9 Média de horas de formação por ano, por empregado e categoria	8	0,80	5	0,71	4	1,00
LA 16. Descrição dos procedimentos de continuidade da vida laboral e gestão de carreiras	2	0,20	3	0,43	2	0,50
LA 17. Políticas e programas específicos para gestão da capacidade e formação ao longo da vida	3	0,30	3	0,43	3	0,75
<b>Diversidade e Oportunidade</b>						
LA 10. Descrição de programas que visam a igualdade de oportunidades, e seu cumprimento	3	0,30	3	0,43	2	0,50
LA 11. Composição da direcção e do grupo responsável pela governação corporativa	4	0,30	3	0,43	3	0,75

Indicador Essencial	Indicador Adicional
---------------------	---------------------

Fonte: Dias (2009)

- Utilização isolada dos Indicadores de desempenho social de Práticas Laborais e Trabalho Condigno por agrupamento de actividades

Indicadores de Desempenho Social (LA)	2008	Indicadores de Desempenho Social (LA)	2005
	+ utilizados		+ utilizados
LA 1	Indústrias, Serviços, Financeiras	LA 1	Financeiras
LA 2	Serviços	LA 2	Financeiras
LA 3	Serviços, Financeiras	LA 12	Serviços
LA 4	Financeiras	LA 3	Financeiras
LA 5	Financeiras	LA 4	Financeiras
LA 6	Serviços, Financeiras	LA 13	Financeiras
LA 7	Indústrias, Serviços, Financeiras	LA 5	Financeiras
LA 8	Indústrias	LA 6	Serviços
LA 9	Financeiras	LA 7	Financeiras

(Continuação)

Indicadores de Desempenho Social (LA)	2008	Indicadores de Desempenho Social (LA)	2005
	+ utilizados		+ utilizados
LA 10	Finanças	LA 8	Serviços
LA 11	Finanças	LA 14	Finanças
LA 12	Serviços, Finanças	LA 15	Finanças
LA 13	Finanças	LA 9	Finanças
LA 14	Finanças	LA 16	Finanças
		LA 17	Finanças
		LA 10	Finanças
		LA 11	Finanças

Indicador Essencial	Indicador Adicional
---------------------	---------------------

Fonte: Elaboração própria com dados de 2005 de Dias (2009)

- Indicadores de desempenho social de Práticas Laborais e Trabalho Condigno mais utilizados por agrupamento de actividades

Indicadores de Desempenho Social (LA)	Indústrias	Serviços	Finanças
	2008	2008	2008
Essenciais + utilizados	LA1, LA7	LA1, LA7	LA1, LA4, LA5, LA7, LA10, LA13
Adicionais + utilizados	LA11	LA11	LA11

Fonte: Elaboração própria

- Indicadores de desempenho social de Direitos Humanos por agrupamento de actividades

Agrupamento de Actividades	Indústrias		Serviços		Finanças	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
<b>Indicadores Sociais: Direitos Humanos</b>						
<b>Práticas de Investimento e de Aquisições</b>						
HR 1 - Percentagem e número total de contratos de investimento significativos que incluíam cláusulas referentes aos direitos humanos ou que foram submetidos a análise referentes aos direitos humanos.	4	36,4	2	33,3	2	66,7
HR 2 - Percentagem dos principais fornecedores e empresas contratadas que foram submetidos a avaliações relativas a direitos humanos e medidas tomadas.	6	54,5	2	33,3	2	66,7
HR 3 - Número total de horas de formação em políticas e procedimentos relativos a aspectos dos direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de funcionários que beneficiaram de formação.	4	36,4	2	33,3	1	33,3
<b>Não - Discriminação</b>						
HR 4 - Número total de casos de discriminação e acções tomadas.	7	63,6	5	83,3	2	66,7
<b>Liberdade de Associação e Acordo de Negociação Colectiva</b>						
HR 5 - Casos em que exista um risco significativo de impedimento ao livre exercício da liberdade de associação e realização de acordos de contratação colectiva, e medidas que contribuam para a sua eliminação.	7	63,6	3	50	3	100
<b>Trabalho Infantil</b>						
HR 6 - Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, e medidas que contribuam para a sua eliminação.	6	54,5	2	33,3	2	66,7
<b>Trabalho Forçado e Escravo</b>						
HR 7 - Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou escravo, e medidas que contribuam para a sua eliminação.	6	54,5	1	16,7	2	66,7
<b>Práticas de Segurança</b>						
HR 8 - Percentagem do pessoal de segurança submetido a formação nas políticas ou procedimentos da organização, relativos aos direitos humanos, e que são relevantes para as operações.	1	9,1	1	16,7	1	33,3
<b>Direitos dos Povos Indígenas</b>						
HR 9 - Número total de incidentes que envolvam a violação dos direitos dos povos indígenas e acções tomadas.	3	27,3	1	16,7	1	33,3

Indicador Essencial	Indicador Adicional
---------------------	---------------------

Fonte: Elaboração própria

- Indicadores de desempenho social de Direitos Humanos por sector de actividade

Sector de Actividade	Indústrias		Serviços		Financeiras	
Indicadores Sociais: Direitos Humanos	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
<b>Estratégia e Gestão</b>						
HR 1. Relação pormenorizada das políticas relacionadas com os direitos humanos	1	0,10	2	0,29	3	0,75
HR 2. Evidência da consideração direitos humanos no investimento	1	0,10	2	0,29	3	0,75
HR 3. Descrição da avaliação de desempenho em direitos humanos nos fornecedores	1	0,10	2	0,29	2	0,50
HR 8. Formação dos empregados em políticas e práticas relativas aos direitos humanos	1	0,10	1	0,14	1	0,25
<b>Não Discriminação</b>						
HR 4 Descrição da política que previnam todas as formas de discriminação	1	0,10	1	0,14	2	0,50
<b>Liberdade Associação Negociação Colectiva</b>						
HR 5. Descrição da política de liberdade de associação e seu grau de aplicação	1	0,10	2	0,29	2	0,50
<b>Trabalho Infantil</b>						
HR 6. Exposição de políticas que excluam o trabalho infantil – Convenção da 138 da OIT	2	0,10	2	0,29	2	0,50
<b>Trabalho Forçado e Compulsório</b>						
HR 7. Descrição de políticas para prevenir o trabalho forçado e compulsório	2	0,20	1	0,29	2	0,50
<b>Práticas de Disciplina</b>						
HR 9. Descrição dos processos judiciais, incluindo os relativos a direitos humanos	1	0,10	1	0,14	1	0,25
HR 10. Descrição da política de não retaliação e sistema confidencial de recepção de queixas dos funcionários	0	0,00	1	0,14	0	0,00
<b>Medidas de Segurança</b>						
HR 11. Formação em direitos humanos para a segurança dos funcionários	0	0,00	1	0,14	1	0,25
<b>Direitos da População Local</b>						
HR 12. Descrição de políticas para tratar das necessidades das populações indígenas	0	0,00	1	0,14	0	0,00
HR 13. Descrição de mecanismos para atendimento de reclamações da comunidade	0	0,00	1	0,14	1	0,25
HR 14. Percentagem da receita operacional por investimento distribuído à comunidade	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Indicador Essencial	Indicador Adicional
---------------------	---------------------

Fonte: Dias (2009)

- Utilização isolada dos Indicadores de desempenho social de Direitos Humanos por agrupamento de actividades

Indicadores de Desempenho Social (HR)	2008	Indicadores de Desempenho Social (HR)	2005
	+ utilizados		+ utilizados
HR 1	Financeiras	HR 1	Financeiras
HR 2	Financeiras	HR 2	Financeiras
HR 3	Indústrias	HR 3	Financeiras
HR 4	Serviços	HR 8	Financeiras

(Continuação)

Indicadores de Desempenho Social (HR)	2008	Indicadores de Desempenho Social (HR)	2005
	+ utilizados		+ utilizados
HR 5	Financeiras	HR 4	Financeiras
HR 6	Financeiras	HR 5	Financeiras
HR 7	Financeiras	HR 6	Financeiras
HR 8	Financeiras	HR 7	Financeiras
HR 9	Financeiras	HR 9	Financeiras
		HR 10	Serviços
		HR 11	Financeiras
		HR 12	Serviços
		HR 13	Financeiras
		HR 14	

Indicador Essencial	Indicador Adicional
---------------------	---------------------

Fonte: Elaboração própria com dados de 2005 de Dias (2009)

- Indicadores de desempenho social de Direitos Humanos mais utilizados por agrupamento de actividades

Indicadores de Desempenho Social (HR)	Indústrias	Serviços	Financeiras
	2008	2008	2008
Essenciais + utilizados	HR4, HR5	HR4	HR5
Adicionais + utilizados	HR3	HR3	HR3, HR8, HR9

Fonte: Elaboração própria

- Indicadores de desempenho social de Sociedade por agrupamento de actividades

Agrupamento de Actividades	Indústrias		Serviços		Financeiras	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
<b>Indicadores Sociais: Sociedade</b>						
<b>Comunidade</b>						
SO 1 - Natureza, âmbito e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactes das operações nas comunidades, incluindo no momento da sua instalação durante a operação e no momento da retirada.	7	63,6	3	50	3	100
<b>Corrupção</b>						
SO 2 - Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção.	6	54,5	2	33,3	2	66,7
SO 3 - Percentagem de trabalhadores que tenham efectuado formação nas políticas e práticas de anti-corrupção da organização.	5	45,5	3	50	3	100
SO 4 - Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.	6	54,5	3	50	2	66,7
<b>Políticas Públicas</b>						
SO 5 - Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupos de pressão.	7	63,6	4	66,7	3	100
SO 6 - Valor total das contribuições financeiras ou em espécie a partidos políticos, políticos ou a instituições relacionadas, discriminadas por país.	3	27,3	3	50	2	66,7
<b>Concorrência Desleal</b>						
SO 7 - Número total de acções judiciais por concorrência desleal, anti-trust e práticas de monopólio, bem como os seus resultados.	3	27,3	3	50	1	33,3
<b>Conformidade</b>						
SO 8 - Montantes das coimas significativas e número total de sanções não monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais.	7	63,6	4	66,7	2	66,7

Indicador Essencial	Indicador Adicional
---------------------	---------------------

Fonte: Elaboração própria

- Indicadores de desempenho social de Sociedade por sector de actividade

Sector de Actividade	Indústrias		Serviços		Financeiras	
Indicadores Sociais: Sociedade	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
<b>Comunidade</b>						
SO 1. Descrição das políticas para gerir impactos sobre as comunidades afectadas pelas actividades	4	0,40	3	0,43	2	0,50
SO 4. Distinções recebidas em relação à actuação social, ambiental e ética	3	0,30	3	0,43	3	0,75
<b>Suborno e Corrupção</b>						
SO 2. Descrição da política referente a corrupção e suborno	1	0,10	2	0,29	2	0,50
<b>Contribuições Políticas</b>						
SO 3. Descrição de políticas para a gestão de lobbies e contribuições políticas	1	0,10	2	0,29	1	0,25
SO 5. Quantidade de dinheiro doado a partidos políticos para financiar os seus candidatos	0	0,00	1	0,14	0	0,00
<b>Concorrência e Preços</b>						
SO 6. Decisões judiciais sobre regulamentação anti-trust e monopólios	0	0,00	1	0,14	1	0,25
SO 7. Descrição de políticas para prevenir comportamentos contrários à livre concorrência	0	0,00	1	0,14	1	0,25

Indicador Essencial	Indicador Adicional
---------------------	---------------------

Fonte: Dias (2009)

- Utilização isolada dos Indicadores de desempenho social de Sociedade por agrupamento de actividades

Indicadores de Desempenho Social (SO)	2008	Indicadores de Desempenho Social (SO)	2005
	+ utilizados		+ utilizados
SO 1	Financeiras	SO 1	Financeiras
SO 2	Financeiras	SO 4	Financeiras
SO 3	Financeiras	SO 2	Financeiras
SO 4	Financeiras	SO 3	Serviços
SO 5	Financeiras	SO 5	Serviços
SO 6	Financeiras	SO 6	Financeiras
SO 7	Serviços	SO 7	Financeiras
SO 8	Serviços, Financeiras		

Indicador Essencial	Indicador Adicional
---------------------	---------------------

Fonte: Elaboração própria com dados de 2005 de Dias (2009)

- Indicadores de desempenho social de Sociedade mais utilizados por agrupamento de actividades

Indicadores de Desempenho Social (SO)	Indústrias	Serviços	Financeiras
	2008	2008	2008
Essenciais + utilizados	SO1, SO5, SO8	SO5, SO8	SO1, SO3, SO5
Adicionais + utilizados	SO6, SO7	SO6, SO7	SO6

Fonte: Elaboração própria

- Indicadores de desempenho social de Responsabilidade pelo Produto por agrupamento de actividades

Agrupamento de Actividades	Indústrias		Serviços		Financeiras	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
<b>Indicadores Sociais: Responsabilidade pelo Produto</b>						
<b>Saúde e Segurança do Cliente</b>						
PR 1 - Indique os ciclos de vida dos produtos e serviços em que os impactes de saúde e segurança são avaliados com o objectivo de efectuar melhorias, bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitas a tais procedimentos.	5	45,5	4	66,7	2	66,7
PR 2 - Refira o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactes, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respectivo ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado.	2	18,2	4	66,7	1	33,3
<b>Rotulagem de Produtos e Serviços</b>						
PR 3 - Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos, e a percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos.	4	36,4	5	83,3	3	100
PR 4 - Indique o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos à informação e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.	4	36,4	3	50	2	66,7
PR 5 - Procedimentos relacionados com a satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que meçam a satisfação do cliente.	6	54,5	4	66,7	2	66,7
<b>Comunicações de Marketing</b>						
PR 6 - Programas de observância das leis, normas e códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.	6	54,5	3	50	3	100
PR 7 - Indique o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado.	1	9,1	2	33,3	2	66,7
<b>Privacidade do Cliente</b>						
PR 8 - Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes.	1	9,1	2	33,3	1	33,3
<b>Conformidade</b>						
PR 9 - Montante das coimas (significativas) por incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços.	5	45,5	4	66,7	2	66,7

Indicador Essencial	Indicador Adicional
---------------------	---------------------

Fonte: Elaboração própria

- Indicadores de desempenho social de Responsabilidade sobre o Produto por sector de actividade

Sector de Actividade	Indústrias		Serviços		Financeiras	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
<b>Indicadores Sociais: Responsabilidade sobre o Produto</b>						
<b>Saúde e Segurança do Consumidor</b>						
PR 1. Descrição da política de saúde e segurança do cliente durante a utilização de bens e serviços	3	0,30	3	0,43	2	0,50
PR 4. Quantidade e tipo de incidências de não conformidade com a legislação referente à saúde e segurança do consumidor	0	0,00	0	0,00	1	0,25
PR 5. Número de reclamações recebidas por organismos reguladores par inspeccionar a saúde e segurança no uso de produtos e serviços	0	0,00	0	0,00	1	0,25
PR 6. Rotulagem de produtos e distinções relativas a responsabilidade social e /ou ambiental	0	0,00	0	0,00	1	0,25
<b>Produtos e Serviços</b>						
PR 2. Descrição de políticas referentes a informação sobre os	2	0,20	2	0,29	3	0,75



(Continuação)

Sector de Actividade	Indústrias		Serviços		Financeiras	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Indicadores Sociais: Responsabilidade sobre o Produto						
produtos e a sua origem						
PR 7. Quantidade e tipo de incidências de não conformidade com normas legais relacionadas com informações e rotulagem de produtos	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PR 8. Descrição de políticas e mecanismos de conformidade relativos à satisfação do consumidor	0	0,00	0	0,00	2	0,50
<b>Publicidade</b>						
PR 9. Descrição de políticas e mecanismos de conformidade para a adesão e códigos voluntários relacionados com publicidade	0	0,00	0	0,00	1	0,25
PR 10. Número e tipo de violação e regulamentações em publicidade e marketing	0	0,00	0	0,00	1	0,25
<b>Respeito da Privacidade</b>						
PR 3. Descrição de políticas e mecanismos de respeito pela privacidade do consumidor	1	0,10	2	0,29	2	0,50
PR 11. Reclamações sobre privacidade de consumidores	0	0,00	0	0,00	1	0,25

Indicador Essencial	Indicador Adicional
---------------------	---------------------

Fonte: Dias (2009)

- Utilização isolada dos Indicadores de desempenho social de Responsabilidade pelo Produto por agrupamento de actividades

Indicadores de Desempenho Social (PR)	2008	Indicadores de Desempenho Social (PR)	2005
	+ utilizados		+ utilizados
PR 1	Serviços, Financeiras	PR 1	Financeiras
PR 2	Serviços	PR 4	Financeiras
PR 3	Financeiras	PR 5	Financeiras
PR 4	Financeiras	PR 6	Financeiras
PR 5	Serviços, Financeiras	PR 2	Financeiras
PR 6	Financeiras	PR 7	
PR 7	Financeiras	PR 8	Financeiras
PR 8	Serviços, Financeiras	PR 9	Financeiras
PR 9	Serviços, Financeiras	PR 10	Financeiras
		PR 3	Financeiras
		PR 11	Financeiras

Indicador Essencial	Indicador Adicional
---------------------	---------------------

Fonte: Elaboração própria com dados de 2005 de Dias (2009)

- Indicadores de desempenho social de Responsabilidade pelo Produto mais utilizados por agrupamento de actividades

Indicadores de Desempenho Social (PR)	Indústrias	Serviços	Financeiras
	2008	2008	2008
Essenciais + utilizados	PR6	PR3	PR3, PR6
Adicionais + utilizados	PR5	PR2, PR5	PR4, PR5, PR7

Fonte: Elaboração própria

- Percentagem de utilização mais elevada dos indicadores, sua variação entre 2005 e 2008 e o número de indicadores mais utilizados por agrupamento de actividades

Indicadores de Desempenho		Indústrias		Serviços		Financeiras	
		% de utilização mais elevada	Variação da % de utilização entre 2005 e 2008	% de utilização mais elevada	Variação da % de utilização entre 2005 e 2008	% de utilização mais elevada	Variação da % de utilização entre 2005 e 2008
Económico		90,9	-9,1	83,3	-16,7	100	0
	Nº de indicadores mais utilizados	1		2		4	
Ambiental		100	10	100	57	100	25
	Nº de indicadores mais utilizados	1		3		10	
Social (LA)		100	20	100	29	100	0
	Nº de indicadores mais utilizados	2		2		7	
Social (HR)		63,6	43,6	83,3	54,3	100	25
	Nº de indicadores mais utilizados	2		1		1	
Social (SO)		63,6	23,6	66,7	23,7	100	25
	Nº de indicadores mais utilizados	3		2		3	
Social (PR)		54,5	24,5	83,3	40,3	100	25
	Nº de indicadores mais utilizados	2		1		2	

Fonte: Elaboração própria